

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

39

out-dez/2013



Banco do
Nordeste

ISSN 18078834

BNB Conjuntura
Econômica

Número 39

**Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2013**

Obra publicada pelo



Presidente

Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretores

- Fernando Passos
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Manoel Lucena dos Santos
- Nelson Antônio de Souza
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
- Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- Etene

Francisco José Araújo Bezerra (Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Wellington Santos Damasceno (Gerente de Ambiente)

Fernando Luiz Emerenciano Viana (Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas)

Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo – Célula de Informações Econômicas, Socias e Tecnológicas)

EQUIPE BNB CONJUNTURA ECONÔMICA

Coordenação Técnica

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Síntese de Expectativas

Francisco Raimundo Evangelista

Produto Interno Bruto

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Jacqueline Nogueira Cambota

Produção Agropecuária

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Jackson Dantas Coelho

Produção Industrial

Francisco Diniz Bezerra

Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste

José Varela Donato

Turismo

Aírton Saboya Valente Júnior

Emprego e Rendimento

Jacqueline Nogueira Cambota

Setor Externo

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiário:

Paulo André Almeida Lopes

Preparação e Tabulação de Dados:

Elias Augusto Cartaxo,

Hamilton Reis de Oliveira

Leonardo Dias Lima.

Ambiente de Comunicação Social

Mauricio Lima

Editor

Jornalista Ademir Costa (CE 006731P)

Normalização Bibliográfica

Mirislene Vasconcelos

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Deborha Rodrigues

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo -

Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta

Capitais e regiões metropolitanas 4020.0004

Demais localidades: 0800 033 0004

Os conceitos e opiniões emitidos neste documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 39 (out. - dez. 2013). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2013 -

104 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 39

Outubro-Dezembro 2013

1 - CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO NORDESTE NO PERÍODO 1996-2011	05
2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS	20
2.1 - Síntese	20
2.2 - Expectativas	22
3 - NÍVEL DE ATIVIDADE	25
3.1 - PIB	25
3.2 - Produção Agropecuária	30
3.2.1 - Agricultura	30
3.2.2 - Pecuária.....	43
3.2.3 - Agronegócio	45
3.2.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento	45
3.2.3.2 - Balança comercial do agronegócio	49
3.3 - Produção Industrial	55
3.3.1 - Produção Industrial do Brasil	55
3.3.2 - Produção Industrial do Nordeste	59
3.4 - Comércio e Serviço no Brasil	64
3.4.1 - Comércio Varejista	64
3.4.2 - Serviço.....	67
3.5 - Turismo	69
4 - MERCADO DE TRABALHO	72
5 - SETOR EXTERNO	76
6 - FINANÇAS PÚBLICAS	89
6.1 - Arrecadação de ICMS.....	89
6.2 - Fundos Constitucionais	90
6.3 - Transferências voluntárias	94

SUMÁRIO

7.1 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	96
7.2 - Saldo das Operações de Crédito e Depósitos do Sistema Financeiro Nordestino	99
7.3 - BNB: Taxas de Juro, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito.....	101

1 CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO NORDESTE NO PERÍODO 1996-2011

1.1 Introdução

Fernando Luiz Emerenciano Viana¹
Leonardo Dias Lima²

Muitos economistas, especialmente os heterodoxos, consideram a indústria o motor do crescimento de longo prazo das economias capitalistas. De acordo com Oreiro e Feijó (2010), essa visão da indústria como setor “especial” pelo pensamento heterodoxo deve-se ao fato de a indústria ser fonte de retornos crescentes de escala, algo indispensável para a sustentação do crescimento de longo prazo, bem como ser fonte e/ou principal difusora do progresso tecnológico e permitir o relaxamento das restrições externas ao crescimento de longo prazo.

Por conta da importância deste setor para a economia das nações, estudos recentes (OREIRO; FEIJÓ, 2010; SOARES et al., 2011; COSTA; GONÇALVES, 2011) têm discutido um possível processo de desindustrialização ocorrido no Brasil nas últimas décadas. De acordo com Fligenspan, Cunha e Lélis (2011), a literatura define desindustrialização a partir da queda persistente na produção e/ou emprego industrial em relação à produção e emprego totais, respectivamente, bem como à deterioração do comércio internacional da indústria de transformação. Ou seja, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em

queda, mas quando o setor industrial perde importância relativa como fonte geradora de empregos ou de valor adicionado. Na visão de Oreiro e Feijó (2010), a simples expansão da produção industrial (em termos de quantum) não significa a inexistência de desindustrialização.

No caso brasileiro recente, o convívio simultâneo de produção industrial crescente, com efeitos positivos sobre o emprego e os salários, com déficits comerciais na pauta de manufaturados, tem tornado a discussão sobre o futuro da indústria ainda mais candente. (FLIGESPAN; CUNHA; LÉLIS, 2011).

1 Engenheiro Civil, Doutor em Administração, Gerente Executivo da Célula de Estudos e Pesquisas do BNB/ETENE.

2 Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas da Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

A questão da produtividade da indústria brasileira também está na pauta das discussões acadêmicas e empresariais, a qual, de certa forma, relaciona-se com o possível processo de desindustrialização e com fraco crescimento econômico brasileiro observado nas últimas décadas. Segundo Fonseca (2012), um dos principais determinantes do crescimento da produção industrial brasileira no período 1970-2010 foi o aumento do uso dos fatores de produção, sem ser acompanhado de um crescimento equivalente da produtividade. Entre os fatores determinantes do baixo crescimento da produtividade da indústria brasileira no período supracitado destacam-se a baixa qualidade da educação, com reflexo na qualificação dos trabalhadores, bem como o baixo nível de investimento, sobretudo aquele relacionado com pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Nesse contexto, torna-se importante averiguar o comportamento da indústria de transformação brasileira em termos regionais. Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento da

indústria de transformação da Região Nordeste no período de 1996 a 2011, utilizando como referência os dados da Pesquisa Industrial Anual Empresa (PIA-Empresa) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para tal, serão analisados os comportamentos das seguintes variáveis: (1) número de unidades locais; (2) pessoal ocupado; (3) salários, retiradas e outras remunerações; (4) valor da transformação industrial. A partir dessas variáveis, será feita uma breve discussão acerca do comportamento da produtividade do trabalho da indústria nordestina.

O período analisado foi escolhido em função de ser a série da PIA-Empresa disponibilizada pelo IBGE que possui homogeneidade na metodologia. Ademais, é importante salientar que as estatísticas consideram apenas as empresas que continham cinco ou mais pessoas ocupadas em 31 de dezembro de cada ano pesquisado, pois esse recorte é o único existente para os dados desagregados por região e por estado, enquanto que a nível nacional também se disponibilizam dados de empresas a partir de uma pessoa ocupada.

2 Unidades Locais e Pessoal Ocupado

Observou-se, ao longo das décadas de 1990 e 2000, um movimento de desconcentração espacial da indústria de transformação brasileira, processo este influenciado pela maior abertura da economia, ocorrida a partir do Governo Collor, bem como à estabilização econômica (Plano Real). Esses fatores trouxeram à tona a necessidade de melhoria da competitividade da indústria brasileira, fazendo com que as empresas buscassem alternativas para a diminuição dos custos de produção. Assim sendo, a busca por localidades de menor custo da mão de obra, associada aos incentivos fiscais oferecidos pelos diversos estados, impulsionou o movimento de realocização, notadamente em setores intensivos em mão de obra.

De acordo com Saboia (2002), houve um processo de desconcentração regional da indústria brasileira na década de noventa, embora a atividade industrial ainda permaneça bastante concentrada na Região Sudeste e, em menor escala, na região Sul. A importância da indústria da Região Nordeste é

relativamente menor, porém apresentando aumento de sua participação no emprego, remuneração e número de estabelecimentos. As demais regiões ainda possuem uma parcela mínima da atividade industrial do País.

De forma semelhante, Diniz e Basques (2004) afirmam que crescimento industrial nordestino nas décadas de 1960 a 1990, em termos do desempenho de produção e emprego, foi ligeiramente superior à média brasileira, tendo sido o mesmo baseado em três fatores ou aspectos fundamentais: melhoria

da infraestrutura, incentivos fiscais e trabalho barato.

Considerando-se os dados da PIA-Empresa do IBGE, no período de 1996 a 2011, pode-se avaliar o comportamento da indústria de transformação nordestina em anos mais recentes, incluindo aqueles referentes à década de 2000. Os dados das tabelas 1 e 2, a seguir, respectivamente, mostram o comportamento das variáveis unidades locais e pessoal ocupado a cada cinco anos do período considerado.

Tabela 1 – Indústria de Transformação: Número de Unidades Locais Industriais de Empresas com 5 ou mais Pessoas Ocupada

Unidades Geográficas	Número de unidades locais (Unidades)				
	1996	2001	2006	2011	% Δ 1996-2001
Brasil	120.215	142.597	168.421	193.288	60,8%
Norte	2.812	3.689	4.907	5.420	92,7%
Nordeste	10.912	14.529	18.086	22.974	110,5%
Maranhão	511	610	781	1.037	102,9%
Piauí	413	647	901	1.041	152,1%
Ceará	2.269	2.966	3.786	4.953	118,3%
Rio Grande do Norte	599	1.034	1.289	1.723	187,6%
Paraíba	843	1.172	1.373	1.612	91,2%
Pernambuco	2.657	3.384	4.055	5.261	98,0%
Alagoas	467	520	686	840	79,9%
Sergipe	459	615	787	1.003	118,5%
Bahia	2.694	3.581	4.428	5.504	104,3%
Sudeste	73.109	78.867	88.976	97.588	33,5%
Sul	28.073	37.707	46.691	55.114	96,3%
Centro-Oeste	5.309	7.805	9.761	12.192	129,6%

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE, 2014.

Analisando-se as tabelas 1 e 2, percebe-se um crescimento consistente do número de unidades locais e do pessoal ocupado na indústria de transformação em todas as regiões brasileiras, com exceção do Sudeste, que somente em 2003 conseguiu retomar os níveis de empregos existentes em 1996. Entre as regiões, em termos de número de unidades

locais, o Nordeste apresenta o terceiro maior contingente regional, mas o segundo maior crescimento no período (110,5%), inferior apenas ao crescimento na Região Centro-Oeste (129,6%) e acima da média brasileira (60,8%), o que resultou no aumento da participação regional no total do Brasil de 9,1% em 1996 para 11,9% em 2011. Por outro lado,

no que diz respeito ao pessoal ocupado, a posição relativa do Nordeste em termos absolutos é a mesma, ou seja, a Região possui o terceiro maior contingente de pessoal ocupado na indústria de transformação brasileira, em termos regionais, enquanto que apresentou o terceiro maior crescimento (104,5%), inferior ao das regiões Centro-Oeste (179,2%) e Norte (113,2%). A queda na participação do Sudeste, de 61,2% para 52,6%, e o crescimento moderado da participação do Sul, 22,8% para 25,4%, permitiu um aumento da participação do Nordeste, passando de 10,3% em

1996 para 13,2% em 2011. Chama atenção o menor crescimento relativo da Região Sudeste em ambas as variáveis (33,5% e 37,8%, respectivamente), sendo quase metade da média brasileira (60,8% e 60,4%, respectivamente). Esses dados corroboram trabalhos anteriores que ressaltam o fenômeno de desconcentração espacial da indústria brasileira observado nas últimas décadas, embora ainda exista certa concentração da indústria de transformação nas regiões Sudeste e Sul que, juntas, detêm 79,0% dos estabelecimentos e 78,0% do pessoal ocupado.

Tabela 2 – Indústria de Transformação: Pessoal Ocupado nas Unidades Locais Industriais de Empresas com 5 ou mais Pessoas Ocupadas

Unidades Geográficas	Pessoal ocupado em 31/12 (mil pessoas)				
	1996	2001	2006	2011	% Δ 1996-2001
Brasil	4.939,8	5.260,1	6.527,1	7.921,7	60,4%
Norte	127,0	153,5	233,2	270,8	113,2%
Nordeste	510,0	609,3	805,4	1.043,3	104,6%
Maranhão	20,9	17,3	27,0	35,0	67,5%
Piauí	15,5	17,1	21,9	26,5	71,7%
Ceará	108,4	144,3	181,0	243,2	124,4%
Rio Grande do Norte	33,1	43,6	51,6	65,1	96,7%
Paraíba	38,6	42,5	57,8	73,1	89,5%
Pernambuco	123,7	136,4	172,3	221,2	78,8%
Alagoas	61,6	71,2	95,6	106,0	72,1%
Sergipe	16,3	22,4	28,0	40,8	150,0%
Bahia	92,0	114,6	170,2	232,2	152,6%
Sudeste	3.024,8	2.944,7	3.521,4	4.168,9	37,8%
Sul	1.125,6	1.333,8	1.652,3	2.013,2	78,9%
Centro-Oeste	152,4	218,7	314,8	425,5	179,2%

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE, 2014.

Focando-se o desempenho dos estados nordestinos, percebe-se um melhor desempenho do Rio Grande do Norte (187,6%) e do Piauí (152,1%) em termos de crescimento do número de unidades locais, contrastando com o pior resultado, de Alagoas (79,9%). Já em relação ao pessoal ocupado, destacam-se os desempenhos da Bahia (152,6%) e Sergipe (150,0%), em contraste

com o desempenho do Maranhão (67,5%). Ressalta-se a perda de participação relativa de Pernambuco no total do pessoal ocupado na indústria de transformação do Nordeste, deixando de ser o maior empregador em 1996 e passando a ser o terceiro maior em 2011, tendo o Ceará apresentado o maior efetivo do pessoal ocupado, seguido da Bahia. A propósito, esses três estados concentravam,

em 2011, 68,4% dos estabelecimentos e 66,78% do pessoal ocupado na indústria de transformação.

Por conta de limitações na base de dados utilizada (PIA-Empresa), uma análise desagregada do comportamento das variáveis

supracitadas por setor só é possível no período de 2007 a 2011. Tendo em vista a maior importância relativa dos empregos gerados, analisou-se o comportamento do total do pessoal ocupado nos diversos setores abrangidos pela pesquisa, no Nordeste, no ano de 2011, conforme apresenta o Gráfico 1.

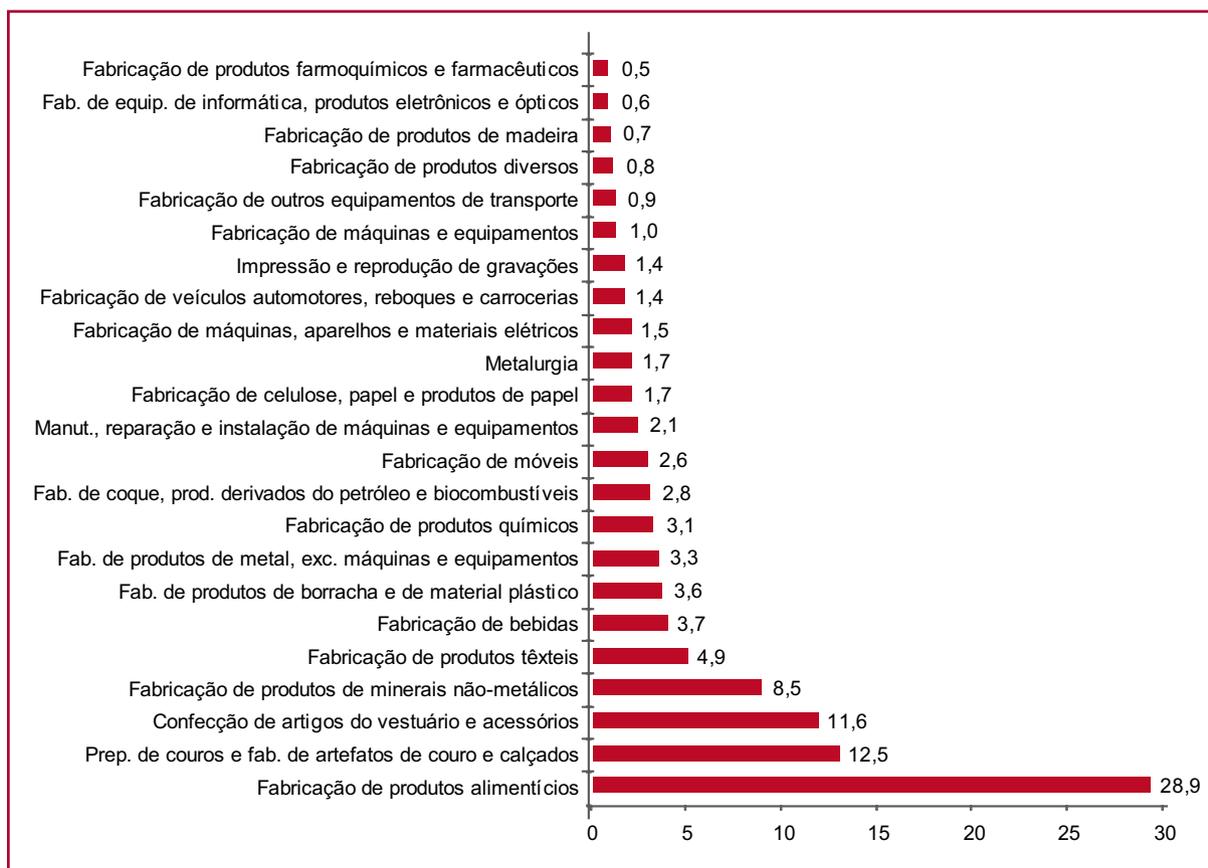


Gráfico 1 – Participação das Atividades Industriais no Total do Pessoal Ocupado em 31/12 nas Unidades Locais da Indústria de Transformação com 5 ou mais Pessoas Ocupadas na Região Nordeste – 2011 (%)

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE, 2014.

Analisando-se o Gráfico 1, percebe-se a importância regional, em termos de geração de empregos, das indústrias de produtos alimentícios, couro e calçados, vestuário, têxtil e produtos de minerais não metálicos, indústrias estas que podem ser consideradas tradicionais. Esse perfil de indústrias que geram mais empregos no Nordeste ajuda a explicar o status do estado do Ceará como aquele que detém o maior efetivo de

empregos na indústria de transformação do Nordeste, tendo em vista que o referido Estado possui relevantes parques fabris das indústrias de calçados, têxtil e de confecções/ vestuário. A indústria de alimentos, por sua vez, configura-se como uma indústria com forte tendência de descentralização da produção para atender aos mercados locais, portanto, não concentrada geograficamente.

3 Salários, Retiradas e Outras Remunerações

Além de se avaliar o comportamento do emprego industrial, é importante também proceder uma análise dos rendimentos pagos aos trabalhadores, na forma de salários, retiradas e outras remunerações. Nesse sentido, essa variável também é contemplada

nos objetivos do presente artigo, estando seu comportamento no período 1996-2011, representado em intervalos de cinco anos, externado na Tabela 3, que consideram valores monetários constantes a preços de 2011.

Tabela 3 – Indústria de Transformação: Salários, Retiradas e Outras Remunerações nas Unidades Locais Industriais de Empresas com 5 ou mais Pessoas Ocupadas

Unidades Geográficas	Salários, retiradas e outras remunerações (R\$ milhões) ¹				
	1996	2001	2006	2011	% Δ 1996-2001
Brasil	114.072	114.273	144.863	196.059	71,87%
Norte	2.216	2.603	4.143	5.591	152,28%
Nordeste	7.138	7.474	10.961	15.507	117,24%
Maranhão	283	234	452	605	113,69%
Piauí	133	158	211	317	139,42%
Ceará	1.107	1.367	1.973	2.893	161,27%
Rio Grande do Norte	264	366	512	763	188,81%
Paraíba	376	448	592	859	128,26%
Pernambuco	1.803	1.728	2.234	3.400	88,63%
Alagoas	602	529	839	1.155	92,03%
Sergipe	206	253	332	499	142,16%
Bahia	2.365	2.391	3.815	5.015	112,09%
Sudeste	82.796	79.295	95.342	125.421	51,48%
Sul	19.864	22.251	29.931	42.055	111,71%
Centro-Oeste	2.058	2.650	4.485	7.484	263,73%

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE, 2014.

Nota: (1) Valores atualizados pelo IPCA do Brasil.

A Tabela 3 permite inferir que a Região Centro Oeste apresentou um crescimento significativo nos salários, retiradas e outras remunerações entre 1996 e 2011 (263,7%), seguida das regiões Norte (152,3%) e, em menor grau, Nordeste (117,2%). Em todas as regiões, o crescimento relativo dessa variável foi maior do que o crescimento do pessoal ocupado, o que reflete um fenômeno

observado na economia como um todo, de aumento da renda média das famílias brasileiras nos últimos anos.

Ao se analisar comparativamente a participação relativa das grandes regiões na composição do pessoal ocupado e dos salários, retiradas e outras remunerações, percebe-se que, em ambos os casos, as regiões Sudeste e Sul têm o maior peso, chegando a 78% das

ocupações e 85,4% dos salários, retiradas e outras remunerações, entretanto, a maior participação relativa dessas regiões nesta última variável explicita que os empregos mais “nobres” da indústria de transformação, ou seja, aqueles que remuneram melhor, estão nessas referidas regiões. Por outro lado, o Nordeste detém maior participação nas ocupações (13,2%) do que na renda (7,9%), o que é consequência da sua estrutura industrial, em que as indústrias tradicionais, que pagam menores remunerações, têm maior peso, conforme comentado no tópico 2.

Fazendo-se uma avaliação desagregada por estado do Nordeste, os maiores crescimentos observados no período considerado ocorreram nos estados do Rio Grande do Norte (188,8%) e Ceará (161,3%), enquanto que Pernambuco (88,6%) obteve o menor crescimento, em termos de salários, retiradas e outras remunerações. Maranhão, Pernambuco, Alagoas e Bahia perderam participação no total da Região, enquanto os demais estados tiveram aumento na sua participação no total de salários, retiradas e outras remunerações da indústria de transformação Nordestina. Apesar dessas alterações na participação relativa entre os estados, percebe-se que as três maiores economias, Bahia, Pernambuco e Ceará, nessa ordem de importância, em conjunto, diminuíram apenas em 1 ponto percentual a sua importância, absorvendo 72,9% do total regional.

No que diz respeito à comparação das participações dos estados nas ocupações e nas remunerações da indústria regional, em 2011, enquanto Pernambuco apresenta certo equilíbrio entre ocupações (21,2%) e remuneração (21,9%), a Bahia tem maior participação na remuneração (32,3%) do

que nas ocupações (22,3%), enquanto que o Ceará tem maior participação nas ocupações (23,3%) do que na remuneração (18,7%). Ou seja, os setores da indústria de transformação baiana pagam, em média, melhores salários do que aqueles da indústria cearense, o que também é consequência das estruturas industriais desses estados.

A propósito, entende-se que é relevante avaliar comparativamente os salários, retiradas e outras remunerações dos diferentes setores da indústria nordestina com aqueles da média da indústria nacional (Gráfico 2).

Como se pode perceber, em todas as atividades da indústria de transformação, os salários, retiradas e outras remunerações são menores do que a média nacional em 2011. Em apenas cinco setores, os valores são maiores do que 80% da média nacional: fabricação de produtos químicos (93,5%), preparação de couros e fabricação de artefatos de couro e calçados (84,4%), fabricação de celulose, papel e produtos de papel (81,3%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (81,7%), metalurgia (81,1%) e fabricação de outros equipamentos de transporte (80,1%). Por outro lado, em dois setores da indústria de transformação nordestina os salários, retiradas e outras remunerações são menores do que 50% da média nacional: fabricação de produtos farmacêuticos e medicamentos (42,5%) e fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (47,2%). É importante ressaltar que, para a maioria desses setores em destaque, existem grandes projetos fabris em implantação no Nordeste: indústria de papel e celulose (MA e PI), indústria petroquímica (MA, CE, PE), indústria siderúrgica (MA, CE, PE) e indústria farmacêutica (PE, CE).

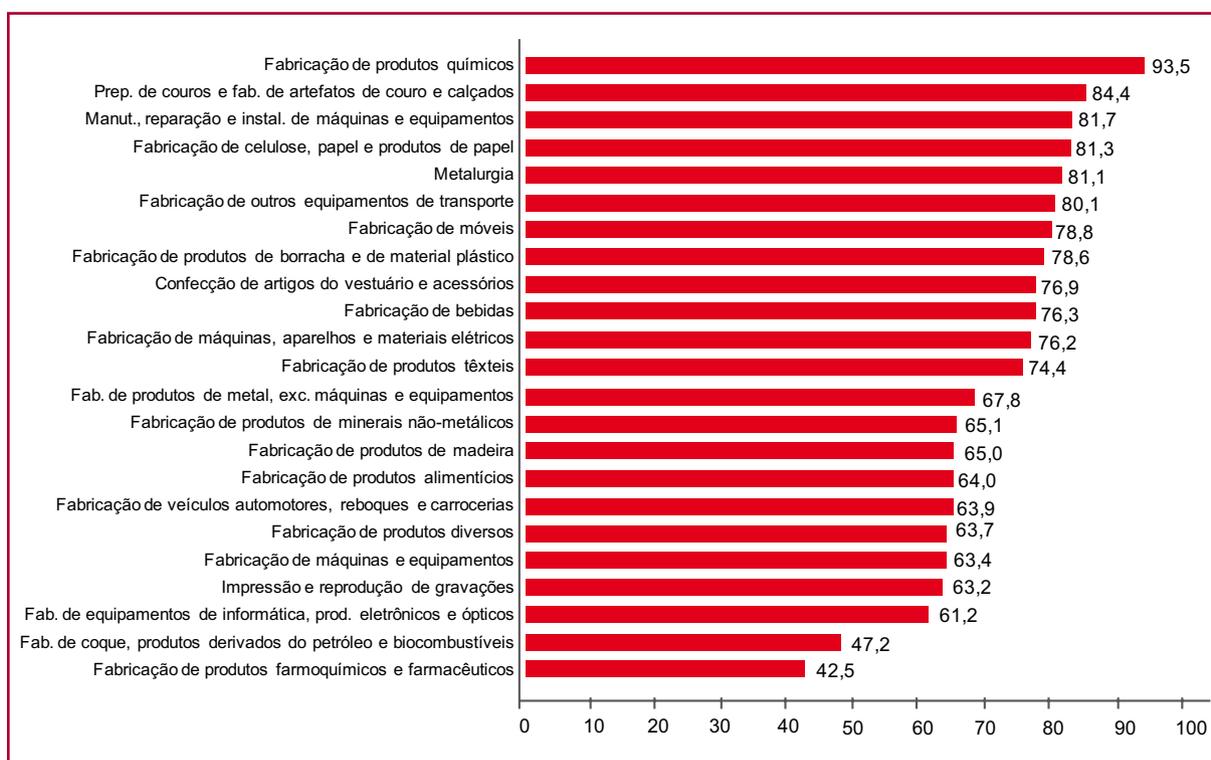


Gráfico 2 – Percentual em Relação à Média Nacional dos Salários, Retiradas e Outras Remunerações por Pessoal Ocupado nas Unidades Locais Industriais com 5 ou mais Pessoas Ocupadas por Atividade da Indústria de Transformação no Nordeste – 2011 (%)

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE, 2014.

4 Valor da Transformação Industrial

O Valor da Transformação Industrial (VTI) consiste na diferença entre o valor bruto da produção e os custos das operações industriais. De acordo com Wilher (2014), o VTI é métrica que reflete o que cada etapa agrega ao produto ao longo do processo de produção, constituindo, desse modo, uma proxy do Valor Adicionado utilizado nas Contas Nacionais do IBGE. Desse modo, a análise do com-

portamento dessa variável constitui um importante elemento para a avaliação do comportamento da indústria de transformação.

O VTI da indústria de transformação no Brasil, grandes regiões e estados do Nordeste, no período 1996-2011, representado em intervalos de cinco anos, é apresentado na Tabela 4, na qual constam valores monetários constantes a preços de 2011.

Tabela 4 – Indústria de Transformação: Valor da Transformação Industrial nas Unidades Locais Industriais de Empresas com 5 ou mais Pessoas Ocupadas

Unidades Geográficas	Valor da Transformação Industrial (R\$ milhões) ¹				
	1996	2001	2006	2011 2	% Δ 1996-2001
Brasil	496.643	581.162	674.215	801.970	61,5%
Norte	14.879	21.036	32.582	37.374	151,2%
Nordeste	36.071	44.943	65.026	76.716	112,7%
Maranhão	917	1.067	1.297	2.610	184,7%
Piauí	323	586	859	1.519	369,9%
Ceará	5.361	6.499	8.308	11.435	113,3%
Rio Grande do Norte	1.216	2.238	1.906	3.549	191,8%
Paraíba	973	1.345	1.817	3.441	253,7%
Pernambuco	8.583	7.883	9.016	13.149	53,2%
Alagoas	2.731	2.197	2.309	4.373	60,1%
Sergipe	417	1.064	1.471	2.196	426,3%
Bahia	17.734	23.637	41.960	34.444	94,2%
Sudeste	351.731	378.882	414.351	477.352	35,7%
Sul	86.782	121.992	135.574	171.304	97,4%
Centro-Oeste	10.711	15.835	25.295	39.224	266,2%

Fonte: Elaboração dos autores, a partir do IBGE, 2014.

Notas: (1) O VTI foi atualizado pelo deflator implícito do Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria de transformação específico para cada UF e Grande Região.

(2) Como o IBGE não divulgou até o momento os índices de volume nas Contas Regionais, utilizou-se o deflator implícito do VAB da Indústria de Transformação do Brasil para todas as unidades geográficas, somente no ano de 2011.

A Tabela 4 mostra que houve crescimento do VTI da indústria de transformação em todas as regiões, em maior grau no Centro Oeste (266,2%) e no Norte (151,2%), tendo o Nordeste apresentado um aumento de 112,7%. No outro extremo, o Sudeste apresentou o menor crescimento, apenas 35,7%, o que reforça a tendência de desconcentração geográfica da indústria nacional. Ainda assim, as regiões Sudeste e Sul, juntas, apesar de terem diminuído sua participação no VTI da indústria de 86,3%³ em 1996 para 80,9% em 2011, ainda concentram a maior porção do valor adicionado na indústria de transformação nacional. Comparando-se a concentração do VTI dessas regiões com as outras variáveis

analisadas nos tópicos anteriores, percebe-se sua maior representatividade, o que indica que as indústrias brasileiras que produzem bens de maior valor agregado (bens duráveis e semiduráveis) estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste, ao passo que, no Nordeste, existe uma concentração maior de indústrias de bens de consumo não duráveis (têxtil e confecções, calçados, alimentos e bebidas).

Analisando-se os dados da Tabela 4 acerca dos estados do Nordeste, percebe-se que os maiores crescimentos do VTI ocorreram em Sergipe (426,3%), Piauí (369,9%) e Paraíba (253,7%), enquanto que Pernambuco

³ Percentual calculado utilizando os dados nominais do VTI de 1996, tendo em vista que a atualização realizada nos dados da Tabela 4, por meio do deflator do VAB da Indústria de Transformação, específico de cada unidade geográfica, altera a participação em relação ao total.

(53,2%) e Alagoas (60,1%) apresentaram os menores crescimentos. Como consequência dessa disparidade de taxas de crescimento, praticamente todos os estados aumentaram ou mantiveram sua participação no valor da transformação industrial da indústria de transformação do Nordeste, com exceção de Alagoas, cuja participação diminuiu de 9,4% para 5,7%, e Pernambuco, que apresentou queda na participação de 22,2% para 17,1%. No caso de Alagoas, a queda da participação do Estado em todos os indicadores analisados no presente trabalho é consequência direta das dificuldades enfrentadas pelo setor sucroalcooleiro.

Apesar das mudanças observadas em termos das participações relativas dos estados

nordestinos no VTI regional, as três principais economias da Região ainda concentram 76,9% do VTI da indústria de transformação, o que é uma concentração ainda maior do que a observada para os demais indicadores. Chama atenção o grande peso da indústria baiana no VTI da Região, o que se explica pela presença naquele Estado do polo petroquímico de Camaçari, bem como do complexo automotivo da Ford, entre outras empresas de setores que produzem bens de maior valor agregado.

Do ponto de vista setorial, o comportamento recente do VTI nos diferentes setores da indústria de transformação nordestina foi bastante heterogêneo, conforme se pode visualizar no Gráfico 3.

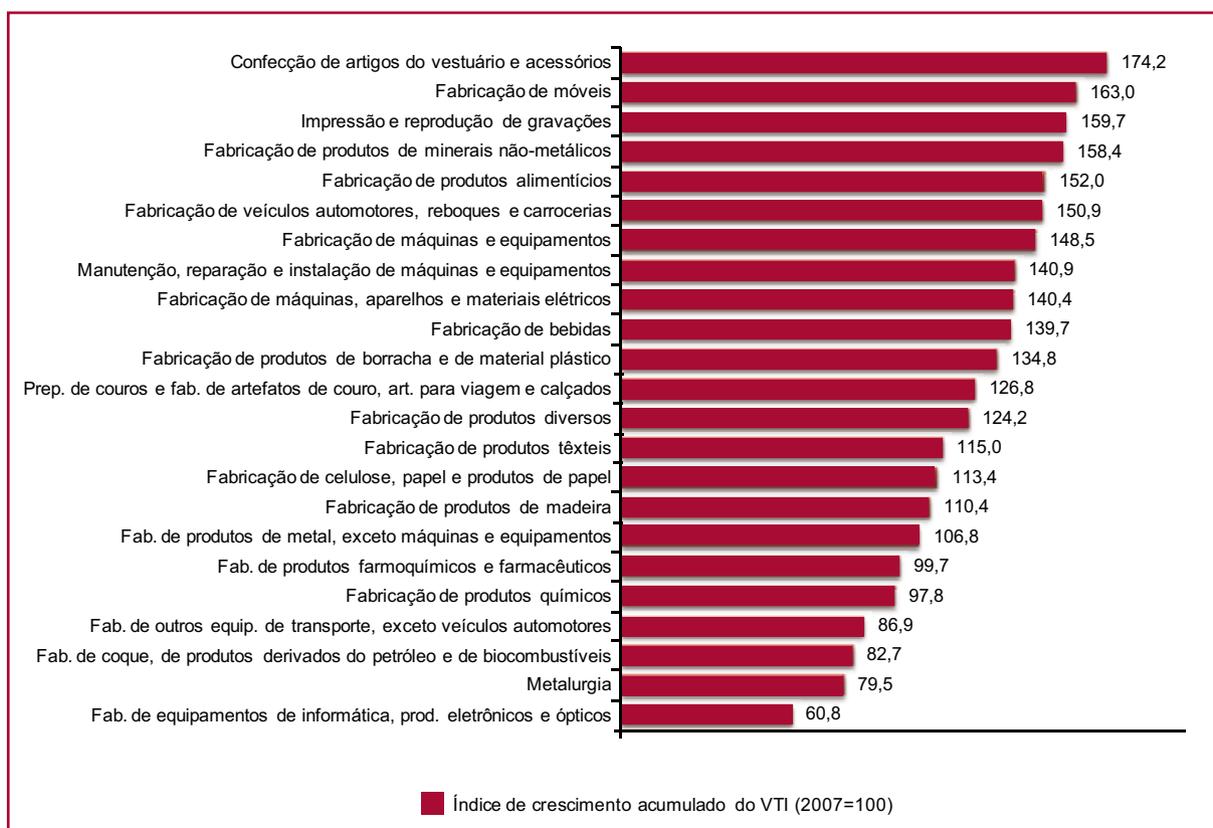


Gráfico 3 – Índice de Crescimento Acumulado do Valor da Transformação Locais Industriais com 5 ou mais Pessoas Ocupadas na Região Nordeste por Atividade da Indústria de Transformação – 2011

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE, 2014.

A partir do Gráfico 3, observa-se que os aumentos mais significativos no VTI, em termos setoriais, maiores do que 50% do período considerado, ocorreram na indústria de confecção de artigos do vestuário e acessórios (74,2%), fabricação de móveis (63,0%), impressão e reprodução de gravações (59,7%), fabricação de produtos de minerais não metálicos (58,4%), fabricação de produtos alimentícios (52,0%) e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (50,9%). Enquanto as indústrias de impressão e reprodução de gravações (gráficas) e de produtos alimentícios possuem um perfil de maior descentralização, ou seja, predominância de unidades com produção voltada ao mercado local, os demais setores de maior crescimento do VTI estão associados a polos de produção voltados ao atendimento dos mercados regional, nacional e internacional, com destaque para a fabricação de cimento (minerais não metálicos), que

apresentou aumento recente de capacidade de produção nos estados do Ceará, Paraíba e Sergipe, e a indústria automobilística, cujo crescimento pode ser diretamente associado ao complexo Ford na Bahia.

Por outro lado, percebe-se também que em alguns setores houve decréscimo no VTI: fabricação de produtos eletrônicos (-39,2%), metalurgia (-20,5%), fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (-17,3%), fabricação de produtos químicos (-2,2%) e fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-0,3%). Chama atenção o fato de se tratarem de setores que, em sua maioria, fabricam produtos de alto valor agregado, o que é preocupante, já que sinaliza uma tendência de a indústria de transformação nordestina perder participação em setores que geram empregos que demandam mão de obra mais especializada e pagam melhores salários.

5 Produtividade do Trabalho

De forma simplificada, pode-se conceituar produtividade da indústria como a relação entre as saídas do processo industrial (por exemplo, quantidade produzida de determinado bem) e suas entradas (os insumos utilizados no processo produtivo), sendo uma medida de desempenho fundamental para a avaliação da competitividade industrial.

De acordo com Fonseca (2012), o aumento da produtividade dos fatores de produção é essencial para o crescimento sustentado da produção, influenciando diretamente a competitividade da empresa e, consequentemente, o seu sucesso. Tendo em vista a importância da produtividade para a compe-

titividade empresarial, torna-se importante discutir como essa variável tem evoluído nos últimos anos na indústria de transformação nordestina.

Quando se pretende discutir a questão da produtividade, um primeiro ponto a ser considerado é qual medida de produtividade deve ser utilizada, já que, a partir do conceito apresentado acima, muitas são as formas de calculá-la. Na visão de Martins e Laugeni (2005), as medidas de produtividade podem ser de produtividade total, na qual são consideradas todas as saídas e entradas do sistema de produção, ou medidas de produtividade parcial, em que são considerados apenas

alguns dos elementos de saída e entrada, sendo estas últimas medidas mais simples e, por conseguinte, mais utilizadas.

Segundo Fonseca (2012), apesar das limitações inerentes às medidas de produtividade parcial, denominadas de medidas unifatores, a produtividade do trabalho, que é uma medida unifator, é a mais utilizada na literatura econômica. Assim sendo, no presente trabalho, a análise da produtividade da

indústria de transformação nordestina é feita utilizando-se uma medida de produtividade do trabalho, que consiste na relação entre o valor da transformação industrial (VTI) e o pessoal ocupado. Nesse sentido, o Gráfico 4 apresenta a relação VTI/pessoal ocupado de setores da indústria nordestina em relação à média nacional, de modo que se possa fazer uma avaliação comparativa da indústria de transformação do Nordeste com a indústria brasileira.

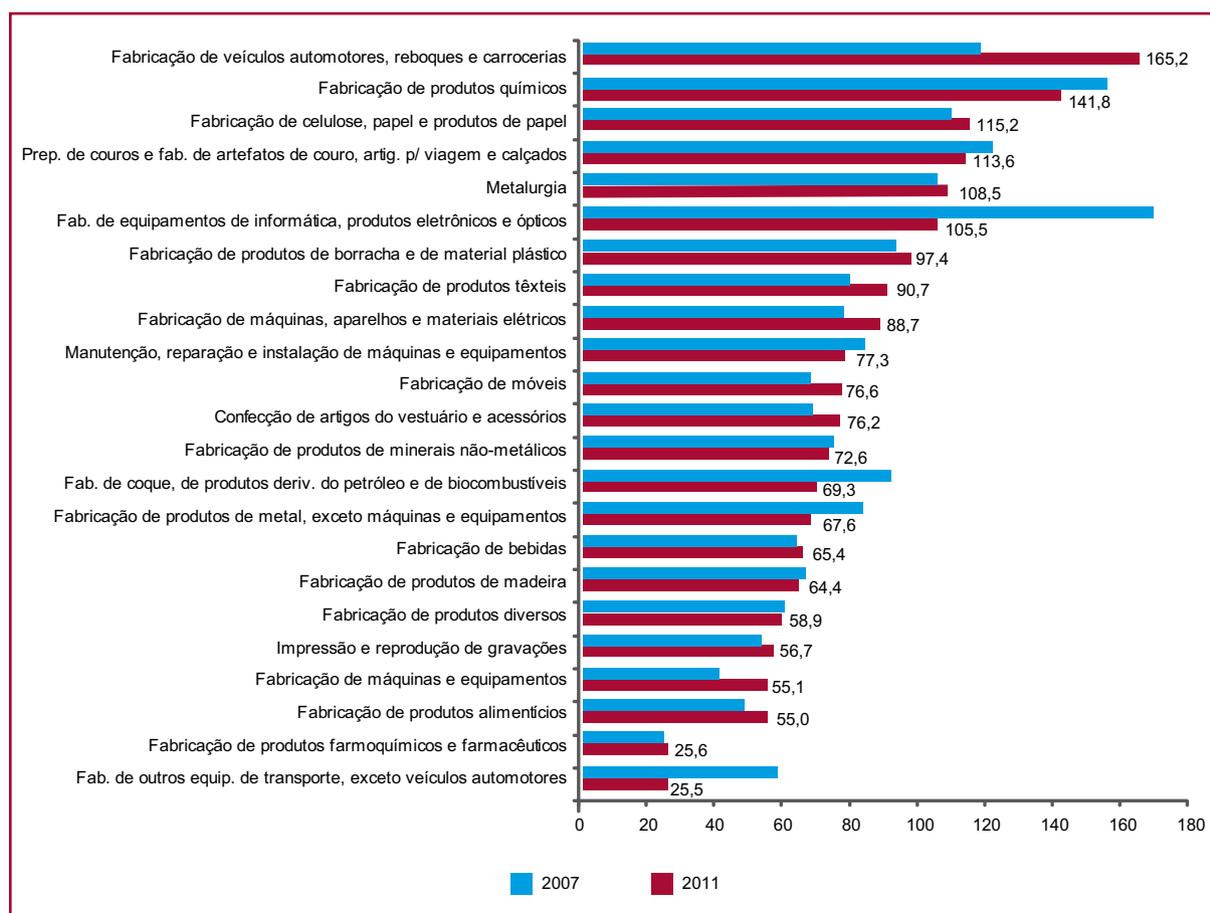


Gráfico 4 – Percentual em Relação à Média Nacional do Valor da Transformação Industrial por Pessoal Ocupado nas Unidades Locais Industriais com 5 ou mais Pessoas Ocupadas por Atividade da Indústria de Transformação no Nordeste – 2007 e 2011

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do IBGE, 2014.

Como se pode perceber a partir do Gráfico 4, dos vinte e três setores analisados, em apenas seis deles a produtividade do trabalho no Nordeste é maior do que a média nacional: fabricação de veículos automotores, reboques

e carrocerias (165,2%); fabricação de produtos químicos (141,8%); fabricação de celulose, papel e produtos de papel (115,2%); preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados

(113,6%); metalurgia (108,5%); e fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (105,5%). Nota-se que constituem setores que, em sua maioria, podem ser caracterizados como de capital intensivo, com exceção da indústria de couro e calçados, que é mão de obra intensiva. A propósito, a alta produtividade do trabalho desse último setor no Nordeste é fundamental para que a Região consiga reter as empresas que já atuam localmente e atrair outras, de modo a consolidar a indústria calçadista nordestina. Por outro lado, apenas dois desses seis setores apresentaram crescimento da produtividade em relação à média nacional entre os anos de 2007 e 2011. Já entre os setores cuja produtividade é abaixo da média nacional, dez apresentaram aumento de produtividade

do trabalho em relação à média nacional, enquanto em sete houve retração.

A maior predominância no Nordeste de setores que apresentam baixa produtividade do trabalho em relação à média nacional, bem como a falta de perspectiva de mudança desse quadro em quase metade dos mesmos (onze, do total de vinte e três setores) é preocupante, tendo em vista que o baixo custo da mão de obra, somado aos incentivos fiscais, são os principais fatores que têm permitido a atração de empresas industriais para se instalarem no Nordeste. Se a produtividade do trabalho for muito abaixo da média nacional, pode anular o efeito atrativo do custo da mão de obra, o que, por sua vez, pode afetar a competitividade e a sustentabilidade da indústria de transformação nordestina.

6 Considerações Finais



Esse artigo buscou analisar o comportamento da indústria de transformação da Região Nordeste no período de 1996 a 2011, utilizando como referência os dados da Pesquisa Industrial Anual Empresa (PIA-Empresa) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para tal, foram analisados os comportamentos das seguintes variáveis: (1) número de unidades locais; (2) pessoal ocupado; (3) salários, retiradas e outras remunerações; (4) valor da transformação industrial (VTI) e; (5) VTI/pessoal ocupado. Essa última variável foi considerada Proxy da produtividade do trabalho.

Com relação às quatro primeiras variáveis, em linhas gerais observou-se um crescimento de seus valores absolutos no período considerado, embora com diferentes desempenhos entre os estados nordestinos. Em ter-

mos nacionais, a indústria de transformação nordestina ganhou participação relativa em todas elas, de modo relativamente uniforme, sendo um pouco maior para as variáveis salários, retiradas e outras remunerações e valor da transformação industrial. Ademais, percebeu-se uma tendência de descentralização da indústria de transformação brasileira, tanto em nível nacional, com perda de participação das regiões Sudeste e Sul e aumento de participação das demais regiões, como em nível regional, com a diminuição da importância relativa das três maiores economias do Nordeste (Bahia, Ceará e Pernambuco).

Apesar dessa tendência de desconcentração observada no período considerado, percebe-se que ainda há forte concentração da indústria nacional no Sudeste, principalmen-

te, e no Sul, bem como, em termos regionais, nos três estados supracitados.

No que diz respeito à produtividade do trabalho (VTI/Pessoal Ocupado), o cenário regional é mais preocupante, já que apenas seis setores da indústria de transformação do Nordeste, entre os vinte e três que constam no maior nível de desagregação apresentado pela PIA-Empresa, possuem produtividade do trabalho maior do que a média nacional. O que agrava esse cenário é o fato de que onze dos setores apresentaram diminuição da produtividade relativa, enquanto os demais apresentaram crescimento, o que parece não permitir uma mudança do cenário do médio prazo. Assim sendo, pode-se afirmar que, na média, a produtividade do trabalho da indústria de transformação nordestina é menor do que a já baixa produtividade do trabalho da indústria brasileira, com poucas perspectivas

de mudanças desse cenário. Considerando-se fatores determinantes do baixo crescimento da produtividade da indústria brasileira destacados por Fonseca (2012) e explicitados no tópico 1, percebe-se a necessidade de se buscar, no curto prazo, melhoria da qualidade da educação, inclusive da educação profissionalizante, bem como aumento do nível de investimento, sobretudo aquele relacionado com pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Como limitação da análise efetuada, não foi possível fazer uma avaliação do possível fenômeno da desindustrialização em nível regional, já que não foi feita uma comparação da produção e do emprego industrial em relação aos demais setores da economia (produção e emprego totais), nem foi discutida a questão da participação de bens industriais no comércio exterior da Região. Essa análise fica como sugestão para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

COSTA, K. G. V.; GONÇALVES, F. O. Desindustrialização e especialização tecnológica: uma análise empírica entre 1989-2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 39, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2011.

DINIZ, C. C.; BASQUES, M. F. D. **A industrialização nordestina recente e suas perspectivas**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.

FLIGESPAN, F. B.; CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C. O desempenho da indústria de transformação nos anos 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 39, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2011.

FONSECA, R. Produtividade e crescimento da indústria brasileira. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 112, p. 42-51, 2012.

IBGE. **Produção industrial anual: empresa**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/produtos/default.shtm>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

MARTINS, P.; LAUGENI, F. **Administração da produção**. S. Paulo: Saraiva, 2005.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

SABOIA, J. **A região nordeste no contexto da indústria brasileira no passado recente**: evolução das desigualdades inter e intrarregionais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

SOARES, C. et al. Uma análise empírica dos determinantes do processo de desindustrialização da economia brasileira no período 1996-2008. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 39, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2011.

WITHER, V. **Indústria em perspectiva**. Disponível em: <<http://www.vitorwilher.com/economia/pib/industria-em-perspectiva-2>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

2 SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

2.1 Síntese

Os dados referentes ao último trimestre de 2013 mostram que o PIB brasileiro alcançou variação de 1,9% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Nesse período, os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará cresceram 0,9%, 2,6% e 3,0%, respectivamente. O PIB brasileiro encerrou o ano de 2013 com crescimento acumulado de 2,3%. No âmbito regional, Bahia, Pernambuco e Ceará alcançaram um crescimento acumulado de 3%, 3,4% e 3,5%, respectivamente. Assim, considerando o desempenho das três maiores economias do Nordeste, pode-se aventar para a Região um crescimento acima dos 3% em 2013, o que vai ao encontro da projeção para o PIB do Nordeste (3,1%), realizada pelo BNB/Etene.

Estima-se que a agropecuária brasileira tenha obtido desempenho positivo em 2013, fechando o ano com Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 381,5 bilhões, 9,8% de aumento frente a 2012, um acréscimo de R\$ 34 bilhões em valores absolutos. Contribuíram especialmente na alta do VBP da agropecuária nacional as culturas da soja (+28%), do milho (+16,7%) e da cana-de-açúcar (+9,8%).

O VBP da agricultura nordestina de 2013 atingiu (estima-se) R\$ 42,6 bilhões, montante 3,7% superior aos R\$ 41,1 bilhões de 2012. Entre as lavouras temporárias, vale destacar o crescimento, em 2013, das culturas da cana-de-açúcar (+6,1%), do milho (+29,8%) e do feijão (+110,2%). Entre as lavouras permanentes, destaque para os incrementos relativos das culturas da banana (+8,7%), do

café (+15%), da castanha de caju (+249,8%), do coco (+6,9%) e do sisal (+50,3%).

Por sua vez, o VBP da pecuária regional, em 2013 foi estimado em R\$ 12,9 bilhões, aumento de 7% sobre 2012, com destaque para os incrementos no VBP do frango (+9,4%) e da carne bovina (+5,6%). Esta última continua sendo a maior geradora de receita no VBP da pecuária nordestina (71%). A produção de ovos também aumentou em 15,6%, alcançando R\$ 1,22 bilhão.

De janeiro a novembro de 2013, o saldo comercial do agronegócio brasileiro foi de US\$ 77,8 bilhões. Com o real desvalorizado em relação ao dólar, o aumento relativo das exportações (+5,6%) foi superior ao das importações (+4%). Ainda assim, o saldo positivo desse importante setor exportador da economia nacional não foi suficiente para tornar superavitário o saldo total do comércio nacional, que foi de -US\$ 91,5 milhões.

Ocorreu déficit também no saldo total da balança comercial nordestina, de -US\$ 10,6 bilhões, aumento de 54,8% sobre os -US\$ 6,9 bilhões do período em 2012. Apesar de superavitário, o agronegócio nordestino teve seu superávit reduzido em 24,8% (de US\$ 5,7 bilhões para US\$ 4,3 bilhões), em relação ao mesmo período de 2012.

Em 2013, a indústria da Região Nordeste cresceu apenas 0,8% em relação a 2012. Ceará (3,0%), Pernambuco (0,8%) e Bahia (3,8%), que são os estados de maior peso na composição do indicador regional, também

tiveram avanços em suas atividades industriais. No indicador de dezembro/13 em relação ao mês precedente, a produção industrial do Nordeste apresentou crescimento de 0,3%, puxado por Pernambuco (3,5%), já que a Bahia (-0,3%) e principalmente o Ceará (-6,4%) tiveram perdas. O indicador interanual do último mês do ano (dez13/dez12) no Nordeste, por sua vez, experimentou recuo na produção industrial de 1,0%, tendo sido influenciado pelos resultados negativos da Bahia (-4,1%) e do Ceará (-1,2%), considerando que Pernambuco avançou 6,5%.

A produtividade do trabalho na indústria, em 2013, aumentou de forma mais expressiva (5,7%) no Nordeste do que no Brasil (2,5%), fato auspicioso ocorrido também em 2012, quando a produtividade do trabalho industrial regional avançou 4,9% enquanto a nacional recuou 0,6%. O desempenho da produtividade dos estados nordestinos pesquisados pelo IBGE também foi superior à média nacional nesses dois anos.

A redução no ritmo de crescimento da taxa de ocupação combinada com as estabilidades da taxa de desocupação e dos rendimentos reais recebidos pelo trabalhador delinearão para o mercado de trabalho brasileiro uma trajetória de desaceleração, movimento que também é percebido no mercado de trabalho formal, com a criação de novos postos de trabalho em 2013, menor do que o número de empregos gerados em 2012. No âmbito regional, Recife e Salvador registraram aumento na taxa de desocupação na comparação com dezembro de 2012, mas tiveram comportamentos distintos nos rendimentos, com crescimento em Recife e queda em Salvador. Em relação ao emprego formal, o Nordeste recuperou em 2013 uma parte dos postos de trabalho perdidos em 2012, registrando crescimento de 12,3% em rela-

ção ao observado no acumulado de janeiro a dezembro de 2012.

A balança comercial brasileira fechou o ano de 2013 com superávit de US\$ 2,5 bilhões, embora esse resultado seja 86,8% inferior ao apresentado em 2012. Houve queda de 0,2% nas exportações (US\$ 242,2 bilhões) e aumento de 7,4% nas importações (US\$ 239,6 bilhões). O fraco desempenho da balança comercial brasileira foi motivado, em parte, pelo déficit na conta de petróleo e derivados.

Ao contrário do País, a balança comercial nordestina encerrou o ano de 2013 com déficit de US\$ 10,5 bilhões. Este resultado decorreu do decréscimo de 8,0% no valor exportado (US\$ 17,3 bilhões) e do incremento de 6,8% das importações (US\$ 27,8 bilhões) comparativamente a 2012.

O Nordeste foi a região brasileira com maior crescimento (6,6% em termos reais) da arrecadação do ICMS em 2013, enquanto o Brasil cresceu 4,7%. A Região Sul ficou em segundo lugar com um crescimento real de 5,2%. Com relação à arrecadação dos estados nordestinos, as notas destoantes foram Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco, com evolução real abaixo dos 4,0%. O setor econômico de maior queda na arrecadação, no período, foi o de energia, situação que deve estar refletindo a política federal de redução das alíquotas de consumo.

O crescimento das transferências do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi de 1,3%, em termos reais, um pouco melhor que as do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, que ficou praticamente estabilizado (+ 0,3% real). Cabe destacar a queda real observada no FPM para as capitais nordestinas, 4,5%, explicada pelas substanciais reduções para Fortaleza, 19,3%, e Recife, 9,2%.

As transferências voluntárias da União para o Nordeste não superaram os valores de 2012; tiveram uma queda de 6,7% em termos reais. Os ministérios majoritários nestas transferências são Educação e Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que representam 88,1% do total das transferências.

No ano de 2013, observou-se que as operações de crédito do País registraram uma nítida tendência de desaceleração, quando comparadas aos anos anteriores. O crescimento moderado do crédito do Sistema Financeiro Nacional resultou, principalmente, do aumento das incertezas macroeconômicas, tanto no âmbito interno, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do endividamento das famílias e da elevação da taxa básica de juros, quanto no âmbito externo, como o aumento da volatilidade dos

mercados internacionais. Os bancos públicos continuaram ganhando participação no crédito total, alcançando participação superior a 50%, assim como a carteira que utiliza recursos direcionados, apesar de, nos últimos meses de 2013 ter-se observado uma mudança nessa tendência.

Em consonância com a situação nacional, a expansão do crédito no Nordeste também apresentou tendência de desaceleração. Contudo, vale ressaltar que a Região Nordeste ainda apresenta níveis de crescimento do crédito acima da média brasileira. Tal crescimento na Região deveu-se exclusivamente aos aumentos registrados pelos bancos públicos, na captação de depósitos e na oferta de crédito, uma vez que os bancos privados apresentaram estagnação na captação, e apenas um leve aumento na oferta de crédito.

2.2 Expectativas

Os crescimentos de 2,3% no acumulado de 2013 e de 0,7% no quarto trimestre, após os ajustes sazonais, não foram suficientes para a revisão das projeções de crescimento mais baixo em 2014 pela maioria das instituições. A confiança em baixa resulta, principalmente, do comportamento dos principais componentes da demanda, que sugerem um PIB morno. De um lado, o aumento na taxa de juros, a incerteza típica de ano eleitoral e a decisão de reduzir o volume de desembolsos do BNDES podem afetar negativamente o investimento; de outro, o consumo das famílias também não deve crescer muito, entre outras razões porque o reajuste real do salário mínimo foi menor este ano.

Apesar disso, o BNB/ETENE estima que o Brasil tem condições de crescer 2,4% em

2014. O carry-over ou herança estatística deve ajudar na manutenção de crescimento da economia brasileira, além de eventos como a Copa do Mundo e o início dos investimentos em infraestrutura, após os leilões deste ano, que devem sustentar a formação bruta de capital fixo.

Para a economia da Região Nordeste, que encontra forte dependência em relação aos condicionantes do crescimento brasileiro, estima-se crescimento de 2,3% em 2014, dentre outras razões pelo menor crescimento real do salário mínimo que afeta, particularmente, o consumo das famílias nordestinas.

A balança comercial brasileira deverá encerrar o ano de 2014 com saldo positivo. Com o aumento da produção interna de pe-

tróleo estimada para esse ano, haverá menor necessidade de importação do produto. Por outro lado, a balança comercial nordestina continuará deficitária devido às importações de bens de capital e bens intermediários.

O comportamento do VBP da agropecuária nordestina é muito dependente das condições climáticas. O biênio 2012/2013 foi de poucas chuvas; 2013 teve pluviosidade média pouco superior a de 2012, o que permite previsões de fechamento de VBP para 2013 um pouco mais otimistas, seja para agricultura (+2,3%) ou para a pecuária (+7%). As previsões climáticas para 2014 são de pluviosidade dentro da média histórica, o que pode potencializar o crescimento desses setores.

Os prognósticos das principais consultorias que divulgam projeções conjunturais apontam para 2014 um crescimento de 1,5% no indicador da produção industrial do Brasil. Ou seja, praticamente o observado em 2013. Para 2015, a previsão é de 3,0%. Já para o Nordeste, estima-se que o desempenho da produção industrial será um pouco melhor do que a do País em 2014, alcançando cerca de 1,70%, e um avanço similar ao do Brasil em 2015, em torno de 3,0%.

O desempenho pífio da produção física industrial do Brasil e, em particular, do Nordeste, registrado em anos recentes, associado à deterioração do saldo da balança comercial de bens industriais, revela a existência de problemas estruturais no País e na Região que dificultam um maior dinamismo dos parques fabris nacional e regional.

O movimento de estabilidade no mercado de trabalho em curso desde 2011 deve continuar em 2014. Embora, se espere que a taxa de desocupação continue registrando valores historicamente baixos, o baixo crescimento da população ocupada deve diminuir a pressão sobre os rendimentos reais, que

deverão manter-se sem grandes variações ao longo de 2014. Esse novo cenário em construção para o mercado de trabalho brasileiro está mais em linha com a trajetória de crescimento moderado da economia para este ano.

No mercado de trabalho das regiões metropolitanas do Nordeste, os comportamentos díspares de Recife e Salvador mostrados em 2013 não permitem que se desenhe um cenário único. Pode-se esperar, apenas, que em 2014, o mercado de trabalho dessas regiões apresente desempenho melhor do que em 2013, uma vez que as economias de Pernambuco e Bahia tiveram crescimento acima do observado para o Brasil. No emprego formal, o bom desempenho do Nordeste dependerá da indústria de transformação e em especial da agropecuária, que tem sentido o efeito da forte estiagem.

Dentre as principais fontes de recursos para os estados e municípios do Nordeste estão as vinculações orçamentárias representadas pelos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). O Tesouro Nacional estimou, com base no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2014, um ingresso de 33,2 bilhões pelo FME e de R\$ 24,7 bilhões pelo FPM, destinando-se R\$ 3,3 bilhões para as capitais regionais.

Para 2014, as expectativas de um crescimento moderado do PIB, sendo este possivelmente mais baixo do que em 2013, bem como do consumo das famílias, serão fatores fundamentais para a continuidade do arrefecimento do crescimento do saldo de crédito total. O crédito direcionado, que sustentou boa parte do crescimento do crédito em 2013, deverá perder ímpeto, tendo em vista que Governo tem acenado com a redução dos aportes do Tesouro Nacional no BNDES, bem como orientado os bancos públicos para que reduzam o ritmo de expansão do crédito. Vislumbra-se

que o ímpeto dos bancos públicos será moderado, em razão do impacto fiscal da expansão do crédito, enquanto que os bancos privados buscarão retomar parte do mercado de crédito no segmento das empresas.

Espera-se que política monetária seja um pouco mais restritiva, com aumentos da taxa básica de juros, de maneira a manter a inflação dentro da meta. Assim, os juros praticados e os spreads poderão sofrer alguma expansão, pressionando a taxa de inadimplência. Nessa perspectiva, estimamos que o

volume de crédito do País deverá crescer no ano de 2014 em torno de 13,5%.

No Nordeste, o ritmo de expansão das operações de crédito deverá manter a tendência de desaceleração já observada. Estima-se para o ano de 2014, um aumento por volta de 16,0%, menor que o de 2013, mas ainda superior ao índice nacional, influenciado pelo crescimento da economia regional. A taxa de inadimplência deverá sofrer uma pequena elevação, refletindo a política monetária a ser adotada.

3 NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 Produto Interno Bruto

A análise trimestral dos dados referentes ao quarto trimestre mostra que o PIB brasileiro alcançou variação de 1,9% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Na mesma base de comparação, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará cresceram 0,9%, 2,6% e 3,0%, respectivamente. No acumulado do ano, o PIB brasileiro encerrou o ano de 2013 com crescimento de 2,3%. No âmbito regional, as economias da Bahia, Pernambuco e Ceará apresentaram crescimento de 3%, 3,4% e 3,5%, respectivamente. Assim, considerando o desempenho das três maiores economias do Nordeste, pode-se aventar para a Região um crescimento acima dos 3% em 2013, o que vai ao encontro da projeção para o PIB do Nordeste (3,1%), realizado pelo BNB/Etene.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o aumento do PIB foi de 1,9%. Todos os setores que contribuem para geração do valor adicionado apresentaram elevação no nível de atividade, de forma que a agropecuária, indústria e serviços, registraram crescimento de 2,4%, 1,5% e 1,8%, respectivamente.

Destaque para o desempenho positivo da agropecuária, que após contração de 1% no terceiro trimestre, em razão de fatores sazonais, cresceu 2,4% no último trimestre. Segundo informações do IBGE (2013), o crescimento da agropecuária (2,4%) pode ser explicado pelo crescimento de alguns produtos que possuem safra relevante no quarto tri-

mestre, com destaque para o trigo (30,4%), cana-de-açúcar (10,0%) e fumo (5,5%). Além da expansão desses produtos, houve também aumento da produtividade, uma vez que, conforme indica o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE), referente a janeiro de 2014, houve também um claro aumento da quantidade produzida vis-à-vis a área plantada.

O comércio, apesar de ter registrado o segundo melhor desempenho na comparação com o quarto trimestre de 2012 (1,8%), mostra a segunda desaceleração consecutiva do ano nessa base de comparação. Foram destaques no crescimento do setor: serviços de informação (7,6%), comércio (2,9%), transporte, armazenamento e correio (2,2%).

O crescimento da indústria (1,5%) foi traicionado pela produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,4%) e construção civil (2,4%).

No acumulado do ano, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro encerrou o ano de 2013 com crescimento de 2,3% em relação a 2012. Contribuíram para esse aumento, a expansão de 2,1% do valor adicionado a preços básicos e o crescimento de 3,3% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Dessa forma, o crescimento do PIB representou um valor de R\$ 4,8 trilhões, sendo R\$ 4,1 trilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos e os outros R\$ 734,4 bilhões, correspondentes aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Para um acompanhamento da atividade em nível regional, tem-se o PIB trimestral das três maiores economias da Região Nordeste, representado pelos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que segundo as contas regionais 2011, representaram mais de 63,4% do PIB da Região Nordeste. O cálculo do PIB trimestral desses estados é realizado pelos Institutos de Planejamento estaduais, como forma de acompanhar a evolução de suas economias e fornecer suporte para decisões estratégicas¹.

Assim, de acordo com o cálculo do PIB, realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o crescimento acumulado da economia baiana no ano em 2013 foi de 3,0%. Em relação ao quarto trimestre, a economia baiana teve variação modesta (0,9%) na comparação com igual período de 2012. Nessa mesma base de comparação, indústria e serviços também obtiveram alterações modestas no último trimestre do ano, 1,5% e 1%, respectivamente, enquanto na agropecuária houve retração de 4,1%.

Segundo informações da SEI, a retração observada na agropecuária baiana no quarto trimestre relativamente ao igual trimestre de 2012, deveu-se ainda aos efeitos da seca sobre algumas culturas, algodão (26,4%), soja (13,9%), cana-de-açúcar (2,0%), cacau (0,8%), mandioca (15,8%) e grãos (6,0%), e também aos efeitos da praga "Helicoverpa

armigera", que tem devastando plantações de milho, algodão e, principalmente, soja do oeste baiano.

As informações divulgadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) mostram crescimento anual de 3,4% para o PIB do estado do Ceará em 2013. No quarto trimestre, o crescimento foi de 2,6% comparativamente ao mesmo trimestre de 2012. A taxa de crescimento do valor adicionado por setores distribuiu-se da seguinte maneira: agropecuária (6,4%), indústria (4,0%) e serviços (1,8%).

A taxa de crescimento do PIB de Pernambuco, no acumulado de 2013, registrou variação de 3,5%, de acordo com os dados divulgados pela Agência CONDEPE/FIDEM. Na comparação com o quarto trimestre de 2012, a economia de Pernambuco cresceu 3,0%. No último trimestre de 2013, indústria (2,1%) e serviços (2,7%) tiveram crescimento, em relação ao registrado no mesmo trimestre do ano anterior, mas a agropecuária registrou variação negativa de 5,4%.

No acumulado do ano de 2013, as economias da Bahia, Ceará e Pernambuco mostraram taxas de crescimento acima da observada para o Brasil, assim, dada a representatividade dessas economias na Região, pode-se aventar em um crescimento acima dos 3% no acumulado do ano de 2013 para o PIB da Região Nordeste (Gráfico 1).

1 A mensuração tem como base os resultados dos grandes setores de atividade econômica (agricultura, indústria e serviço), mas seus resultados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando divulgado o cálculo definitivo das Contas Regionais.

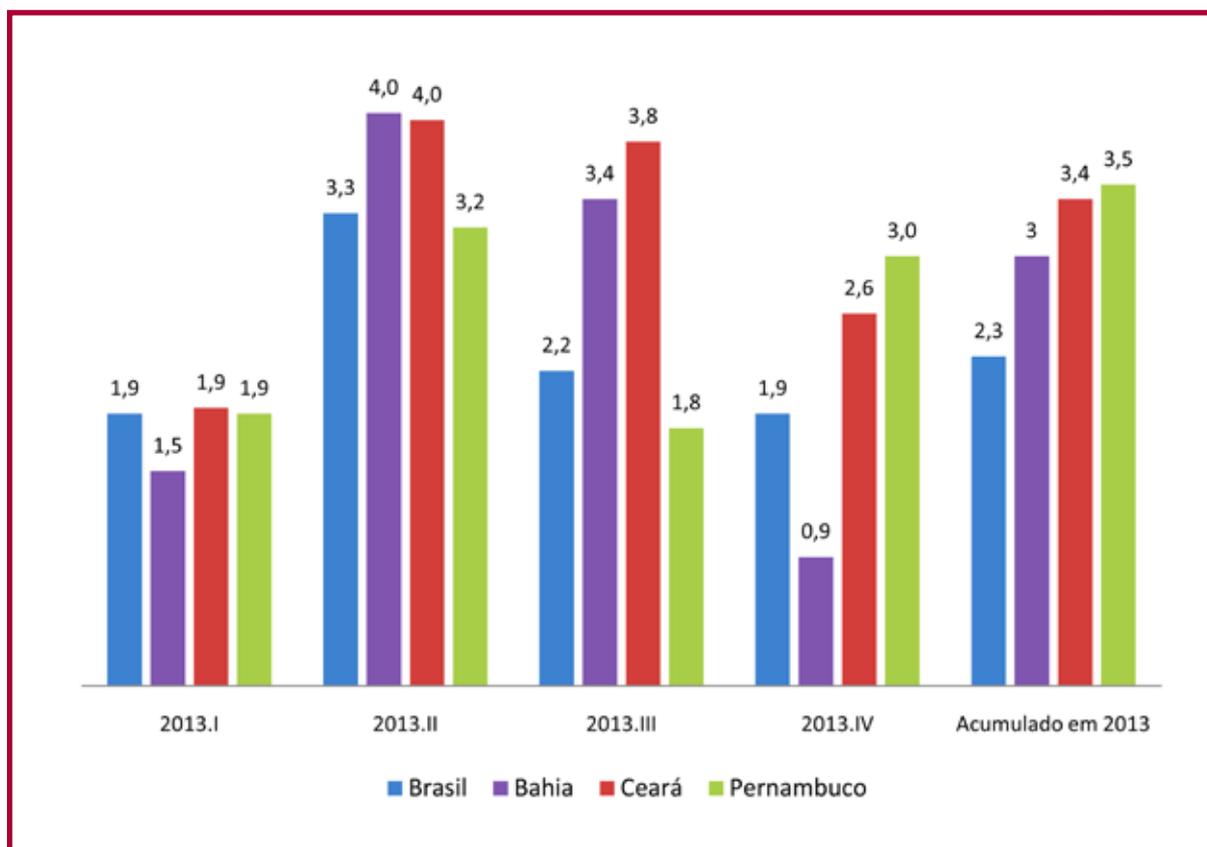


Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB a Preços de Mercado, Trimestral e Acumulado no ano de 2013 – Brasil, Bahia, Ceará e Pernambuco

Fonte: IBGE, IPECE, SEI e CONDEPE/FIDEM. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Outro indicador que também auxilia no acompanhamento da atividade em nível regional é o IBCR, divulgado pelo Banco Central, com o objetivo de fornecer informações sobre flutuações econômicas das regiões e dos principais estados. Nesse sentido, a comparação entre os índices de atividade econômica do Banco Central² para o Brasil (IBC-Br) e para a Região Nordeste (IBCR-NE) também ajuda a fortalecer a tendência de crescimento da economia do Nordeste acima dos 3% em 2013. No acumulado do ano, o IBC-Br registrou variação de 2,5%, resultado próximo ao observado para a economia brasileira em 2013, o que mostra o bom desempenho des-

se indicador em antecipar o movimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para a economia da Região Nordeste, a versão regional desse indicador (IBCR-NE), registrou uma variação no acumulado do ano de 3,7%, o que está em linha com o crescimento acumulado em 2013 para as três maiores economias do Nordeste.

No gráfico 2, estão apresentadas as variações mensais dos IBC-Br e IBCR-NE em relação ao mesmo período do ano anterior. Nele é possível observar que com exceção dos meses de abril e outubro, a economia do Nordeste cresceu acima da economia brasileira em 2013.

2 O IBC-Br é um indicador mensal que procura, com as devidas adaptações, reproduzir o movimento do Produto Interno Bruto (PIB), e, desta forma, avaliar de forma mais ampla o ambiente macroeconômico do País.

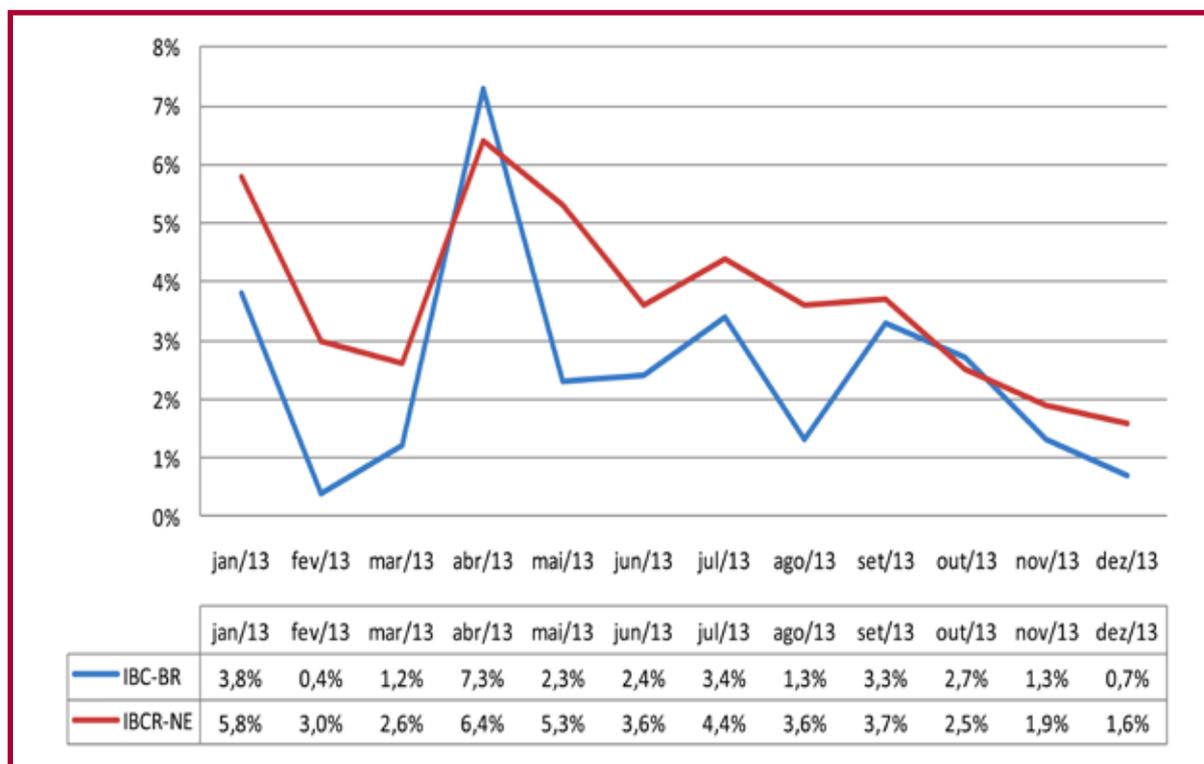


Gráfico 2 – Taxa de crescimento (%) do IBC-Br e do IBCR-NE – 2013 (*)

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Nota: (*) Comparação com igual período do ano anterior.

A tendência de crescimento da economia do Nordeste acima dos 3% no acumulado do ano de 2013 também é dada pela projeção realizada pelo BNB/Etene³ para o PIB da Região. Assim, o crescimento de 2,3% ao ano para o PIB do Brasil contribui para uma projeção de crescimento de 3,1% para a economia nordestina.

A projeção do PIB do Nordeste leva em consideração que o crescimento da economia do Nordeste é influenciado pelos condicionantes do crescimento da economia brasileira, o que pode ser observado pelo comportamento das duas economias em relação as suas tendências de longo prazo. No gráfico 3, é possível observar que as duas economias seguem trajetórias semelhantes em relação ao desvio de seu componente de longo pra-

zo, sugerindo a aderência do crescimento do Nordeste em relação aos condicionantes do crescimento brasileiro.

Para 2014, a previsão é de que a economia brasileira mantenha sua trajetória de crescimento, alcançando um crescimento de 2,4% ao ano, enquanto que, para a economia da Região Nordeste, espera-se uma elevação do nível de atividade em 2,3% em 2014, portanto, em patamar próximo ao projetado para a economia brasileira. O arrefecimento da economia nordestina em comparação a 2013, se deve, em grande medida, à desaceleração dos fatores que vinham impulsionando o crescimento na Região.

Nesse sentido, destaca-se o menor crescimento real do salário mínimo, que vem beneficiando o consumo das famílias, parti-

³ Como esse indicador é disponibilizado pelo IBGE com defasagem de dois anos em relação ao ano corrente, o BNB/Etene faz-se uso de projeções para o acompanhamento da evolução da atividade econômica no Nordeste.

cularmente, do Nordeste e a perspectiva de encarecimento do crédito, que representa um dos pilares do crescimento da atividade eco-

nômica na Região. Nesse contexto, observou-se que, em 2013, o crédito da região nordeste cresceu acima da média nacional em 2013.

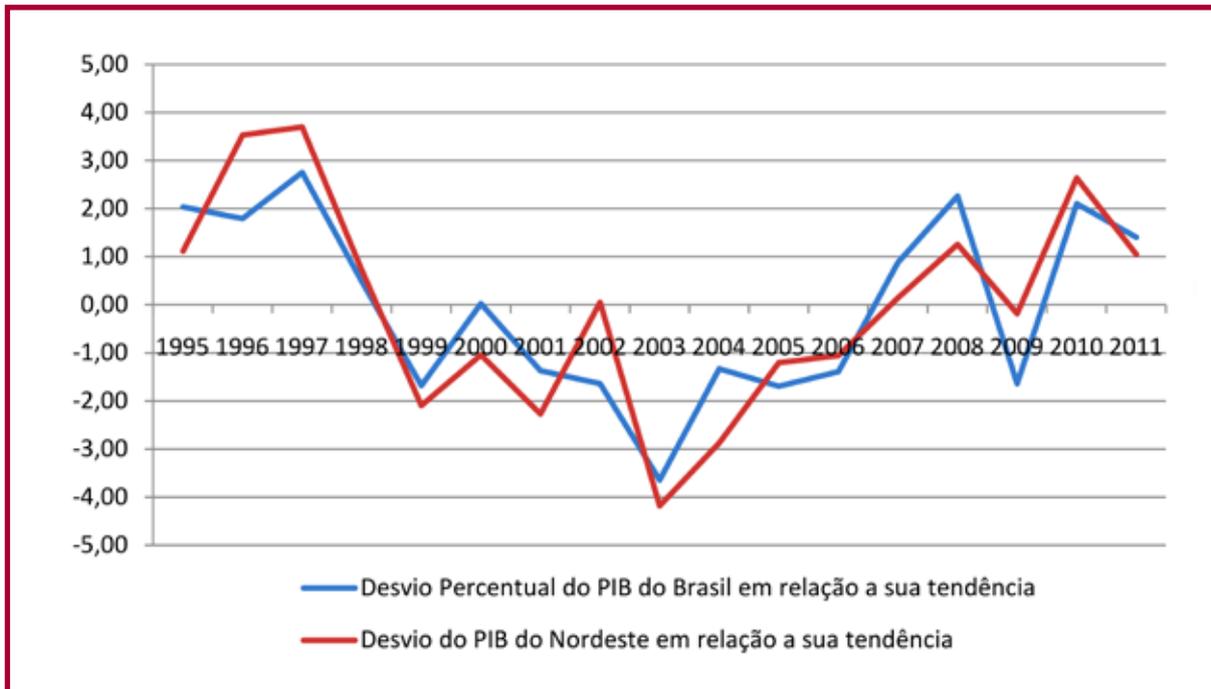


Gráfico 3 – Desvio Percentual do PIB do Brasil e do Nordeste em Relação a sua Tendência (Filtro Hodrick-Prescott) – 1995 a 2011

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Étene-Conjuntura Econômica.

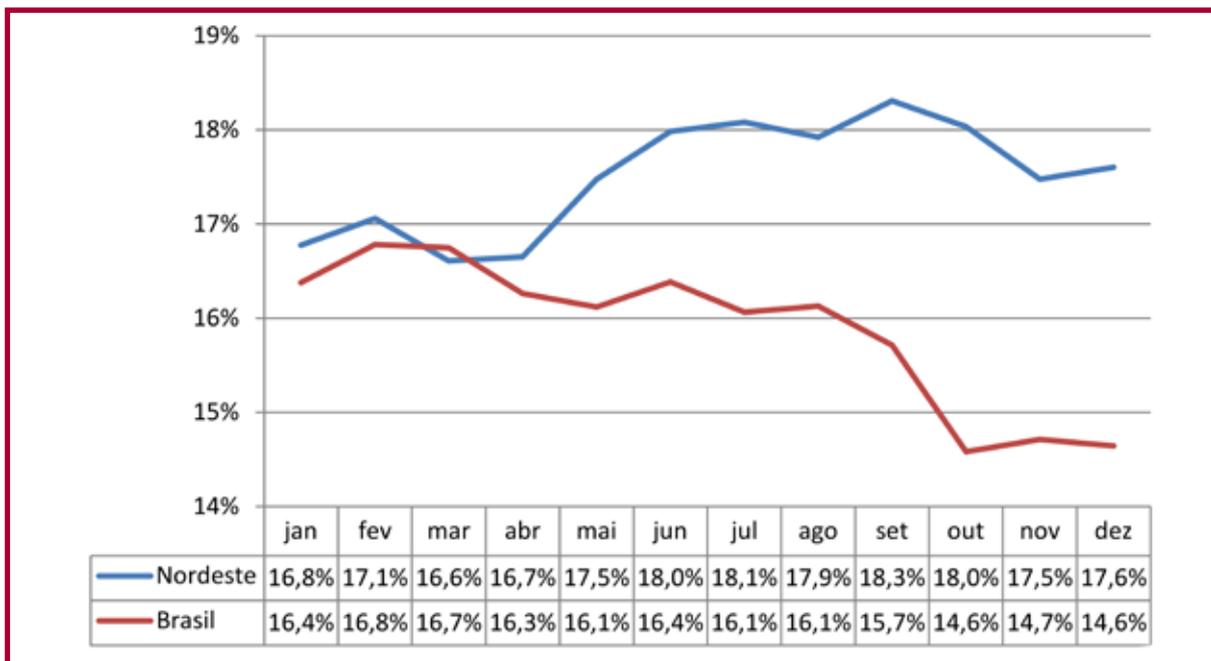


Gráfico 4 – Taxa de Crescimento do Crédito da Região Nordeste e do Brasil (*) - 2013

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014. Elaboração: Equipe BNB/Étene Conjuntura Econômica.

Nota: (*) em relação ao mesmo período do ano anterior.

4 Em 2014, o crescimento real do salário foi de 1,1%, contra, 2,6%, em 2013.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO. **PIB trimestral de Pernambuco: 4º trimestre de 2013.** Disponível em: < <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>>. Acesso em: 10 mar.2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças.** Séries Temporais: indicadores de crédito. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>>. Acesso em: 2014.

IBGE. **Contas regionais do Brasil 2011.** Contas Nacionais. Rio de Janeiro, 40. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014a.

_____. **Indicadores:** contas nacionais trimestrais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 03 mar. 2014b.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Rio de Janeiro, v.26, n.1, 2013.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/>>. Acesso em: 03 mar. 2014c.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **PIB trimestral do Ceará: 4.º Trimestre de 2013.** Disponível em: <<http://www.ipece.gov.br/categoria2/pib/pib>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **PIB trimestral da Bahia: 4º trimestre de 2013.** Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=139&Itemid=210>. Acesso em: 10 mar. 2014.

3.2 Produção Agropecuária

3.2.1 Agricultura

De acordo com o segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2013a), a área estimada para a safra nacional de grãos é de 54,9 milhões de hectares, acréscimo de 3,1% em relação à safra 2012/2013. Destaque para aumento das áreas plantadas com algodão (aumento expressivo de 19,2%, o que representa 172,1 mil

hectares) e com soja (acrécimo de 5,0%, ou seja, 1,4 milhão de hectares).

A safra nacional de grãos está estimada em 194,5 milhões de toneladas, acréscimo de 4,1% em relação a 2012/2013. Novamente, destacam-se as culturas do algodão (acrécimo de 24,7% com relação à safra passada) e da soja (aumento de 9,24% sobre

2011/2012), mas também do feijão (aumento de 14,0% no mesmo período).

Os aumentos previstos para o Piauí (8,6%), a Bahia (5,2%) e o Maranhão (3,1%), deverão contribuir para um crescimento da participação (4,2%) do Nordeste na área brasileira. Juntos, esses estados cultivaram 5,6 milhões de hectares na safra 12/13 passando a cultivar 6,0 milhões de área, ou seja, 79,3% do total na safra nordestina 12/13.

A estimativa de produção regional consolidou-se em 15,7 milhões de toneladas, aumento expressivo de 30,5% em relação

a 12/13, uma vez que os dados do período anterior foram rebaixados pela ocorrência da estiagem pela qual a Região passou e que se espera não se repita em 13/14. A produção de grãos deverá aumentar na maioria dos estados nordestinos, principalmente na Bahia (aumento de 1,75 milhões de toneladas, ou seja, 32,7%) e no Piauí (aumento de 1,23 milhões de toneladas, ou seja, 77,1%). O crescimento da produtividade é consequência das expectativas de aumento da produção na Região de diversas culturas como algodão (39,8%) e soja (38,0%) em percentual superior à ampliação das áreas (Tabela 1).

Tabela 1 – Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos – Safra 13/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (1) (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	Var. % (f/e)
NORTE	1.881,6	2.024,0	7,6	2.935	2.996	2,08	5.522,8	6.063,1	9,78
NORDESTE	7.247,4	7.571,2	4,5	1.658	2.189	32,03	12.018,8	16.574,4	37,90
MA	1.615,7	1.629,0	0,8	2.211	2.414	9,18	3.572,5	3.933,1	10,09
PI	1.264,4	1.381,0	9,2	1.266	2.569	102,92	1.601,1	3.547,1	121,54
CE	787,7	787,7	-	284	823	189,79	223,6	648,2	189,89
RN	29,1	29,1	-	450	739	64,22	13,1	21,5	64,12
PB	109,8	109,8	-	421	474	12,59	46,2	52,0	12,55
PE	314,6	314,6	-	301	482	60,13	94,6	151,7	60,36
AL	76,5	76,5	-	753	753	-	57,6	57,6	-
SE	244,4	244,4	-	4.207	4.207	-	1.028,2	1.028,2	-
BA	2.805,2	2.999,1	6,9	1.919	2.379	23,97	5.381,9	7.135,0	32,57
CENTRO-OESTE	20.661,1	21.372,2	3,4	3.761	3.644	(3,11)	77.715,8	77.887,2	0,22
SUDESTE	4.943,2	5.106,8	3,3	4.083	3.933	(3,67)	20.182,6	20.084,5	(0,49)
SUL	18.523,8	18.904,8	2,1	3.856	3.860	0,10	71.427,2	72.981,6	2,18
NORTE/NORDESTE	9.129,0	9.595,2	5,1	1.922	2.359	22,74	17.541,6	22.637,5	29,05
CENTRO-SUL	44.128,1	45.383,8	2,8	3.837	3.767	(1,82)	169.325,6	170.953,3	0,96
BRASIL	53.257,1	54.979,0	3,2	3.509	3.521	0,34	186.867,2	193.590,8	3,60

Fonte: CONAB, 2014a.

Notas: (1) Produtos selecionados: Carço de algodão, amendoim (1a e 2a safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1a, 2a e 3a safras), girassol, mamona, milho (1a e 2a safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

Algodão

Estima-se uma área cultivada com algodão em 1.090,2 mil hectares, aumento de 21,9% em relação à safra passada. O preço interno da commodity algodão em pluma que vem se recuperando, além da tendência de aumento no mercado externo, associados à quebra na produção do milho, principal commodity concorrente, devido sua fraca comercialização, são fatores que influenciaram as tomadas de decisões dos produtores em aumentar a área para o algodão. Como consequência, têm-se aumento na produção de 25,0% em relação à safra anterior, ou seja, acréscimo de

832,90 mil toneladas, acreditando-se que a produção brasileira registrará 4.162,0 mil de toneladas de algodão em caroço.

Para o Nordeste, espera-se para 2013/2014 aumento de 31,2%, alcançando 1.322 mil toneladas. A expectativa é de que a área destinada ao cultivo no Nordeste acompanhe a tendência nacional, registrando aumento de 16,4% na área cultivada sobre 2012/2013. A Bahia registra o maior aumento, tanto em área plantada (acrécimo de 47,0 mil hectares) quanto em produção (aumento de 299,8 mil toneladas), com incremento na produtividade média de 13,5%; alcançando 3.780 kg/ha na safra 13/14 (Tabela 2).

Tabela 2 – Algodão em Caroço - Comparativo de área, Produtividade e Produção - Safra 13/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	Var. % (f/e)
NORTE	6,0	8,5	41,7	3.150	3.610	14,6	18,9	30,7	62,4
NORDESTE	300,8	350,2	16,4	3.351	3.775	12,7	1.008,0	1.322,0	31,2
MA	16,7	18,6	11,4	3.970	3.970	-	66,3	73,8	11,3
PI	11,4	11,9	4,4	3.270	3.655	11,8	37,3	43,5	16,6
CE	0,9	0,9	-	295	655	122,0	0,3	0,6	100,0
RN	0,1	0,1	-	3.000	3.000	-	0,3	0,3	0,0
PB	0,1	0,1	-	300	615	105,0	-	0,1	-
PE	0,1	0,1	-	380	540	42,1	-	0,1	-
AL	0,1	0,1	-	320	390	21,9	-	-	-
BA	271,4	318,4	17,3	3.330	3.780	13,5	903,8	1.203,6	33,2
CENTRO-OESTE	560,9	700,9	25,0	3.943	3.852	-2,3	2.211,6	2.700,0	22,1
SUDESTE	25,8	29,7	15,1	3.429	3.607	5,2	88,5	107,2	21,1
SUL	0,8	0,9	-	2.625	2.375	-9,5	2,1	2,1	-
NORTE/NORDESTE	306,8	358,7	16,9	3.235	3.771	16,6	1.026,9	1.352,7	31,7
CENTRO-SUL	587,5	731,5	24,5	3.919	3.840	-2,0	2.302,2	2.809,3	22,0
BRASIL	894,3	1.090,2	21,9	3.723	3.817	2,5	3.329,1	4.162,0	25,0

Fonte: CONAB (2013a).

O ano de 2013 finalizou com desaquecimento dos preços nas principais praças brasileiras. Segundo dados do Cepea, no último trimestre de 2013, o mercado interno fechou dezembro com os preços em queda influenciados pelo aumento da oferta de algodão nacional, além do cenário de baixa demanda interna (CEPEA-ESALQ/USP, 2014a). Em São Paulo e Rondonópolis (MT),

os preços registram redução de 3,35% em relação ao mês de setembro/2013 com cotação de R\$ 69,64/@ e R\$ 66,47/@, respectivamente. O mesmo ocorreu nas praças de Barreiras (BA) e Fortaleza (CE), ambas com a cotação de dezembro/2013 de R\$ 67,88/@ e também com os mesmos percentuais de queda em relação a setembro/2013 (3,32%) (Gráfico 1).

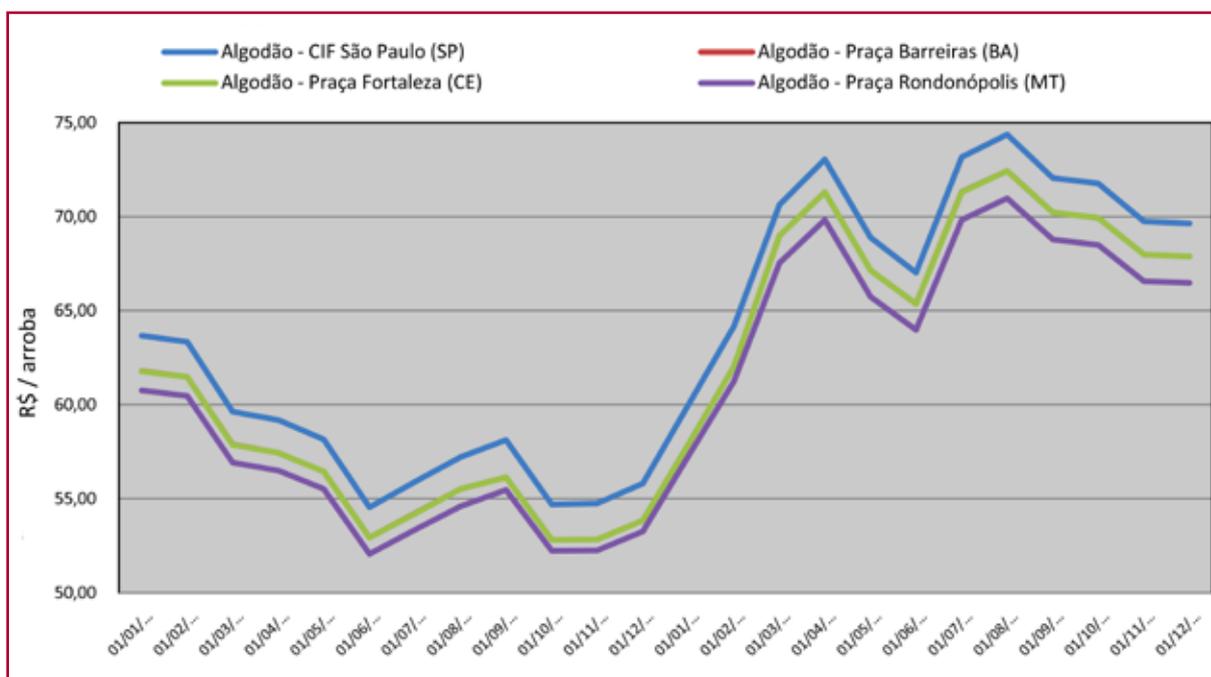


Gráfico 1 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA)¹, Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2012 a dezembro/2013²
 Fonte: CMA, 2014. Elaboração: BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Feijão

A estimativa de área plantada com feijão no Brasil (1^a, 2^a e 3^a safras) está registrada em 3.126,5 mil hectares, pequena variação positiva de 0,5% em relação a 2012/2013. Porém, espera-se produção de 3,44 milhões de toneladas, aumento significativo de 21,7% em relação à safra 2012/2013.

As lavouras de feijão plantadas no Nordeste registram aumento de área de 1,9%, devendo a Região cultivar 1.462,8 mil hectares. Os estados da Bahia e do Maranhão são os principais responsáveis por esse avanço em área plantada, juntos cultivam 47% da área

regional destinada para o feijão. Enquanto os outros estados nordestinos aguardam o período chuvoso, que ainda não foi consolidado, a Conab mantém para seus registros a mesma área plantada da safra anterior e a média da produtividade dos três últimos anos (excetuando os anos atípicos).

A produção total regional pode chegar a 669,2 mil toneladas, aumento de 48,4% em relação à safra 2012/2013. O rendimento também deve se elevar para 458 kg/ha, com incremento de 45,7% em relação à safra anterior, explicado em parte pela redução de área de sequeiro em algumas regiões de plantio (Tabela 3).

1 As cotações na Praça de Barreira (BA) e Fortaleza (CE) foram praticamente as mesmas para o período apurado.
 2 Valores referentes a 31/12/2013.

Tabela 3 – Feijão Total – Comparativo de Área, Produtividade e Produção – Safra 13/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	Var. % (f/e)
NORTE	133,3	133,2	-0,1	786	775	(1,4)	104,7	103,2	(1,4)
NORDESTE	1.435,5	1.462,8	1,9	314	458	45,9	451,0	669,2	48,4
MA	90,1	90,1	0,0	459	437	(4,8)	41,4	39,4	(4,8)
PI	199,3	215,1	7,9	131	473	261,1	26,2	101,8	288,5
CE	341,1	341,1	0,0	201,0	441	119,4	68,7	150,4	118,9
RN	12,4	12,4	0,0	282,0	419	48,6	3,5	5,2	48,6
PB	55,7	55,7	0,0	346,0	305	(11,8)	19,3	17,0	(11,9)
PE	215,1	215,1	0,0	296,0	370	25,0	63,7	79,5	24,8
AL	39,0	39,0	0,0	464,0	464	-	18,1	18,1	-
SE	26,8	26,8	0,0	780,0	780	-	20,9	20,9	-
BA	456,0	467,5	2,5	415	507	22,2	189,2	236,9	25,2
CENTRO-OESTE	356,0	350,9	-1,4	1.637	1.793	9,5	582,7	629,0	7,9
SUDESTE	558,3	537,2	-3,8	1.461	1.654	13,2	815,8	888,3	8,9
SUL	627,9	642,4	2,3	1.398	1.800	28,7	877,8	1.156,7	31,8
NORTE/NORDESTE	1.568,8	1.596,0	1,7	354	484	36,7	555,7	772,4	39,0
CENTRO-SUL	1.542,2	1.530,5	-0,8	1.476	1.747	18,3	2.276,3	2.674,0	17,5
BRASIL	3.111,0	3.126,5	0,5	910	1.102	21,1	2.832,0	3.446,4	21,7

Fonte: CONAB, 2014a.

Para a safra de 2013/2014, com a oferta maior de feijão, o preço da saca tem despencado. Em Barreiras (BA), a saca do feijão tipo carioca de 60 kg atingiu R\$ 100,36³ no mês de dezembro/2013, redução de 39,0% frente aos R\$ 164,60 praticados em setem-

bro/13. Em Irecê (BA), o produto foi cotado a R\$ 110,19, valor 28,6% menor que o de setembro/2013. Em São Paulo (SP), a cotação do feijão preto foi de R\$ 164,53, redução de 4,5% com relação a setembro/2013 (Gráfico 2).

³ Valores referentes a 30/12/2014.



Gráfico 2 – Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2012 a fevereiro/2014

Fonte: CMA, 2014. Elaboração: BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Milho

Estima-se que a produção total de milho no Brasil chegue a 75,4 milhões de toneladas, registrando queda tanto na 1ª safra (6,2%) quanto na 2ª safra (7,2%) em relação à safra passada. Atribui-se essa queda aos al-

tos custos de produção da cultura do milho, atrelados à competição por área entre soja e milho, que tem favorecido à oleaginosa em virtude de sua comercialização (preços mais atraentes e sustentação cambial). A área total cultivada na safra 2013/2014 deverá ser de 15,0 milhões de hectares, redução de 5,0%

Tabela 4 – Milho Total – Comparativo de Área, Produtividade e Produção – Safra 13/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	Var. % (f/e)
NORTE	528,3	527,1	-0,2	3.166,0	3.130,0	-1,1	1.672,3	1.650,0	-1,3
NORDESTE	2.325,5	2.461,6	5,9	2.090,0	2.656,0	27,1	4.859,8	6.538,2	34,5
MA	506,7	522,9	3,2	2.584,0	2.778,0	7,5	1.309,4	1.452,7	10,9
PI	379,8	406,4	7,0	1.429,0	3.231,0	126,1	542,8	1.313,0	141,9
CE	408,7	408,7	0,0	240,0	1.059,0	341,3	98,1	432,8	341,2
RN	13,3	13,3	0,0	355,0	639,0	80,0	4,7	8,5	80,9
PB	53,1	53,1	0,0	496,0	642,0	29,4	26,3	34,1	29,7
PE	94,5	94,5	0,0	167,0	600,0	259,3	15,8	56,7	258,9
AL	34,4	34,4	0,0	637,0	637,0	0,0	21,9	21,9	-
SE	206,6	206,6	0,0	4.557,0	4.557,0	0,0	941,5	941,5	-
BA	628,4	721,7	14,8	3.022,0	3.155,0	4,4	1.899,3	2.277,0	19,9
CENTRO-OESTE	6.172,9	5.810,2	-5,9	5.725,0	5.364,0	-6,3	35.340,2	31.168,1	-11,8
SUDESTE	2.203,0	2.139,2	-2,9	5.755,0	5.614,0	-2,5	12.677,7	12.009,5	-5,3
SUL	4.569,6	4.072,7	-10,9	5.774,0	5.917,0	2,5	26.385,3	24.099,8	-8,7
NORTE/NORDESTE	2.853,8	2.988,7	4,7	2.289,0	2.740,0	19,7	6.532,1	8.188,2	25,4
CENTRO-SUL	12.945,5	12.022,1	-7,1	5.747,0	5.596,0	-2,6	74.403,2	67.277,4	-9,6
BRASIL	15.799,3	15.010,8	-5,0	5.123,0	5.027,0	-1,9	80.935,3	75.465,6	-6,8

Fonte: CONAB, 2014a.

em relação à safra anterior, havendo um crescimento relativo maior na macrorregião Norte-Nordeste (incremento de 4,7%).

No Nordeste, espera-se recuperação na produção de milho nesta safra 2013/2014, devendo haver incremento relativo de produção regional de 34,5% com relação à safra passada. O Ceará deverá registrar considerável aumento na produção do grão, de 341,2% em relação à safra passada, mas cabe lembrar que a comparação está sendo feita com um ano de seca. A Bahia, o maior produtor de milho no Nordeste, registra uma produção 19,9% superior à safra anterior, motivada pela possibilidade de tornar-se um fornecedor privilegiado para a Região. A produção do Estado deverá atingir 6,53 milhões de toneladas, com participação na produção regional de 34,8% (Tabela 4).

De acordo com a Secretaria do Comércio Exterior, as exportações brasileiras de milho registraram aumento de 34,5% frente aos embarques de 2012. As exportações chegaram a 26,62 milhões de toneladas em 2013,

enquanto no ano anterior, atingiram apenas 19,8 milhões de toneladas.

No mercado interno, dezembro finalizou com preços desaquecidos, registrando baixas no decorrer de todo o ano de 2013⁴. O aumento da oferta interna, com produção nacional recorde e estoque crescente, além das incertezas das cotações no mercado internacional e da produção também recorde na safra de milho nos EUA foram os principais elementos para as cotações internas esfriarem. (CEPEA-ESALQ/USP, 2014b).

Em Barreiras (BA), a cotação final da saca de 60 kg em dezembro/2013 foi de R\$ 24,30, desvalorização de 28,5% sobre a cotação de dezembro/2012. Em Fortaleza (CE), a cotação para dezembro/2013 foi de R\$ 32,40, valor 17,9% menor que o praticado no mesmo mês do ano anterior. Em Cascavel (PR), atingiu R\$ 20,25, redução de 37,4% em relação a dezembro/2012. Em São Paulo, a cotação de dezembro/2013 foi de R\$ 26,33, inferior 29,4% à cotação do mesmo período de 2012 (Preço CIF). (Gráfico 3).

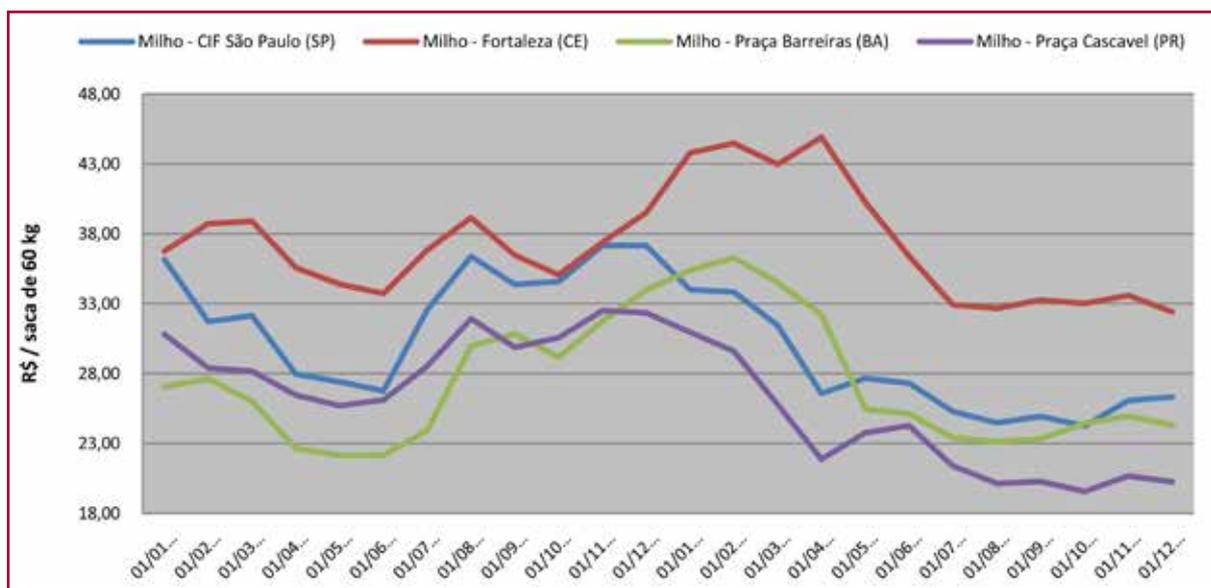


Gráfico 3 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2012 a dezembro/2013

Fonte: CMA, 2014. Elaboração: BNB/Etene Conjuntura Econômica.

4 Valores referentes a 31/12/2013.

Soja

A produção nacional de soja está estimada em 90 milhões de toneladas, acréscimo de 10,4% em relação ao volume produzido na safra 2012/2013, motivado principalmente pelos bons preços alcançados no mercado externo e pelo custo de produção bem menor comparado à commodity milho. Estima-se área cultivada total de 29,6 milhões de hectares, acréscimo de 6,9% sobre a safra anterior.

Para o Nordeste, estima-se um crescimento na área cultivada de 4,0%, que deve subir para 2,5 milhões de hectares. Na produção, espera-se aumento de 38,5% da oleaginosa, alcançando 7,3 milhões de toneladas. Destaque-se crescimento da produtividade nordestina com intensidade oito vezes maior que a nacional (33,2% x 4,0%) (Tabela 5).

Tabela 5 – Soja – Comparativo de Área, Produtividade e Produção – Safra 13/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 ¹ (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 ¹ (f)	Var. % (f/e)
NORTE	901,5	1.048,8	16,3	2.952,4	3.072,0	4,1	2.661,5	3.222,5	21,1
NORDESTE	2.414,3	2.540,9	5,2	2.193,1	2.922,0	33,2	5.294,8	7.335,8	38,5
MA	586,0	608,3	3,8	2.877,0	2.980,0	3,6	1.685,9	1.812,7	7,5
PI	546,4	628,4	15,0	1.678,0	2.990,0	78,2	916,9	1.878,9	104,9
BA	1.281,9	1.274,2	-0,6	2.100,0	2.860,0	36,2	2.692,0	3.644,2	35,4
CENTRO-OESTE	12.778,2	13.706,0	7,3	2.981,0	3.068,0	2,9	38.091,4	42.055,4	10,4
SUDESTE	1.758,2	1.970,1	12,1	3.086,1	2.971,0	-3,7	5.425,9	5.853,4	7,9
SUL	9.883,9	10.427,2	5,5	3.037,8	3.025,0	-0,4	30.025,8	31.546,7	5,1
NORTE/NORDESTE	3.315,8	3.559,7	7,4	3.200,0	3.200,0	0,0	7.956,3	10.558,3	32,7
CENTRO-SUL	24.420,3	26.103,3	6,9	3.011,6	3.044,0	1,1	73.543,1	79.455,5	8,0
BRASIL	27.736,1	29.663,0	6,9	2.938,4	3.035,0	3,3	81.499,4	90.013,8	10,4

Fonte: CONAB, 2014a.

De acordo com a SECEX, foram embarcadas pelo Brasil 42,8 milhões de toneladas de soja em grão em 2013, ao preço médio de US\$ 533,05 a tonelada, atingindo os maiores patamares dos últimos 10 anos. Os preços externos seguiram firmes em 2013 ante a reduzida oferta da oleaginosa por parte dos EUA e das condições climáticas que acometeram negativamente as lavouras de soja no Brasil.

As cotações no mercado interno finalizaram 2013 também em alta, reflexo das boas

expectativas do preço externo e frente à demanda interna bastante aquecida. Mesmo com o grande volume comercializado tanto no mercado interno quanto no externo, o problema logístico foi o principal gargalo da cultura, com o transporte do grão em rodovias precárias. (CEPEA-ESALQ/USP, 2014b).

Em Barreiras (BA), a cotação final da saca de 60 kg em dezembro/2013 foi de R\$ 66,74, valorização de 25,0% sobre a cotação de dezembro/2012. Em Cascavel (PR) a cotação de dezembro/2013 foi de R\$ 74,97, valor

¹ Valores referentes à 31/12/2013.

31,79% maior que o praticado no mês de dezembro do ano anterior. Já a cotação em Sorriso (MT) atingiu R\$ 62,66, pequena redução (0,45%) em relação a dezembro/2012.

Na praça de Balsas (MA) a cotação de dezembro/2013 foi de R\$ 61,08, inferior 11,26% à cotação do mesmo período de 2012 (Preço CIF). (Gráfico 4).

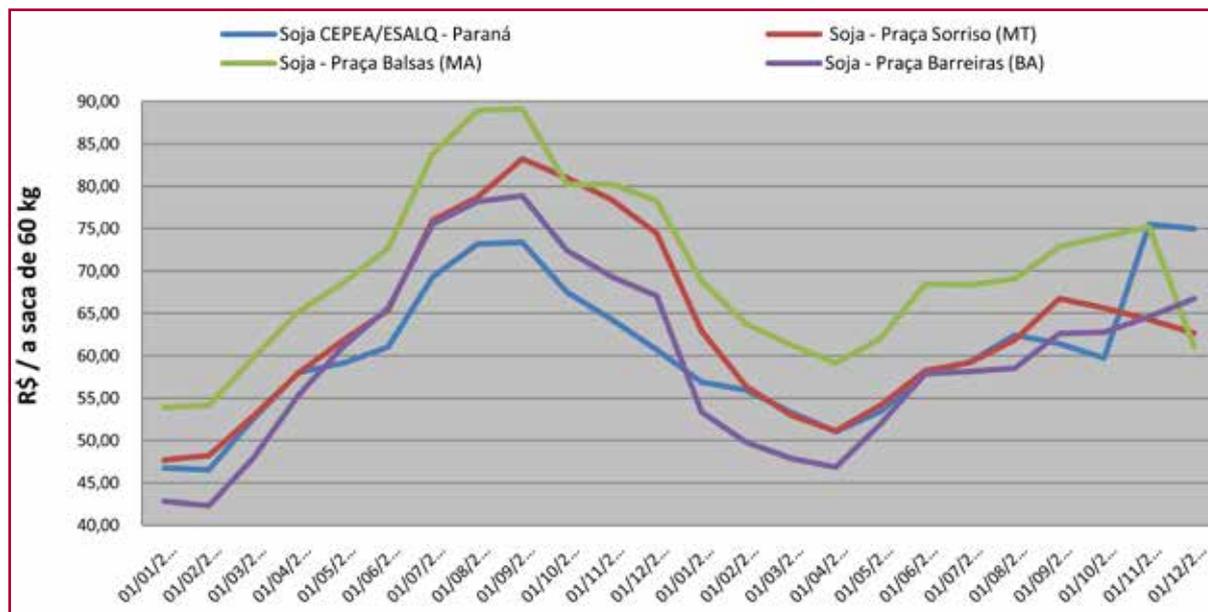


Gráfico 4 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e São Paulo pelo Indicador CEPEA-ESALQ/USP, de janeiro/2012 a dezembro/2013

Fonte: CMA, 2014. Elaboração: BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Café

De acordo com a primeira estimativa⁶ da safra 2014 de café, a área plantada no País com as variedades arábica e robusta (conillon) totalizará 1,95 milhão de hectares, redução de 3,0%, que corresponde 61,1 mil hectares a menos em relação à safra 2013.

Para a safra de 2014, espera-se produção de 48,3 milhões de sacas de 60 quilos do produto beneficiado, redução de 1,65% em relação a 2013. A variedade tipo arábica teve seu beneficiamento reduzido em 5,2%. Essa redução é explicada em parte pelos baixos preços praticados no mercado e a chuva

intensa nas principais regiões produtoras que ocorreu ao longo de dezembro/2013, influenciando os produtores a reduzirem os tratamentos culturais. Porém, mesmo para o tipo robusta, registrando positivamente, alta de 10,8%, a produção total vem apresentando redução em suas estimativas devido à grande representatividade do café arábica, que ficará em 77,0% do total de café beneficiado no País (CONAB, 2014d).

Para o principal produtor de café do Nordeste (Bahia), estima-se produção de 2,02 milhões de sacas de 60 kg beneficiadas, acréscimo de 12,2% em relação à safra anterior, devido às boas condições climáticas que

⁶ Acompanhamento da safra brasileira – Café - Safra 2014. Primeira estimativa, janeiro/2014. Companhia Nacional de Abastecimento – Brasília: Conab, 2014.

favoreceram o desenvolvimento da cultura. A estimativa da produção do café arábica na região baiana do Planalto foi de redução de 25,7%, enquanto na do Atlântico (onde as lavouras se encontram na fase inicial), acres-

cimo de 15,0%. Na região do Cerrado, sob o sistema de irrigação, a lavoura se desenvolveu de forma satisfatória, esperando-se aumento na produção de 6,38%. A safra atingirá 769,6 mil sacas/60 kg (Tabela 6).

Tabela 6 – Café beneficiado - Comparativo de Área e Produção – Safra 2014

UF/ Região	Área (ha)			Produção (mil sacas beneficiadas)						Var. Total % (d/c)
	Safra 2013 (a)	Safra 2014 ⁽¹⁾ (b)	Var. % (b/a)	Safra 2013 (c)			Safra 2014(1) (d)			
				Arábica	Conillon	Total	Arábica	Conillon	Total	
Minas Gerais	1.037.797	1.010.498	(2,6)	27.380,0	280,0	27.660,0	26.349	292	26.641	(3,7)
-Sul e Centro-Oeste	521.187	507.436	(2,6)	13.355,0	0,0	13.355,0	13.735	-	13.735	2,8
-Cerrado-Triângulo, Alto Paranaíba e NO	169.415	175.245	3,4	5.213,0	0,0	5.213,0	6.271	-	6.271	20,3
-Zona da Mata, Rio Doce e Central	309.593	290.715	(6,1)	8.133,0	182,0	8.315,0	5.662	190	5.852	(29,6)
-Norte, Jequitinhonha e Mucuri	37.602	37.102	(1,3)	679,0	98,0	777,0	682	102	784	0,8
Espírito Santo	453.167	448.195	(1,1)	3.486,0	8.211,0	11.697,0	2.935	9.071	12.006	2,6
São Paulo	162.329	162.329	-	4.010,1	0,0	4.010,1	4.442	-	4.442	10,8
Paraná	65.150	34.750	(46,7)	1.650,0	0,0	1.650,0	640	-	640	(61,2)
Bahia	134.511	138.361	2,9	1.079,9	723,4	1.803,3	1.254	770	2.023	12,2
- Cerrado	11.859	11.298	(4,7)	398,8		398,8	459	-	459	15,0
- Planalto	98.474	102.833	4,4	1.071,0		1.071,0	795	-	795	(25,8)
- Atlântico	24.179	24.230	0,2	0,0	723,4	723,4	-	770	770	6,4
Rondônia	102.840	100.555	(2,2)	0,0	1.357,0	1.357,0	-	1.614	1.614	18,9
Mato Grosso	20.890	20.890	-	1,6	169,9	171,5	2	170	172	-
Goiás	6.383	6.383	-	265,5		265,5	269	-	269	1,3
Pará	6.383	6.383	-	0,0	121,7	121,7	-	122	122	-
Rio de Janeiro	13.276	13.276	-	281,0	0,0	281,0	281	-	281	-
Outros	13.700	13.700	-	131,7	2,8	134,5	132	3	135	-
BRASIL	2.016.425	1.955.319	(3,0)	38.285,8	10.865,8	49.151,6	36.303	12.040	48.343	(1,6)

Fonte: CONAB, 2014b.

Nota: (1) Média entre o total inferior e superior.

A produção mundial registra 150 milhões de sacas/60kg devido ao ritmo acelerado dos maiores produtores mundiais de café (Brasil com 34,4%, Vietnã 14,6%, Indonésia 10,9% e Colômbia com 7,7% da produção total). Com produção volumosa associada à menor demanda, o estoque final permaneceu alto e a cotação do café foi pressionada no mercado internacional em 2013. Para o Brasil, o cenário foi menos animador. Além da baixa

liquidez do produto no mercado, parte da safra sofreu com a estiagem no início do ano prejudicando os cafezais. Parte da produção teve redução da qualidade do grão devido a algumas chuvas que ocorreram durante a colheita. (CEPEA-ESALQ/USP, 2014c).

No mercado interno, os preços⁷ do café recuaram devido à fraca demanda e aos lotes restantes da safra de 2012/2013, ainda não

comercializados. Segundo o índice CEPEA-ESALQ/USP, o café arábica, em dezembro de 2013, foi cotado a R\$ 275,50/saca e o conillon registrou R\$ 225,90/saca, reduções de 24,4% e 17,6%, respectivamente, em relação a dezembro/2012 na Praça de São Pau-

lo. Em Vitória da Conquista, o café Bica Rio T6/7 foi cotado a R\$ 189,6/sc, desvalorização de 34,8% em relação a dezembro/2012; na mesma praça, o café Bica Dura atingiu R\$ 243,3/SC e o café despulpado alcançou R\$ 287,6/sc, quedas de 28,9% e 21,70% no mesmo período, respectivamente (Gráfico 5).

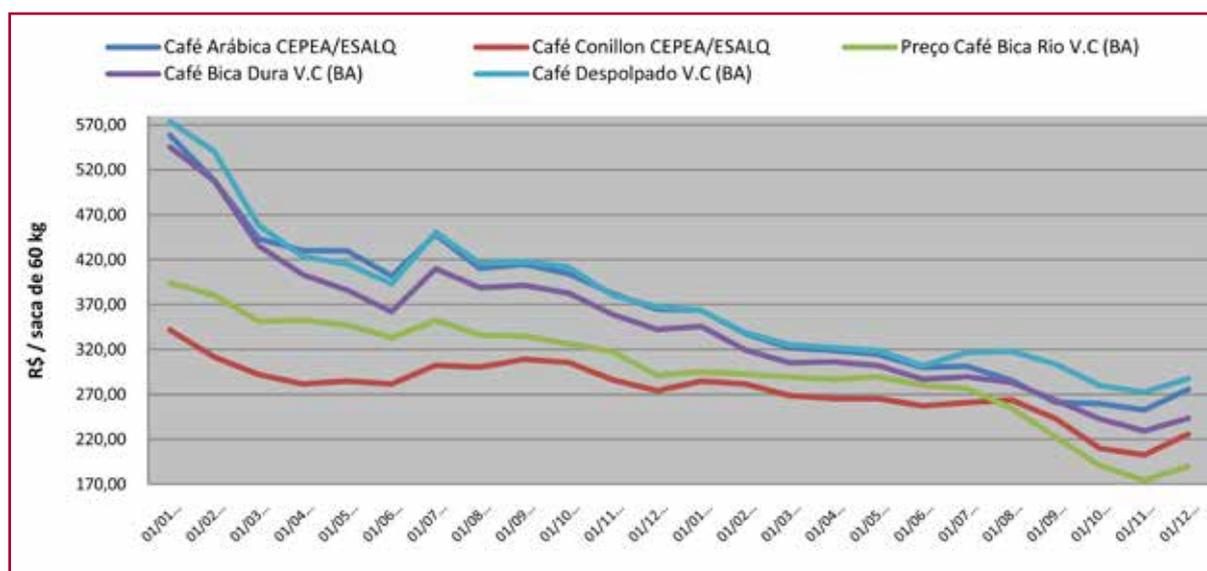


Gráfico 5 – Evolução dos Preços da Saca de 60 Kg em Vitória da Conquista (BA) dos cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despulpado e Índice CEPEA-ESALQ/USP para o Café tipo Arábica e Conillon, de janeiro/2012 a dezembro/2013

Fonte: CMA, 2014; CEPEA-ESALQ/USP, 2014f.

Cana-de-Açúcar

De acordo com o terceiro levantamento⁸ da safra 2013/2014, a lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão nas principais áreas produtoras do Brasil. A área a ser cultivada para esta safra é de 8,8 milhões de hectares, superior em 3,8% à da safra passada (acrécimo de 325,8 mil hectares). Estima-se produção 12,0% superior à safra 2012/2013, totalizando 659,8 milhões de toneladas de cana moída (aumento de 70,9 milhões). A produtividade terá incremento de 7,9% em

relação à safra passada, atingindo 74.891 kg/há. (CONAB, 2014).

O destino da cana-de-açúcar deverá ficar 46,1% para a produção de açúcar e 53,9% para o etanol. Deverão ser produzidas 38,81 milhões de toneladas de açúcar, acréscimo de apenas 1,23% frente à safra passada. Já a produção de etanol deverá gerar 27,66 bilhões de litros em 2013/2014 (acrécimo de 4,02 bilhões de litros ou 17,0%, em relação à safra anterior). Desse total do etanol, cerca de 57,6% corresponde ao etanol hidratado (15,9

7 Valores referentes a 31/12/2013.

8 Acompanhamento da safra brasileira – Cana-de-Açúcar - Safra 2013/2014. Segundo Levantamento, agosto/2013. Companhia Nacional de Abastecimento – Brasília: Conab, 2013.

bilhões de litros), e 44,4% ao etanol anidro (11,7 bilhões de litros). (CONAB, 2014).

Na Região Nordeste, mesmo com os índices pluviométricos abaixo da média histórica, que provocaram atrasos no desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar, as estimativas dos canaviais colhidos para a safra 2013/2014 apesar de tímidas, são positivas. A produção deverá aumentar 1,9%, passando de 52,9 milhões de toneladas para 53,9 milhões de toneladas.

Alagoas, o maior produtor nordestino, responsável por 45,2% da produção regional, terá redução em área plantada de 0,7% em relação à safra passada, registrando

442,6 mil hectares. Sua produção registra aumento de 3,8% (com 24,4 milhões de toneladas), alcançando, como consequência, um razoável nível de produtividade, cerca de 55.200 kg/ha, acréscimo de 4,5% em relação à safra anterior. Para Pernambuco, que responde por 24,7% da produção regional, a área destinada para a cana-de-açúcar deverá registrar 286,0 mil hectares, representando redução de 8,35%. Nesse mesmo sentido, ao obter produção 13,3 milhões de toneladas, apresentará decréscimo de 1,7% em relação à safra anterior. O percentual da quebra na safra de cana-de-açúcar no estado Pernambucano é resultado da morte da cana por conta da seca de 2013 (Tabela 7).

Tabela 7 – Cana-de-Açúcar – Comparativo de Área, Produtividade e Produção – Safra 13/14

Região/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 12/13 (a)	Safra 13/14 (b)	Var. % (b/a)	Safra 12/13 (c)	Safra 13/14 (d)	Var. % (d/c)	Safra 12/13 (e)	Safra 13/14 (f)	Var. % (f/e)
NORTE	42,0	46,4	10,5	70.432	77.339	9,8	2.957,4	3.587,0	21,3
NORDESTE	1.083,2	1.060,0	-2,1	48.903	50.941	4,2	52.972,2	53.995,5	1,9
MA	41,9	39,6	-5,6	49.450	58.000	17,3	2.072,0	2.294,5	10,7
PI	14,7	15,0	2,0	56.181	56.660	0,9	828,1	851,6	2,8
CE	1,1	1,8	54,4	50.000	76.430	52,9	57,0	134,5	136,0
RN	53,6	54,7	2,0	41.920	37.690	-10,1	2.247,8	2.061,3	-8,3
PB	122,0	122,4	0,3	43.900	43.180	-1,6	5.354,9	5.283,1	-1,3
PE	312,1	286,0	-8,4	43.500	46.679	7,3	13.575,9	13.351,6	-1,7
AL	445,7	442,6	-0,7	52.800	55.200	4,5	23.533,5	24.431,0	3,8
SE	43,4	44,5	2,4	51.100	53.500	4,7	2.219,3	2.379,1	7,2
BA	48,6	53,5	10,0	63.440	60.000	-5,4	3.083,8	3.208,8	4,1
CENTRO-OESTE	1.504,1	1.680,4	11,7	70.474	72.892	3,4	106.001,3	122.484,2	15,5
SUDESTE	5.243,3	5.436,3	3,7	73.852	80.411	8,9	387.228,3	437.137,6	12,9
SUL	612,4	587,8	-4,0	64.920	72.549	11,8	39.756,4	42.645,8	7,3
NORTE/NORDESTE	1.125,2	1.106,3	-1,7	49.706	52.048	4,7	55.929,7	57.582,5	3,0
CENTRO-SUL	7.359,8	7.704,5	4,7	72.419	78.171	7,9	532.986,0	602.267,6	13,0
BRASIL	8.485,0	8.810,8	3,8	69.407	74.891	7,9	588.915,7	659.850,1	12,0

Fonte: CONAB, 2014c.

No mercado internacional, os preços do açúcar finalizaram o ano de 2013 em baixa devido ao excedente de 4,7 milhões de toneladas da safra 2012/2013. Com essa tendência de desaceleração dos preços no mercado externo associada a uma produção de açúcar nacional praticamente estável, parte da quantidade que seria exportada foi redirecionada para o mercado interno (US\$ 403,88/ton⁹), mercado este que estava mais vantajoso se comparado ao mercado externo (US\$ 366,23/ton¹⁰) (CEPEA-ESALQ/USP, 2014m).

A cotação de dezembro de 2013¹¹, do indicador CEPEA-ESALQ/USP do açúcar em São

Paulo, foi de R\$ 50,38/sc, desvalorização de 1,48% em relação ao mesmo mês em 2012. Na Região Nordeste, as cotações da saca de açúcar de 60 kg seguem em ritmo lento (alguns produtores não participaram das negociações por não aceitarem a oferta inicial dos compradores) e com desvalorizações frente à demanda retraída: em Pernambuco, fecharam em dezembro/2013 por R\$ 51,94, inferior 16,13% frente ao mês de dezembro/2012. Em Alagoas, a saca foi negociada por R\$ 53,44, redução de 11,22% para o mesmo período (CEPEA-ESALQ/USP, 2014f). (Gráfico 6).

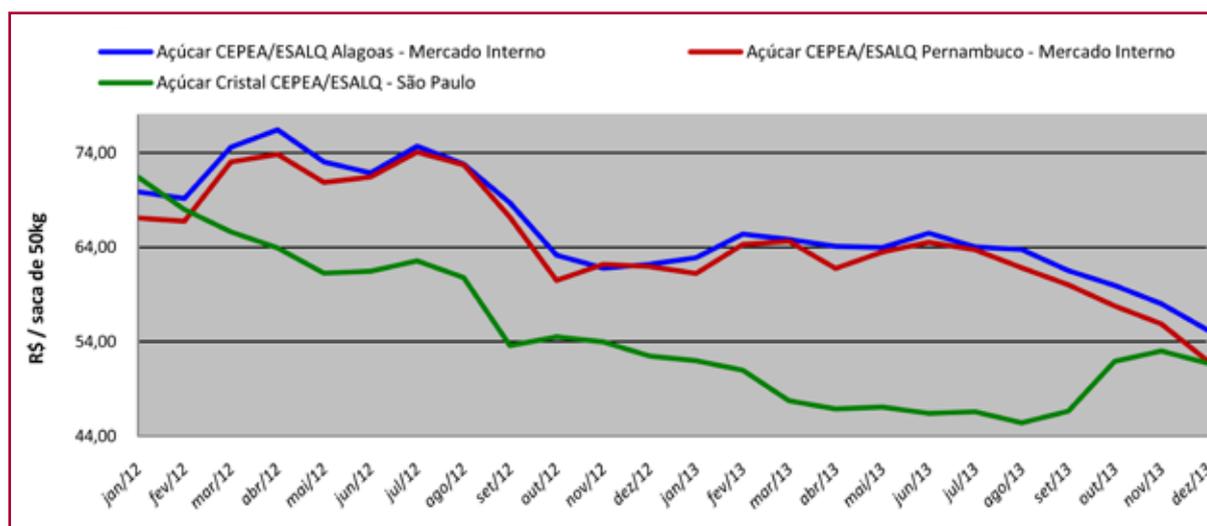


Gráfico 6 – Evolução dos Preços da Saca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo indicador CEPEA-ESALQ/USP, de janeiro/2012 a dezembro/2013

Fonte: CEPEA-ESALQ/USP, 2014a. Elaboração: Equipe BNB/Étene Conjuntura Econômica.

O aumento da demanda por álcool anidro, devido ao maior percentual da mistura com a gasolina C (aumento da participação do anidro na gasolina de 20% para 25%), foi um dos responsáveis pelo destino dos 53,9% da cana moída para a produção de etanol. Mesmo com pequenas variações positivas ante

ao período de 2012, os preços do etanol estiveram bem firmes no decorrer do ano de 2013. (CEPEA-ESALQ/USP, 2014f).

Nos principais mercados do Nordeste, as cotações do etanol hidratado variaram positivamente devido ao aumento do consumo

9 Média mensal das cotações no mercado interno equivalente do Cristal 150 em Santos/SP em dezembro de 2013.

10 Média mensal das cotações da Bolsa de Nova York (ICE Futures) em dezembro de 2013.

11 Valores referentes a 27/12/13.

que cresceu bem mais do que o de gasolina C. Segundo os indicadores mensais do CEPEA-ESALQ/USP, para dezembro/2013¹², o álcool hidratado, em Alagoas, esteve cotado em R\$ 1,37/l, aumento de 5,17% em relação ao mesmo mês de 2012; em Pernambuco, alcançou R\$ 1,34/l, acréscimo de 5,17% para o mesmo período; em São Paulo registrou o maior valor para o anidro, R\$ 1,46/l com valorização de 6,02% frente ao cotado

em dezembro/2012. Para o álcool anidro, as cotações nas principais praças foram bem diferenciadas: em Alagoas, a cotação de R\$ 1,61 registrou uma leve queda de 0,97% em relação a dezembro/2012; em Pernambuco, o preço do litro foi de R\$ 1,59, redução de 16,18% para o mesmo período; já em São Paulo, a cotação de R\$ 1,30/l obteve valorização de 7,21% frente ao comercializado em dezembro de 2012 (Gráfico 7).

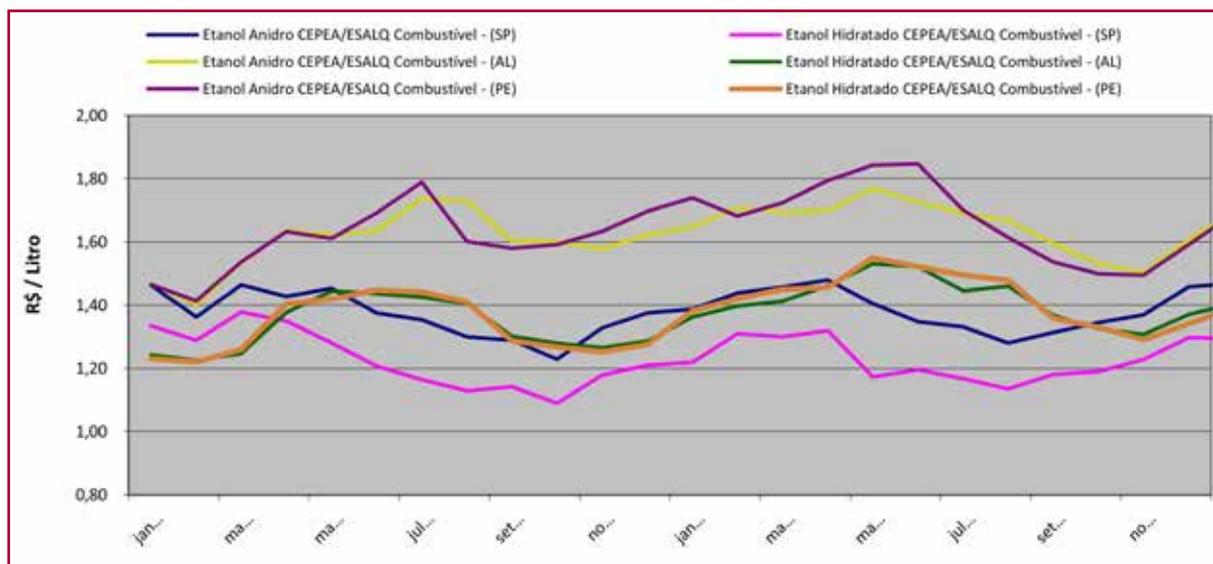


Gráfico 7 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, São Paulo Pernambuco e São Paulo pelo Indicador Mensal CEPEA-ESALQ/USP, de janeiro/2012 a dezembro/2013

Fonte: CEPEA-ESALQ/USP, 2014b. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

3.2.2 Pecuária

Após quatro meses de altas seguidas, a cotação do boi gordo voltou a cair em outubro. O indicador de preços da arroba bovina (ESALQ/BMFBovespa) fechou em R\$ 107,75, queda de 2,2% em relação a setembro, por pressão da indústria, que, mesmo com a ofer-

ta restrita, tentou negociar preços menores (CEPEA-ESALQ/USP, 2014f). Em novembro, os preços se firmaram, em razão da oferta restrita do período de entressafra e do bom desempenho das exportações de carne in natura, gerando alta de 1,7%, levando o indica-

¹² Valores referentes a 27/12/13.

dor a R\$ 109,59/@, superior 13% em relação a novembro de 2012 (CEPEA-ESALQ/USP, 2014g). Em dezembro, a oferta restrita, ocasionada também pelas adversidades climáticas, motivou nova alta de 4,7% em relação a novembro, elevando o indicador para R\$ 114,76/@ (CEPEA-ESALQ/USP, 2014h). Entre outubro e dezembro, a variação foi de 4,1%.

Em outubro, o volume nacional de leite captado aumentou 3,9% em relação a setembro, em função das chuvas ocorridas nas principais regiões produtoras, o que manteve praticamente estável o preço bruto pago ao produtor, elevando-se 0,1%, para R\$ 1,1178/l (CEPEA-ESALQ/USP, 2014i). Em novembro, houve redução de 1,5%, para

R\$ 1,1011/l, em razão de novo aumento da oferta (CEPEA-ESALQ/USP, 2014j). E, em dezembro, nova redução de 5,4%, para R\$ 1,0416/l, pela consolidação do período de safra. Ainda assim, se comparada a dezembro de 2012, a alta é de 11,1%, em termos reais, creditada principalmente à demanda interna aquecida (CEPEA-ESALQ/USP, 2014k). Ao longo do último trimestre de 2013, a queda foi de 6,7%.

No Nordeste, conforme informações das Centrais de Apoio Operacional do Banco nos estados, os preços médios para a arroba bovina e para o litro de leite pagos ao produtor são de R\$ 103,25 e R\$ 1,06, respectivamente, tendendo à estabilidade.

Tabela 7 – Nordeste – Cotações Médias Pagas ao Produtor para Arroba do Boi Gordo e Litro de Leite Bovino – dezembro de 2013

UF / Produto	Cotações Médias	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite (R\$/l)
Maranhão	100,00	1,00
Piauí	105,00	1,10
Ceará	105,00	1,10
Rio Grande do Norte	120,00	1,40
Paraíba	97,50	1,00
Pernambuco	108,00	1,16
Alagoas	110,00	1,10
Sergipe	100,00	1,00
Bahia	87,00	0,69
Norte de Minas Gerais	100,00	1,02
Média da área de atuação do BNB	103,25	1,06

Fonte: Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste (2013).

Elaboração: BNB/Etene Conjuntura Econômica.

3.2.3 - Agronegócio

3.2.3.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

Para 2013, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Brasil deverá crescer 12,1% em relação a 2012, totalizando R\$ 409,4 bilhões, com acréscimo de R\$ 44,2 bilhões de valor absoluto, em razão principalmente da elevação dos produtos das lavouras temporárias e da pecuária (Tabela 8).

Deverá crescer de forma mais significativa o VBP das lavouras temporárias (12,5%), consequência da elevação do produto de lavouras de grande peso quantitativo, a exemplo da soja (aumento de 19,6%), mandioca (18,1%) e cana-de-açúcar (7,9%). A agricultura brasileira terá aumento em seu VBP de 11,7% (R\$ 28,8 bilhões), enquanto a pecuária, de 13% (R\$ 15,4 bilhões).

Tabela 8 – Brasil – Estimativa do Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2012 e 2013, em R\$ milhões de dezembro/13

Produtos	2012	2013	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	246.382	275.230	11,7	28.848
- lavouras temporárias (1)	196.083	220.601	12,5	24.518
- lavouras permanentes (2)	50.299	54.629	8,6	4.330
grãos (3)	120.018	136.925	14,1	16.907
outras lavouras	126.364	138.306	9,4	11.941
Pecuários	118.826	134.224	13,0	15.398
- carnes (4)	91.608	104.402	14,0	12.795
- derivados (5)	27.219	29.822	9,6	2.603
Total	365.208	409.454	12,1	44.246

Fonte: IBGE, 2010a e b. Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, toma

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-cajú, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pêra, pêssego, piment

(3) amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

(4) bovina, suína e de frango.

(5) leite e ovos.

O VBP agropecuário do Nordeste cresceu em maior proporção (23,3%), de 2012 para 2013, em relação ao nacional (12,1%), reflexo de um maior aumento no VBP da agricultura nordestina (28,6%), puxado principalmente pela alta na produção de grãos no cerrado nordestino. Em contraponto, o VBP da pecuária nordestina elevou-se (10,9%), mas em menor proporção em relação ao nacional (13%), o que pode ainda ser creditado à estiagem severa verificada em 2012/2013 (Tabela 9).

Em termos de VBP, os números atualizados para 2013 não registram recuo nos produtos colocados, tanto para a agricultura como para a pecuária, sendo os aumentos mais representativos ocorridos nas culturas temporárias de milho (46,7%), de soja (48,8%) e de cana-de-açúcar (9,6%); e nas culturas permanentes de banana (19,1%), de café (35,2%) e de castanha-de-caju (143,1%).

Tabela 9 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2012 e 2013

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2012	2013	2012	2013
Lavoura temporária (a)							
Brasil						196.083.085	220.601.390
Nordeste						20.455.166	27.301.423
Abacaxi	Mil frutos	582.226	566.065	1,08	1,15	625.947	651.645
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.040.015	1.047.436	2,29	2,46	2.384.918	2.571.934
Alho	Tonelada	6.740	6.740	6,46	6,92	43.530	46.611
Amendoim (em casca)	Tonelada	8.643	9.656	1,24	1,32	10.678	12.774
Arroz (em casca)	Tonelada	703.863	987.952	0,71	0,76	502.038	754.541
Batata-doce	Tonelada	139.992	139.992	0,88	0,94	123.179	131.897
Batata-inglesa	Tonelada	245.089	246.192	0,80	0,86	195.820	210.623
Cana-de-açúcar	Tonelada	69.200.425	70.799.350	0,07	0,07	4.761.615	5.216.428
Cebola	Tonelada	207.134	206.245	1,11	1,19	230.431	245.681
Fava (em grão)	Tonelada	4.455	4.455	4,50	4,82	20.054	21.473
Feijão (em grão)	Tonelada	486.661	921.504	2,91	3,12	1.415.838	2.870.666
Fumo (em folha)	Tonelada	14.658	14.525	3,00	3,21	43.945	46.629
Girassol	Tonelada	1	1	1,39	1,49	1	1
Mamona (baga)	Tonelada	10.915	53.611	1,01	1,08	11.034	58.031
Mandioca	Tonelada	4.809.861	6.291.255	0,35	0,38	1.689.852	2.366.747
Melancia	Tonelada	642.489	642.489	0,55	0,59	352.693	377.655
Melão	Tonelada	547.262	547.262	0,87	0,94	478.693	512.573
Milho (em grão)	Tonelada	4.807.532	6.585.691	0,52	0,56	2.523.059	3.700.880
Soja (em grão)	Tonelada	5.268.170	7.319.317	0,86	0,92	4.544.813	6.761.221
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	52.029	185.280	0,38	0,41	19.751	75.315
Tomate	Tonelada	443.572	579.880	1,08	1,15	477.273	668.097
Lavoura permanente (b)							
Brasil						50.298.789	54.628.954
Nordeste						7.778.010	8.994.763

continua

Tabela 9 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2012 e 2013

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2012	2013	2012	2013
Abacate	Tonelada	4.973	4.973	0,77	0,83	3.846	4.118
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	42	42	1,53	1,64	64	69
Banana	Tonelada	2.361.925	2.628.200	0,64	0,69	1.518.578	1.809.372
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	50.722	50.722	2,63	2,82	133.508	142.957
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	158.109	158.109	5,49	5,88	868.175	929.621
Café (beneficiado)	Tonelada	164.122	207.180	5,29	5,67	868.973	1.174.589
Caqui	Tonelada	32	32	0,88	0,95	28	30
Castanha-de-caju	Tonelada	106.992	242.934	1,51	1,61	161.177	391.868
Coco-da-baía	Mil frutos	1.377.485	1.388.942	0,47	0,50	645.109	696.512
Dendê (coco)	Tonelada	204.353	204.353	0,26	0,28	52.795	56.532
Goiaba	Tonelada	145.745	145.745	1,10	1,18	160.710	172.084
Guaraná (semente)	Tonelada	2.672	2.672	7,55	8,08	20.166	21.594
Laranja	Tonelada	1.683.945	1.728.968	0,28	0,30	471.975	518.891
Limão	Tonelada	82.506	82.506	0,55	0,59	45.711	48.947
Maçã	Tonelada	1.245	1.245	1,14	1,22	1.421	1.521
Mamão	Tonelada	917.380	917.380	0,87	0,93	796.028	852.368
Manga	Tonelada	782.365	782.365	0,59	0,63	463.092	495.868
Maracujá	Tonelada	563.346	563.346	1,07	1,15	604.674	647.470
Marmelo	Tonelada	15	15	2,97	3,18	45	48
Palmito	Tonelada	26.715	26.715	0,60	0,64	15.916	17.042
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.180	4.167	5,62	6,02	23.493	25.078
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	150.171	149.927	1,21	1,29	181.494	194.024
Tangerina	Tonelada	33.029	33.029	0,53	0,56	17.343	18.570
Urucum (semente)	Tonelada	2.066	2.066	2,07	2,22	4.274	4.577
Uva	Tonelada	282.199	282.450	2,55	2,73	719.413	771.015
Agricultura							
Brasil						246.381.874	275.230.344
Nordeste						28.233.176	36.296.186
Pecuária							
Brasil						118.826.236	134.223.942
Nordeste						12.110.811	13.430.673
Carne bovina	Tonelada	1.211.591	1.237.312	7,20	7,71	8.722.319	9.537.916
Frango	Tonelada	1.046.883	1.108.498	2,12	2,27	2.222.333	2.519.673
Leite	Milhões de litros	3.705	3.832	1,11	1,19	4.102	4.543
Ovos	Mil cx. De 30 dúzias	9.986	11.165	3,19	3,42	1.062.193	1.271.574
Suínos	Tonelada	28.607	25.941	3,49	3,74	99.864	96.967
Agropecuária							
Brasil						365.208.110	409.454.286
Nordeste						40.343.987	49.726.859

continua

Tabela 9 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2012 e 2013

Produtos	Unidade	2012	2013	Preço (kg)		VBP (mil reais)	
				2012	2013	2012	2013
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						10,4	12,4
Lavoura permanente (b)						15,5	16,5
Agricultura (c)						11,5	13,2
Pecuária (d)						10,2	10,0
Agropecuária (c + d)						11,0	12,1

Fontes: IBGE (2011a e b) e AgraFNP (2012). Valores a preços de dez/2013.

Os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, que possuem as maiores participações no VBP agropecuário do Nordeste, respondem por 73,3% (ou R\$ 36,6 bilhões) do total da Região, enquanto os demais estados, somados, perfazem 26,2% (ou R\$ 13,1 bilhões) (Tabela 10).

A agricultura e a pecuária contribuem com 73% e 27%, respectivamente, do VBP agropecuário do Nordeste. Dentro da agricultura, as lavouras temporárias contribuem com quase 55% do VBP agropecuário nordestino. Nos estados, a menor participação da agricultura é de 58,4% (Pernambuco), enquanto

a maior é de 83,4% (Piauí). Apenas em Pernambuco, o valor da produção pecuária superou a marca de 40% da produção agropecuária estadual, com 41,8%.

As maiores participações absolutas no VBP das lavouras temporárias foram conseguidas pela Bahia (R\$ 10,6 bilhões) e Maranhão (R\$ 4 bilhões), enquanto, para as lavouras permanentes, as maiores participações foram da Bahia (R\$ 5,1 bilhões) e Pernambuco (R\$ 1,3 bilhão). Os mesmos estados também possuem as maiores fatias do VBP pecuário, com R\$ 5 bilhões e 2,2 bilhões, respectivamente.

Tabela 10 – Nordeste – estimativa da participação de estados selecionados no valor bruto da produção agropecuária 2013 (R\$ milhões dez/2013)

Estados	"Lavouras Temporárias"	%	"Lavouras Permanentes"	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Ma	4.014	14,7	94	1,0	4.074	11,1	1.769	13,3	5.839	11,7
Pi	3.404	12,5	429	4,6	3.814	10,4	753	5,6	4.574	9,2
Ce	2.226	8,2	1.079	11,6	3.314	9,0	1.474	11,0	4.785	9,6
Rn	824	3,0	275	2,9	1.099	3,0	479	3,6	1.577	3,2
Pb	1.263	4,6	203	2,2	1.460	4,0	744	5,6	2.202	4,4
Pe	1.761	6,4	1.273	13,6	3.053	8,3	2.184	16,4	5.225	10,5
Al	2.328	8,5	101	1,1	2.411	6,6	509	3,8	2.924	5,9
Se	907	3,3	400	4,3	1.310	3,6	518	3,9	1.828	3,7
Ba	10.574	38,7	5.140	55,1	15.761	43,0	5.001	37,5	20.772	41,6
Ba+Pe+Ce+Ma	18.575	68,0	7.586	81,3	26.202	71,5	10.428	78,1	36.621	73,3
Demais	8.727	32,0	1.409	15,1	10.094	27,6	3.003	22,5	13.105	26,2
Soma	27.301	100,0	8.995	100,0	36.296	100,0	13.431	100,0	49.727	100,0

Fonte: Dados do IBGE, 2014a, 2014b, 2014c e AgraFNP, 2014.

3.2.3.2 - Balança comercial do agronegócio

As exportações totais do Brasil, durante 2013, totalizaram US\$ 242,2 bilhões, leve redução de 0,2% em relação aos US\$ 242,6 bilhões de 2012 (Tabela 11). Em contraponto, as importações se elevaram 7,4% se comparadas às de 2012, fechando 2013 em US\$ 239,6 bilhões, gerando um superávit de US\$ 2,5 bilhões.

A partir de março de 2013, o real teve uma tendência de desvalorização em relação ao dólar que perdurou até o final do ano, o que em parte favoreceu as exportações, mas foi insuficiente para aumentar o valor exportado, porque ainda perduram, no exterior, as consequências da crise econômica mundial, que afeta principalmente a Europa e reduz o crescimento de algumas economias parceiras no comércio exterior brasileiro.

O agronegócio nacional, em 2013, gerou um saldo de US\$ 82,9 bilhões, elevação de 4,4% em relação ao saldo do agronegócio nacional de 2012, bem superior ao saldo comercial total, que ficou em US\$ 2,5 bilhões (Tabela 11). O saldo do agronegócio nordestino reduziu-se em 25,1% de 2012 para 2013 (de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 4,6 bilhões), em razão de uma queda de 17,5% no valor exportado e de um aumento de 2,6% no valor importado.

Entre 2012 e 2013, a participação das exportações do agronegócio nordestino sobre as exportações totais do Nordeste caiu de 45,7% para 41%, enquanto a das importações também se reduziu de 9,1% para 8,8%. A participação do saldo do agronegócio nordestino, em relação ao nacional, reduziu-se de 7,8% para 5,6%.

Bahia, Maranhão e Ceará, nessa ordem, são os principais exportadores do agronegócio nordestino, somando 77,5% das exportações em 2013, aumento de 3,1% em relação a 2012. Neste intervalo, todos os estados tiveram o valor de exportação reduzido, sendo a menor redução a do Rio Grande do Norte (-6,7%), e a maior, a de Sergipe (-43,9%).

Entre os maiores importadores, estão Pernambuco, Bahia e Ceará, nesta ordem, somando 75,2% das importações em 2013, contra 78,8% do total do ano de 2012. A maior redução de importações foi do estado do Piauí (-70,5%) e o maior aumento, o do Maranhão (40,2%).

Complexo soja; produtos florestais; complexo sucroalcooleiro; frutas (inclui nozes e castanhas); fibras e produtos têxteis e Couros, produtos de couro e peleteria foram os principais produtos exportados pelo agronegócio do Nordeste, em valor, totalizando 88,5% das exportações (US\$ 6,3 bilhões) (Tabela 12). O valor total exportado reduziu-se 17,3% em relação ao mesmo período de 2012, caindo de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 7,1 bilhões. Alguns grupos tiveram redução significativa em relação a 2012, como o complexo sucroalcooleiro (-US\$ 453 milhões ou -30,9%, a maior redução absoluta), fibras e produtos têxteis (-US\$ 425 milhões), e complexo soja (-US\$ 345 milhões). Dos cinco grupos com aumento, apenas chá, mate e especiarias e carnes aumentaram significativamente suas exportações em termos relativos (mais que 300%), mas em pequenos valores absolutos nos dois anos (menos de US\$ 43 milhões), se comparados com os da exportação do grupo produtos

florestais (cerca de US\$ 1,7 bilhão), com aumento relativo de 0,5%. As exportações to-

tais do agronegócio nordestino tiveram queda de 17,3%, ou quase -US\$ 1,5 bilhão

Tabela 11 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2012 e 2013.

US\$ Milhões Dados de janeiro a dezembro de cada ano.

Região/Estado	2012			2013		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	242.578,0	223.183,5	19.394,5	242.178,6	239.620,9	2.557,7
Brasil - Agronegócio (b)	95.814,2	16.409,1	79.405,1	99.967,8	17.060,7	82.907,1
Nordeste - Total (c)	18.773,2	26.006,6	-7.233,4	17.270,2	27.755,0	-10.484,8
Nordeste - Agronegócio (d)	8.588,0	2.372,7	6.215,2	7.088,9	2.434,3	4.654,6
Alagoas	1.008,1	111,1	897,0	738,0	75,1	663,0
Bahia	4.723,7	693,6	4.030,2	3.985,0	591,4	3.393,6
Ceará	807,4	478,0	329,3	739,7	565,0	174,7
Maranhão	881,1	125,6	755,5	765,7	176,1	589,5
Paraíba	108,4	148,8	-40,4	56,2	207,3	-151,1
Pernambuco	517,5	697,1	-179,6	391,6	674,9	-283,2
Piauí	218,1	4,1	214,0	155,1	1,2	153,9
Rio Grande do Norte	204,1	58,9	145,2	190,5	77,3	113,2
Sergipe	119,6	55,5	64,0	67,0	66,0	1,0
Varição % 2012/2013						
Brasil - Total (a)	-	-	-	-0,2	7,4	-86,8
Brasil - Agronegócio (b)	-	-	-	4,3	4,0	4,4
Nordeste - Total (c)	-	-	-	-8,0	6,7	45,0
Nordeste - Agronegócio (d)	-	-	-	-17,5	2,6	-25,1
Alagoas	-	-	-	-26,8	-32,4	-26,1
Bahia	-	-	-	-15,6	-14,7	-15,8
Ceará	-	-	-	-8,4	18,2	-46,9
Maranhão	-	-	-	-13,1	40,2	-22,0
Paraíba	-	-	-	-48,1	39,3	273,7
Pernambuco	-	-	-	-24,3	-3,2	57,7
Piauí	-	-	-	-28,9	-70,5	-28,1
Rio Grande do Norte	-	-	-	-6,7	31,2	-22,0
Sergipe	-	-	-	-43,9	18,9	-98,5
Relações (%)						
b/a	39,5	7,4	409,4	41,3	7,1	3.241,4
d/c	45,7	9,1	-85,9	41,0	8,8	-44,4
d/b	9,0	14,5	7,8	7,1	14,3	5,6

Fonte: BRASIL, 2014a, 2014ab. Elaboração do BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Tabela 12 – Nordeste – principais produtos exportados do agronegócio, janeiro a dezembro

Produtos	2012			2013			Variação		
	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	Absoluta	%	
1	Complexo soja	2.359,8	27,5	27,5	2.014,7	28,4	28,4	-345,1	-14,6
2	Produtos florestais	1.684,3	19,6	47,1	1.689,8	23,8	52,3	5,5	0,3
3	Complexo sucroalcooleiro	1.466,9	17,1	64,2	1.013,9	14,3	66,6	-453,1	-30,9
4	Frutas (inclui nozes e castanhas)	664,9	7,7	71,9	618,5	8,7	75,3	-46,4	-7,0
5	Fibras e produtos têxteis	944,9	11,0	82,9	519,7	7,3	82,6	-425,2	-45,0
6	Couros, produtos de couro e peleteria	453,0	5,3	88,2	419,8	5,9	88,5	-33,2	-7,3
7	Cacau e seus produtos	242,9	2,8	91,0	181,6	2,6	91,1	-61,3	-25,2
8	Sucos	163,2	1,9	92,9	118,6	1,7	92,8	-44,6	-27,3
9	Demais produtos de origem vegetal	137,4	1,6	94,5	117,7	1,7	94,4	-19,7	-14,3
10	Pescados	68,6	0,8	95,3	80,2	1,1	95,6	11,5	16,8
11	Cereais, farinhas e preparações	112,0	1,3	96,6	64,2	0,9	96,5	-47,7	-42,6
12	Café	147,8	1,7	98,3	57,3	0,8	97,3	-90,5	-61,2
13	Chá, mate e especiarias	8,0	0,1	98,4	42,3	0,6	97,9	34,2	425,5
14	Carnes	8,8	0,1	98,5	39,4	0,6	98,4	30,6	348,6
15	Produtos alimentícios diversos	33,6	0,4	98,9	39,4	0,6	99,0	5,8	17,4
16	Fumo e seus produtos	42,9	0,5	99,4	27,8	0,4	99,4	-15,1	-35,1
	Outros	49,0	0,6	100,0	44,0	0,6	100,0	-5,0	-10,2
	TOTAL	8.588,0	100,0	-	7.088,9	100,0	-	-1.499,1	-17,3

Fonte: BRASIL, 2014a, 2014b. Elaboração do BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Os grupos cereais, farinhas e preparações (US\$ 1,33 bilhão), produtos florestais (US\$ 214,8 milhões), produtos oleaginosos (exclui soja) (US\$ 170,5 milhões), fibras e produtos têxteis (US\$ 107 milhões), pescados (US\$ 104,7 milhões) e complexo sucroalcooleiro (US\$ 83,2 milhões) concentram 82,9% do valor total importado do agronegócio nordes-

tino (US\$ 2,02 bilhões). O maior aumento absoluto de importação veio do grupo cereais, farinhas e preparações (US\$ 319,4 milhões ou 31,3%), e a maior redução absoluta, do grupo Cacau e seus produtos (-US\$ 137,9 milhões, ou -65,3%). Em 2013, o valor total importado subiu 2,6% em relação a 2012, de US\$ 2,37 bilhões para US\$ 2,43 bilhões (Tabela 13).

Tabela 13 – Nordeste – principais produtos importados do agronegócio, janeiro a dezembro

Produtos	2012			2013			Variação	
	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	US\$ Milhões	Participação (%)	Acumulado (%)	Abso-luta	%
1 Cereais, farinhas e preparações	1.019,53	43,0	43,0	1.338,98	55,0	55,0	319,4	31,3
2 Produtos florestais	248,85	10,5	53,5	214,78	8,8	63,8	-34,1	-13,7
3 Produtos oleaginosos (exclui soja)	197,72	8,3	61,8	170,52	7,0	70,8	-27,2	-13,8
4 Fibras e produtos têxteis	111,26	4,7	66,5	106,97	4,4	75,2	-4,3	-3,9
5 Pescados	108,67	4,6	71,1	104,74	4,3	79,5	-3,9	-3,6
6 Complexo sucroalcooleiro	116,62	4,9	76,0	83,21	3,4	82,9	-33,4	-28,6
7 Bebidas	106,04	4,5	80,4	83,12	3,4	86,4	-22,9	-21,6
8 Frutas (inclui nozes e castanhas)	104,77	4,4	84,9	76,11	3,1	89,5	-28,7	-27,4
9 Cacau e seus produtos	211,05	8,9	93,8	73,17	3,0	92,5	-137,9	-65,3
10 Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	33,99	1,4	95,2	48,84	2,0	94,5	14,9	43,7
11 Carnes	27,67	1,2	96,4	31,28	1,3	95,8	3,6	13,1
12 Produtos alimentícios diversos	20,96	0,9	97,2	22,23	0,9	96,7	1,3	6,1
13 Demais produtos de origem vegetal	15,50	0,7	97,9	18,08	0,7	97,4	2,6	16,7
14 Lácteos	13,20	0,6	98,4	17,93	0,7	98,2	4,7	35,9
15 Demmais produtos de origem animal	7,30	0,3	98,8	9,89	0,4	98,6	2,6	35,5
16 Rações para animais	9,48	0,4	99,2	9,52	0,4	99,0	0,0	0,4
Outros	20,1	0,8	100,0	24,9	1,0	100,0	4,8	23,7
TOTAL	2.372,7	100,0	-	2.434,3	100,0	-	61,6	2,6

Fonte: BRASIL, 2014a, 2014b. Elaboração do BNB/Etene Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

- AGRAFNP. **Anualpec**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Índices de commodities 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- BMFBOVESPA. **Cotações on line**: boi gordo. nov 2014. Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&page type=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=B Gl>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://dw.agricultura.gov.br/dwagrostat/seg_dwagrostat.principal_dwagrostat> Acesso em: 11 mar. 2014a.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial**: unidades da federação. Brasília, DF, 2014.
- Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 11 mar. 2014b.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento de safra brasileira**: grãos, safra 2013/2014, quinto levantamento, fev. 2014. Brasília: CONAB, 2014a.
- _____. **Acompanhamento de safra brasileira**: café, safra 2014, primeiro levantamento, janeiro 2014. Brasília: CONAB, 2014b.
- _____. **Acompanhamento de safra brasileira**: cana-de-açúcar, safra 2013/2014, terceiro levantamento, dez. 2013. Brasília: CONAB, 2014c.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. CEPEA-ESALQ/USP. **Agromensal**: açúcar e etanol: informações de mercado. São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/12_dezembro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 07 mar. 2014a.
- _____. **Agromensal**: algodão: informações de mercado. São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/12_dezembro/Algodao.htm>. Acesso em: 07 mar. 2014b.
- _____. **Agromensal**: café: informações de mercado. São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/12_dezembro/Cafe.htm>. Acesso em: 07 mar. 2014c.
- _____. **Agromensal**: milho: informações de mercado. São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/12_dezembro/Milho.htm>. Acesso em: 07 mar. 2014d.
- _____. **Agromensal**: soja: informações de mercado. São Paulo, dez. 2013e. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/12_dezembro/Soja.htm>. Acesso em: 07 mar. 2014e.
- _____. **Agromensal**: pecuária: informações de mercado. São Paulo, out. 2013. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/10_outubro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 12 mar. 2014f.
- _____. **Agromensal**: pecuária: informações de mercado. São Paulo, nov. 2013. Disponível

em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/11_novembro/Pecuaria

htm>. Acesso em: 12 mar. 2014g.

_____. **Agromensal:** pecuária: informações de mercado. São Paulo, dez. 2013. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/12_dezembro/Pecuaria

htm>. Acesso em: 12 mar. 2014h.

_____. **Cepea/leite:** pela primeira vez no ano, preço fecha praticamente estável, Piracicaba, out. 2013. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Out_13.doc>. Acesso em: 12 mar. 2014i.

_____. **Cepea/leite:** maior produção e queda na demanda pressionam média, Piracicaba, nov. 2013. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Nov_13.doc>. Acesso em: 12 mar. 2014j.

_____. **Cepea/leite:** queda expressiva de preços marca último mês do ano, Piracicaba, dez. 2013k. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Dez_13.doc>. Acesso em: 12 mar. 2014l.

_____. **Indicadores de preços:** açúcar. São Paulo, dez 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 07 mar. 2014m.

_____. **Indicadores de preços:** algodão. São Paulo, dez 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/algodao/>>. Acesso em: 07 mar. 2014n.

_____. **Indicadores de preços:** café. São Paulo, dez 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/cafe/>>. Acesso em: 07 mar. 2014o.

_____. **Indicadores de preços:** etanol. São Paulo, dez 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/etanol/>>. Acesso em: 07 mar. 2014p.

_____. **Indicadores de preços:** milho. São Paulo, dez 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/milho/>>. Acesso em: 07 mar. 2014q.

_____. **Indicadores de preços:** soja. São Paulo, dez 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/>>. Acesso em: 07 mar. 2014r.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S.A. **CMA.Trading analysis information.** São Paulo: CMA, 2014.

IBGE. **Sidra:** levantamento sistemático da produção agrícola, defasagem de dois meses. Rio de Janeiro, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1618&z=t&o=26>>. Acesso em: 03 mar. 2014a.

_____. **Sidra:** pesquisa agrícola municipal: dados até 2013. Rio de Janeiro, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=18>>. Acesso em: 03 mar. 2014b.

_____. **Sidra:** pesquisa pecuária municipal: dados até 2013. Rio de Janeiro, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=74&z=p&o=29>>. Acesso em: 03 mar. 2014c.

LUCIANO COUTINHO E ASSOCIADOS. Cenário LCA 2014. Turbulência nos mercados emergentes por ora não altera nossas projeções para câmbio e Selic. Mensagem de correio eletrônico, recebida em 03 fev. 2014.

3.3 Produção Industrial

3.3.1 - Produção Industrial no Brasil

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física (PIM-PF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014a), a produção industrial do Brasil apresentou avanço de 1,2% em 2013 (jan-dez/2013). Em relação ao mês precedente, a produção industrial em dezembro/2013 do País recuou 3,8%, descontados os efeitos sazonais. Na comparação com dezembro de 2012, retrocedeu 2,6%. Observando os indicadores por categoria de uso, constata-se que o avanço no indicador

geral no ano deveu-se principalmente ao forte crescimento do segmento de bens de capital (13,3%), já que as demais atividades se mantiveram relativamente estáveis, com pequena ou nenhuma variação. A queda no indicador geral de dezembro/13 frente a novembro/13 foi devida ao desempenho negativo de todas as categorias de uso, o mesmo ocorrendo para a variação dez13/dez12, à exceção do segmento de bens de capital, neste último caso, que cresceu 1,7% (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil: Produção Física Industrial – dezembro/2013

Segmentos	Variação (%)		
	dez13/nov13 (com ajuste sazonal)	dez13/dez12	Acumulado no ano (jan-dez) - 12 meses
Classe de Indústria			
Indústria Geral	-3,8	-2,6	1,2
Indústria Extrativa Mineral	-0,9	-6,3	-4,1
Indústria de Transformação	-3,9	-2,3	1,5
Categoria de Uso			
Bens de Capital	-14,0	1,7	13,3
Bens Intermediários	-4,2	-2,1	0,0
Bens de Consumo	-3,3	-3,4	-0,1
Duráveis	-4,9	-4,0	1,0
Semiduráveis e não Duráveis	-2,4	-3,2	-0,5

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a.

Analisando o desempenho da indústria por seção, observa-se que o crescimento em 2013 de 1,2% deveu-se ao avanço de dezessete dentre os vinte e sete subsetores pesquisados. Contudo, as maiores contribuições para esse resultado positivo foram provenientes dos segmentos de refino de petróleo e álcool (7,3%) e de veículos automotores

(7,6%), cujos pesos na formação do índice geral são bem maiores do que os dos demais subsetores que tiveram crescimento expressivo. Por outro lado, nove setores tiveram desempenho negativo no ano, com destaque para as atividades de edição, impressão e reprodução de gravações (-10,2%) e farmacêutico (-9,8%) (Gráfico 1).

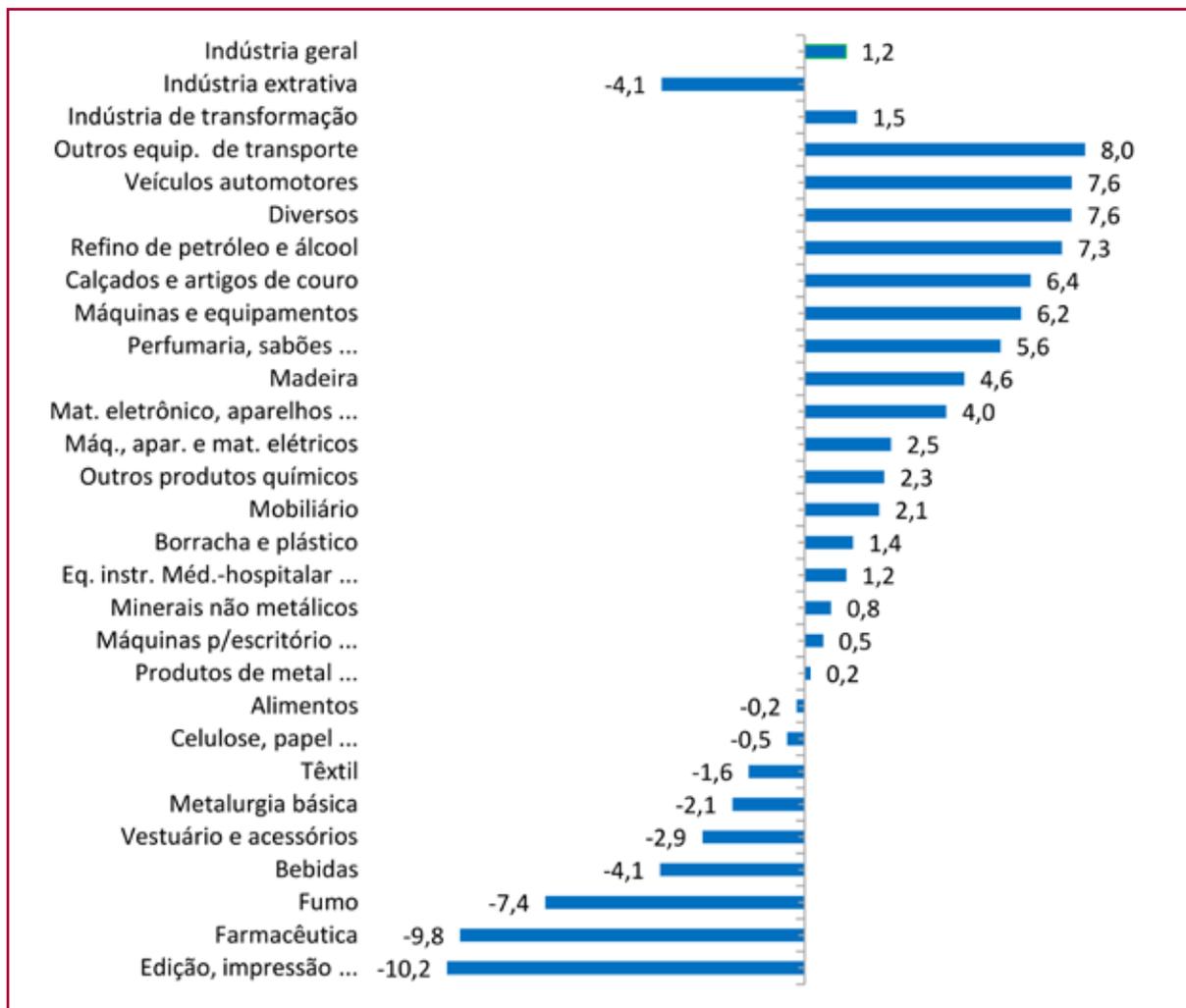


Gráfico 1 – Brasil: Desempenho Setorial da Produção Industrial em 2013 (%)

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a.

A queda de 3,8% no comparativo mês/mês anterior (dez13/nov13) decorreu do decréscimo de dezessete dos vinte e sete setores pesquisados. Os maiores recuos foram da indústria farmacêutica (-19,4%) e de veículos automotores (-14,5%). Por outro lado, material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (25,1%) e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (15,8%) tiveram os melhores desempenhos.

Na comparação interanual de dez13/dez12, o decréscimo de 2,6% foi causado pela diminuição da produção em dezesseis dos vinte e sete setores pesquisados pelo

IBGE. Indústria farmacêutica (-23,9%) e veículos automotores (-16,3%) tiveram as quedas mais expressivas, enquanto material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (38,5%) e indústrias diversas (21,1%) foram os setores que obtiveram os dois melhores desempenhos.

Os indicadores conjunturais dessazonalizados da indústria de transformação divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2014), referentes ao mês de dezembro de 2013, registraram queda na atividade industrial em relação a novembro, à exceção do emprego (0,1%), que se manteve estável. Com efeito, de novembro para dezembro, o fatura-

mento real decresceu 1,1%, as horas trabalhadas recuaram 2,5% e o nível de utilização da capacidade instalada diminuiu 0,5%, passando de 82,9% para 81,4%. Em conjunto, esses três indicadores sinalizam desaquecimento

to da atividade industrial em dezembro/2013 ante o mês precedente, gerando reflexos nos indicadores de rendimento médio real, que obteve redução de 0,3%, bem como na massa salarial, que recuou 0,2% (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil: Indicadores Conjunturais da Indústria

Indústria de Transformação	dez13/nov13 dessaz.	dez13/dez12	jan-dez13/jan-dez12
Faturamento real (1)	-1,1	-0,8	3,8
Horas trabalhadas	-2,5	-0,8	0,1
Emprego	0,1	1,3	0,8
Massa salarial real (2)	-0,2	-0,7	1,7
Rendimento médio real (2)	-0,3	-3,0	0,9
	Percentual médio		
	dez/13	nov/13	dez/12
Utilização da capacidade instalada dessaz.	81,4	81,9	82,6

Fonte: CNI, 2014.

Notas: (1) Deflator: IPA/OG-FGV. (2) Deflator: INPC-IBGE.

O confronto interanual de dezembro de 2013 frente a dezembro de 2012 revela queda em todos os indicadores, à exceção do emprego, que cresceu 1,3%. O maior recuo ocorreu com o rendimento médio real (-3,0%). Os demais indicadores, embora negativos, decresceram menos de 1%.

Apesar de os indicadores de dezembro apontarem a dificuldade da indústria em retomar o crescimento de forma forte e contínua, os dados médios de 2013 frente aos de 2012 foram positivos, à exceção do nível de utilização da capacidade instalada, que recuou 1,2%. Dentre os indicadores que avançaram, o melhor desempenho coube ao faturamento real, que cresceu 3,8%. Os demais indicadores obtiveram avanços menores no ano.

O recuo no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da indústria de transformação em 2013 foi ocasionado pela queda desse indicador em 15 dos 21 setores pesquisados, com destaque para os segmentos farmacêutico (-3,4%) e de bebidas (-1,5%).

Outros indicadores que merecem ser comentados são a produtividade e o custo do trabalho da indústria. A produtividade da indústria brasileira em 2013 cresceu 2,5%, recuperando a perda de 0,6% observada em 2012. O custo do trabalho, por sua vez, manteve-se estável em 2013, com variação nula, embora tenha crescido 6,5% em 2012 (Gráfico 2). Ressalta-se ainda que o crescimento da produtividade em 2013 decorreu em parte do decréscimo nas horas pagas, já que a produção física avançou apenas 1,2%. De acordo com o IEDI (2014b), o resultado da produtividade em 2013 repete o padrão que vem se observando desde a crise internacional de 2008, com a alternância de taxas positivas e negativas de crescimento. Segundo esse Instituto, uma primeira leitura dos dados mostra que o crescimento da produtividade industrial em 2013 foi obtido como uma reação defensiva da indústria frente ao fraco desempenho da produção no último triênio, levando à retração no emprego industrial pelo segundo ano consecutivo.

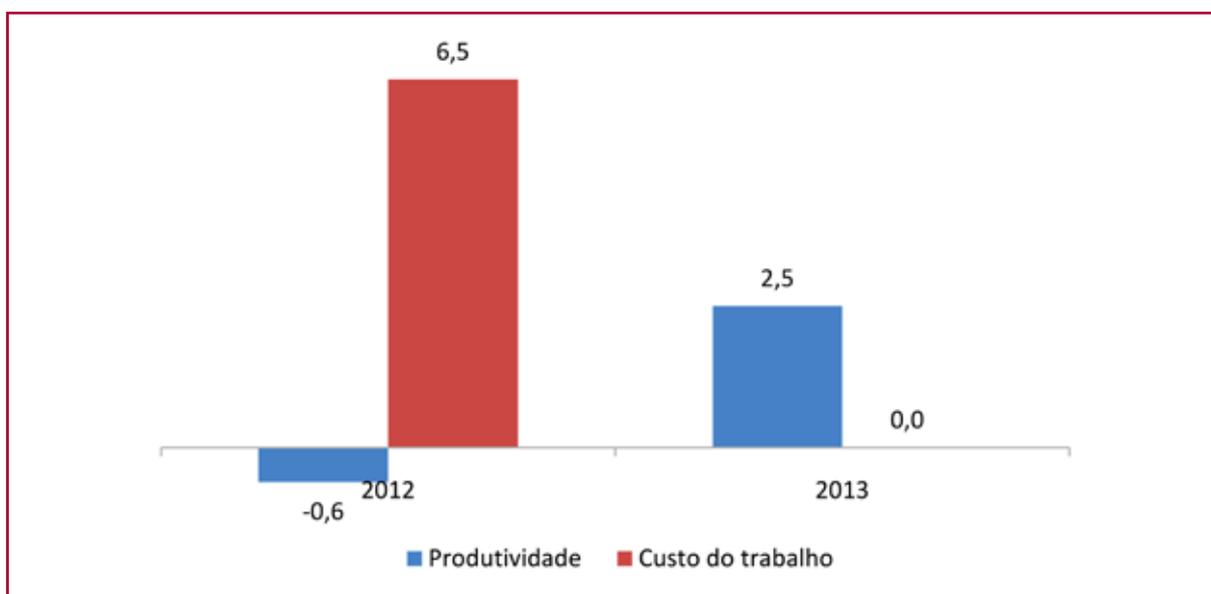


Gráfico 2 – Produtividade e Custo do Trabalho na Indústria Brasileira – 2012-2013 (%)

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a, 2014b.

O saldo brasileiro dos bens produzidos pela indústria de transformação atingiu déficit recorde em 2013, de US\$ 59,7 bilhões. Apesar do País ter expandido em 1,3% as exportações desses bens em 2013 frente a 2012, as importações dos mesmos foram muito superiores, tendo crescido 5,6% (IEDI, 2014a). Conforme informado em edições anteriores, o saldo dos bens da indústria de transformação tem se deteriorado desde 2006.

Segundo o IEDI (2014a), no que se refere ao intercâmbio de produtos da indústria de transformação pela classificação de intensidade tecnológica (alta, média-alta, média-baixa e baixa), os saldos dos três primeiros foram negativos em 2013. O intercâmbio

dos bens oriundos de atividades de alta intensidade tecnológica registrou déficit de US\$ 40,0 bilhões no ano passado. A faixa de média-alta intensidade apresentou o maior déficit em 2013, de US\$ 61,4 bilhões. Dentre os quatro segmentos, só o conjunto dos bens da faixa de média-baixa logrou melhora no saldo, o que não a impediu de apresentar déficit, de US\$ 7,1 bilhões, o quarto seguido. Somente a faixa de baixa intensidade registrou superávit em 2013, de US\$ 40,8 bilhões, e mesmo assim abaixo do observado em 2012 e 2011. A deterioração dos indicadores da indústria brasileira no comércio exterior torna evidente que o parque fabril nacional padece de problemas sistêmicos que comprometem a sua competitividade no cenário internacional.

3.3.2 Produção Industrial no Nordeste

A atividade industrial nordestina registrou avanço de 0,3% em dezembro de 2013 na comparação com o mês anterior, considerando a série dessazonalizada. Contudo, na

comparação interanual de dezembro/2013 frente a igual mês de 2012, o indicador geral da indústria da Região teve queda de 1,0%. Já no acumulado do ano, a produção física da indústria nordestina cresceu 0,8% (Tabela 3).

Tabela 3 – Nordeste e Estados: Produção Física Industrial – dezembro/2013

Unidade Geográfica	Variação (%)			
	dez13/nov13 (com ajuste sazonal)	dez13/dez12	Acumulado no ano (jan-dez)	Acumulado em 12 meses (jan-dez13)
Nordeste	0,3	-1,0	0,8	0,8
Ceará	-6,4	-1,2	3,3	3,3
Pernambuco	3,5	6,5	0,8	0,8
Bahia	-0,3	-4,1	3,8	3,8

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a.

O crescimento da atividade industrial no Nordeste em 2013 deveu-se ao avanço observado em oito das onze atividades pesquisadas. Os setores que apresentaram os melhores desempenhos no ano foram: vestuário e acessórios (12,8%), refino de petróleo e álcool

cool (11,4%) e calçados e artigos de couro (10,3%). Por outro lado, máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-19,9%) e alimentos e bebidas (-6,9%) foram as duas únicas atividades que tiveram retração na Região em 2013 (Gráfico 3).

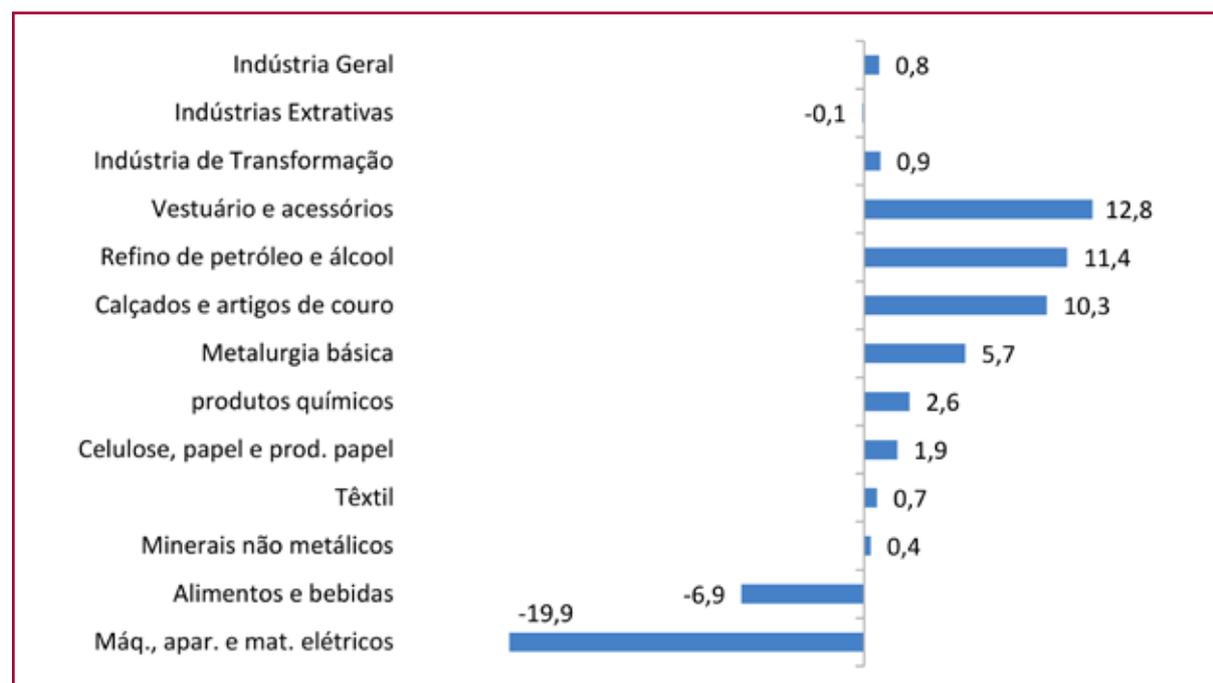


Gráfico 3 – Nordeste: Variação da Produção de Setores Industriais em 2013 (%)

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a.

No que se refere às principais economias estaduais da Região Nordeste, somente Pernambuco obteve resultado positivo em todas as bases de comparação relativas a dezembro, conforme apresentado na Tabela 3. Contudo, todos os estados pesquisados apresentaram crescimento no ano de 2013, com destaque para a Bahia.

O Ceará apresentou queda de 6,4% no mês de dezembro/2013 na sua produção industrial, comparativamente ao mês precedente. Já nas comparações interanuais, a indústria

cearense registrou decréscimo de 1,2% no indicador mensal de dezembro/2013 e alta de 3,3% no ano (ver Tabela 3).

Seis dentre os dez ramos investigados no Ceará apresentaram crescimento em 2013. Dentre eles, os que mais se destacaram foram: calçados e artigos de couro (19,9%) e refino de petróleo e gás (19,6%). Por outro lado, as maiores retrações foram verificadas em máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-59,9%) e produtos químicos (-9,2%) (Gráfico 4).

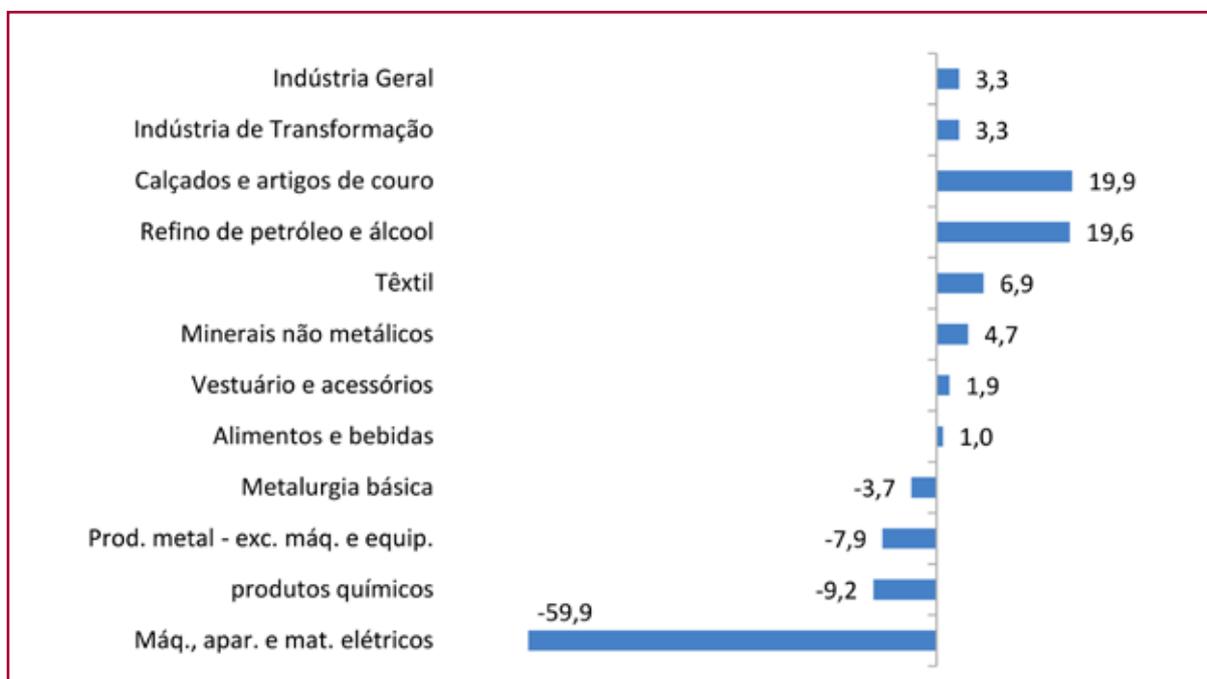


Gráfico 4 – Ceará: Variação da Produção de Setores Industriais em 2013 (%)

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a.

Em Pernambuco, os números da produção industrial de dezembro de 2013 foram positivos tanto na comparação mês/mês anterior (3,5%) como no confronto interanual com dezembro de 2012 (6,5%). Para o ano de 2013, a indústria pernambucana obteve avanço de 0,8%, tendo como destaques neste indicador as atividades de produtos químicos

(9,1%) e celulose, papel e produtos de papel (8,1%). O crescimento de 0,8% na produção industrial pernambucana em 2013 foi alcançado graças à variação positiva de quatro das onze atividades investigadas. Apesar disso, os setores de refino de petróleo e álcool (-17,1%) e têxtil (-10,2%) tiveram queda expressiva no ano (Gráfico 4).

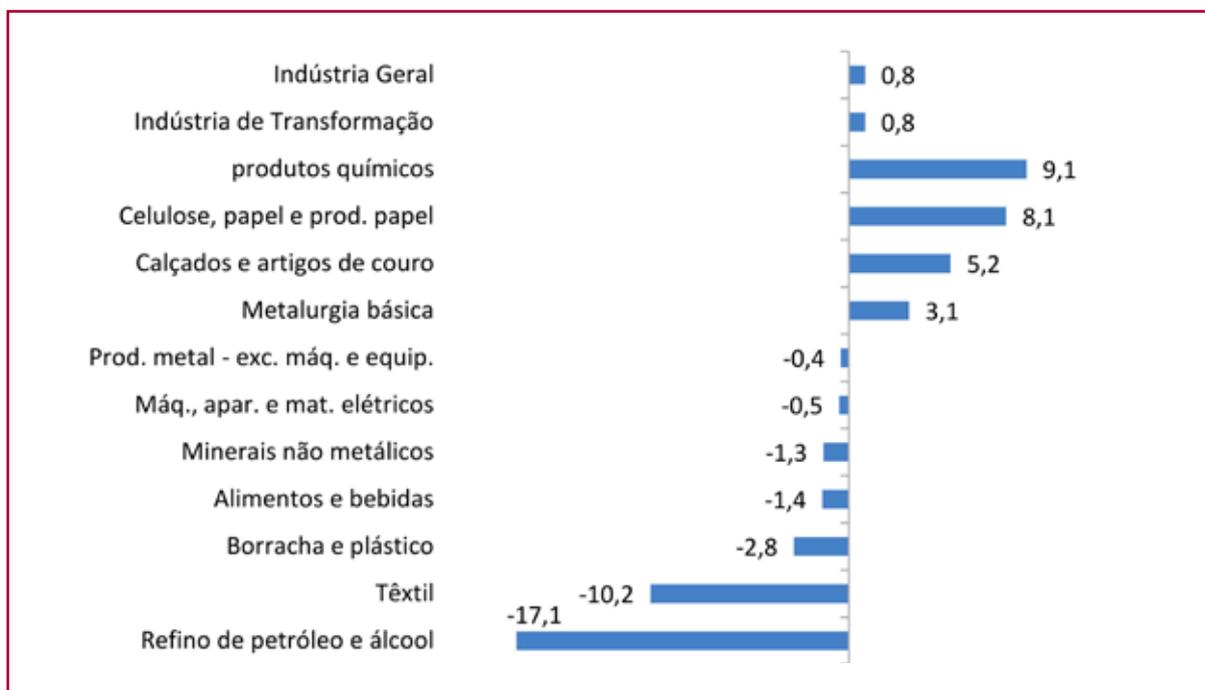


Gráfico 5 – Pernambuco: Variação da Produção de Setores Industriais em 2013 (%)

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a.

Dentre os estados nordestinos cobertos pela pesquisa PIM-PF do IBGE, a Bahia registrou o maior aumento na produção industrial em 2013, tendo avançado 3,8%. No entanto, nos indicadores dez13/nov13 (-0,3%) e dez13/dez12 (-4,1%), os resultados baianos foram negativos (ver Tabela 3). A alta no indicador acumulado do ano em 2013 decorreu do avanço de seis dos nove ramos pesquisados¹. As principais contribuições positivas ocorreram nos segmentos de metalurgia básica (21,9%), de veículos automotores (19,5%) e de refino de petróleo e álcool (13,2%). Por outro lado, os ramos de alimentos e bebidas (-8,1%) e de produtos químicos (-0,4%) assim como as indústrias extrativas (-0,5%) apresentaram variação negativa nesse indicador interanual (Gráfico 6).

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2014), o desempenho da produção de derivados de petróleo, em 2013, foi influenciada

do pelo resultado positivo, principalmente, de óleo combustível (18,0%), óleo diesel (16,2%) e gasolina (14,1%). Estes três produtos representam 78,9% dos derivados refinados no período.

A análise comparada da produtividade da indústria do Nordeste com o Brasil revela que a Região superou muito o País nesse indicador em 2012 e 2013 (Tabela 4). O mesmo pode se afirmar com relação aos estados nordestinos para os quais o IBGE realiza levantamento da PIM-PF. Ressalta-se ainda que dentre as unidades da federação, a Bahia (10,4%) obteve o maior crescimento na produtividade em 2013. Considerando o avanço de 3,8% na produção física desse Estado no ano, constata-se que a maior parte do crescimento na produtividade adveio da redução das horas trabalhadas, que em 2013 foi de 6,0%. Pernambuco (7,9%) e Ceará (4,0%) também tiveram aumento significativo da produtividade em 2013.

¹ Diferentemente de Pernambuco e Ceará, no estado da Bahia é incluída a indústria extrativa na pesquisa.

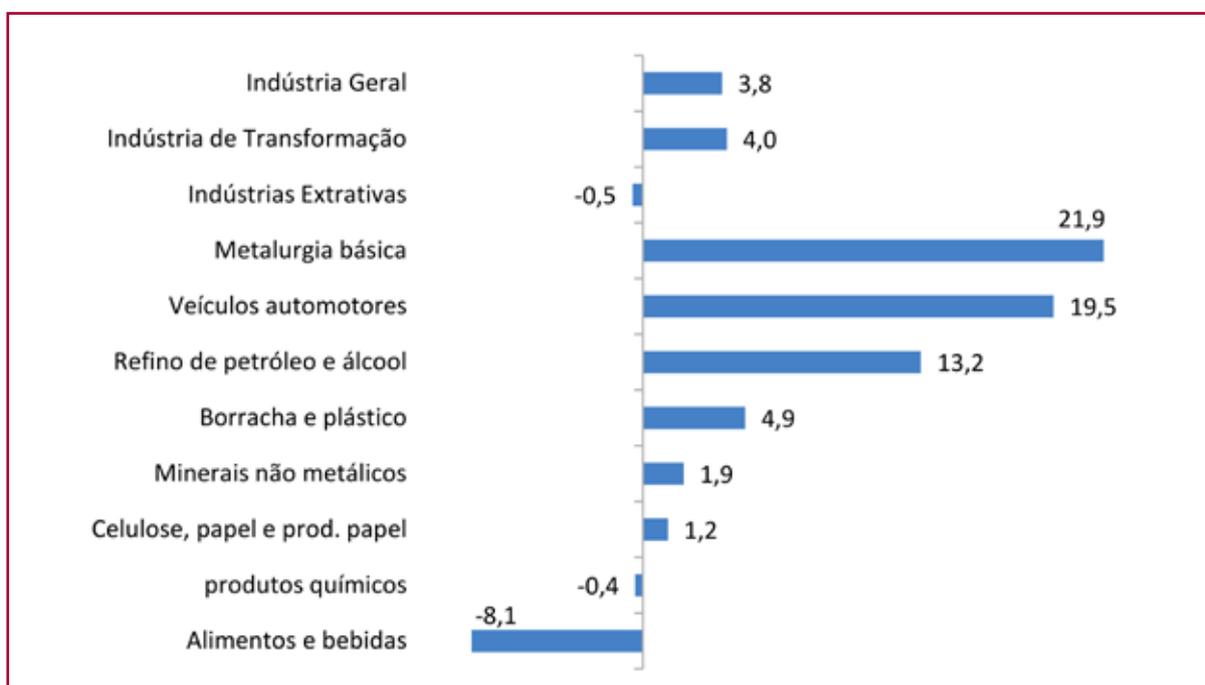


Gráfico 6 – Bahia: Variação da Produção de Setores Industriais em 2013 (%)

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a.

Quanto ao custo do trabalho, tanto o Nordeste (-2,3%) como os Estados do Ceará (-1,0%), Pernambuco (-5,2%) e Bahia (-5,4%) tiveram redução nesse indicador em 2013. A diminuição da remuneração média do trabalhador da indústria foi o fator que mais pesou na diminuição do custo do trabalho, já que a produtividade foi positiva no ano. Contu-

do, em 2012, o Ceará (9,4%) e Pernambuco (2,5%) tiveram alta nesse indicador. Ressalta-se, por fim, que tanto para esses três estados como para a região nordestina, a conjunção do incremento da produtividade com a queda nos custos de trabalho proporcionou ganho de competitividade.

Tabela 4 – Produtividade e Custo do Trabalho – Brasil, Nordeste e Estados da Região – 2012-2013

Unidade geográfica	Produtividade		Custo do trabalho	
	2012	2013	2012	2013
Brasil	-0,6	2,5	6,5	0,0
Nordeste	4,9	5,7	3,0	-2,3
Ceará	0,6	4,0	9,4	-1,0
Pernambuco	4,9	7,9	2,5	-5,2
Bahia	8,8	10,4	-1,3	-5,4

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a, 2014b.

Olhando-se para o futuro, observa-se que os prognósticos das principais consultorias que divulgam projeções conjunturais apontam para 2014 um crescimento de 1,5% no indicador da produção industrial do Brasil. Ou seja, praticamente o observado em 2013. Para 2015, a previsão é de 3,0%. Para o Nordeste, estima-se que o desempenho da produção industrial será um pouco melhor do que o do País em 2014, prevendo-se um crescimento de cerca de 1,7%, e um avanço similar ao do Brasil em 2015, em torno de 3,0%.

O desempenho pífio registrado em anos recentes da produção física industrial do Brasil e, em particular, do Nordeste, associado à

deterioração do saldo da balança comercial de bens industriais, revela a existência de problemas de ordem sistêmica no País e na Região que dificultam um maior dinamismo do parque fabril nacional e regional. Dentre esses problemas, podem ser citados o Custo Brasil (a exemplo da deficiência na infraestrutura de transportes, ainda baseado em grande parte no modal rodoviário) e a falta de ganhos de produtividade, sobretudo devido à baixa qualidade da educação no país. Esses fatores, dentre outros, limitam o aumento da competitividade da indústria brasileira, fazendo com que o País perca espaço nos mercados interno e externo.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Indicadores industriais:** Indústria encerra 2013 em ritmo lento. CNI, Ano 24, Número 12, dezembro de 2013. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2014/04/02/20/20140205103500773555a.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2014. [Documento elaborado em 3 de fevereiro de 2014].

IBGE. **Pesquisa industrial mensal:** produção física. Tabela 2295 - Produção física industrial, por tipo de índice e seções e atividades industriais. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2295&z=t&o=22>> Acesso em: 07 abr. 2014a.

_____. **Pesquisa industrial mensal de emprego e salário:** Tabela 1628 - Pessoal ocupado, folha de pagamento e número de horas pagas, por seções e divisões. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1628&z=t&o=22>> Acesso em: 07 abr. 2014b.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Carta IEDI n. 608:** comércio exterior de bens da indústria de transformação: exportando menos, importando bem mais. Disponível em <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_608.html>. Acesso em: 08 abr. 2014a.

_____. **Carta IEDI n. 614:** produtividade industrial em 2013: melhora, porém ainda sem recuperação da competitividade. São Paulo, 07 mar. 2014. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_614.html>. Acesso em: 08 abr. 2014b.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Boletim de Conjuntura Econômica da Bahia** – Fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bceb/bceb_fev_2014.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2014.

3.4 Comércio Varejista e Serviços no Brasil

3.4.1 Comércio Varejista

As vendas do comércio registraram bom desempenho em 2013, com um crescimento de 4,3% no comércio varejista restrito e 3,6% no comércio varejista ampliado; todavia, esses resultados situam-se muito aquém em relação às médias do período 2008-2012, de 8,2% e de 8,1%, respectivamente.

A Tabela 1 mostra os resultados do comércio varejista em 2013, dispostos em ordem decrescente de resultados, conforme resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014a).

Tabela 1 – Brasil: Desempenho do Comércio Varejista em Volume de Vendas por Grupos de Atividades em 2013

GRUPOS DE ATIVIDADES	DESEMPENHO(%) ¹		
	A	B	C
COMÉRCIO VAREJISTA RESTRITO	-0,2	4,0	4,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,2	11,2	10,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-1,2	12,4	10,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-12,6	9,5	7,2
Combustíveis e lubrificantes	-1,9	5,7	6,3
Móveis e eletrodomésticos	-3,5	-0,9	5,0
Tecidos, vestuário e calçados	0,7	3,2	3,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,2	3,9	2,6
Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	0,5	2,4	1,9
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	-1,5	2,9	3,6
Material de construção	-0,2	5,5	6,9
Veículos, motos, partes e peças	-3,4	-0,2	1,4

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Étene da Conjuntura Econômica, a partir do IBGE, 2014a.

Notas: 1) Índices de desempenho: A) Índice Mês/Mês – dez./nov. 2013, série com ajuste sazonal; B) Índice Mensal – dez.2013/2012; C) Índice Acumulado em 2013.

Em geral, fracos resultados da atividade interna, aumento das taxas de juros, menor crescimento da renda, crédito mais restrito e elevado endividamento das famílias foram os fatores mais impactantes no comércio.

Em dezembro de 2013, o comércio varejista restrito apresentou desempenho negativo (-0,2%) em relação a novembro. Das oito atividades, quatro apresentaram resultados positivos. O comércio varejista ampliado, por

sua vez, acrescido dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais incluem vendas no varejo e no atacado), exibiu também taxa de variação negativa (-1,5%) em relação a novembro de 2013.

Todavia, na comparação com dezembro de 2012, somente dois grupos de atividades não apresentam desempenho positivo no comércio: móveis e eletrodomésticos (-0,9%) e veículos, motos, partes e peças (-0,2%).

O Quadro 1 expõe comentários sucintos sobre o desempenho de cada grupo de atividades do comércio varejista.

Quadro 1 – Comércio Varejista no Brasil – Comentários sobre Desempenho de 2013 por Grupos de Atividades

COMÉRCIO VAREJISTA RESTRITO

Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo

O declínio da taxa de crescimento em relação a 2012 se deve à desaceleração do crescimento da massa real de salário, com taxa de variação de 2,9%, em 2013, contra 6,5% em 2012. A produção de alimentos permaneceu estável comparada a 2012 (-0,24%). A produção média de refrigerantes recuou 2,9% em 2013, devido, em grande parte, à elevação dos preços. A Copa do Mundo certamente terá efeitos positivos no consumo de bebidas. O setor de fumo fechou 2013 com produção em baixa de 11%, por causa do aumento de tributação e preços. Para 2014, as perspectivas são ruins, com aumento de preços, menor avanço de renda e endividamento das famílias.

Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação

Mesmo com taxa superior à média global do varejo, o resultado representa menos da metade da variação de 2011 (19,6%). A mudança no patamar de preços dos microcomputadores (-9,3% em 2011; -5,2% em 2012 e 6,3% em 2013) e o menor ritmo de expansão do crédito, segundo dados do Banco Central, explicam o desempenho da atividade no ano.

Móveis e eletrodomésticos

A redução do ritmo de crescimento diante de 2012 (12,2%) deveu-se, principalmente, ao comportamento do volume de venda de móveis, cuja variação passou de 11,9% para -1,6% em 2013, motivada pelo aumento dos preços de mobiliário, apesar da desoneração fiscal sobre produtos do gênero (redução do IPI). Já eletrodomésticos (65% da atividade), cuja produção subiu 4,2% em 2013, registrou expansão de 8,6% em relação a 2012, como crescimento da "linha marrom", incentivada pelo programa Minha Casa Melhor. Prevê-se estabilidade no consumo de eletrodoméstico em 2014.

Tecidos, vestuário e calçados

Mesmo com os preços variando abaixo do Índice Geral (5,3% contra 5,9% em 2013), segundo o IPCA, a atividade apresenta variação anual inferior à média do varejo. Apesar do crescimento das vendas do grupo em 3,5%, a produção física de têxteis recuou 1,6%, e a de vestuário e acessórios, 2,6% (crescimento das importações em 4,4% e retração das exportações em 2,4%). Para 2014, dadas as condições gerais de consumo, o cenário têxtil continua desalentador, mesmo com possível melhora nas exportações. A produção de calçados melhorou em 2013 (6,2%) em relação a 2012 (-3,4%). Para 2014, o câmbio deverá restringir importados, mas a crise na Argentina, segundo maior destino das exportações, preocupa o setor de calçados.

Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria

A variação de preços de medicamentos abaixo do Índice Geral e expansão, mesmo moderada, da massa de salários, adicionadas ao caráter essencial dos produtos, foram principais fatores explicativos do desempenho acima da média geral do varejo.

Combustíveis e lubrificantes

Os bons resultados foram influenciados pelo aumento dos preços dos combustíveis (6,1%) próximo da média geral (5,9%), segundo o IPCA, e pelo crescimento da frota de veículos.

Outros artigos de uso pessoal e doméstico

O bom desempenho se deveu ao crescimento da massa de rendimentos e facilidades de compra a crédito.

Livros, jornais, revistas e papelaria

Esse grupo vem apresentando crescimento estável.

continua

COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO

Material de construção

Continuidade da política de redução do IPI para uma cesta de produtos do setor, melhores condições de crédito habitacional e evolução do Programa Minha Casa Minha Vida foram os fatores que contribuíram para o resultado positivo da atividade.

Veículos, motos, partes e peças

O grupo apresentou uma queda do ritmo de crescimento das vendas, de 7,3% em 2012 para 1,4% em 2013. Maior rigidez na concessão de crédito, elevação da taxa básica de juros a partir de abril de 2013 e menor dinamismo do consumo das famílias explicam os resultados. Para 2014, a LCA (2014a) espera um recuo de 2,5% no consumo de automóveis, queda de 5,0% na produção, com uma redução acentuada das exportações, devido às restrições às importações ditadas pela Argentina.

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir do IBGE, 2014a, LCA, 2014a.

A PMC não agrupa o desempenho do comércio por região. Considerando o resultado acumulado em 2013 do comércio varejista ampliado, o Gráfico 1 mostra que seis estados nordestinos apresentaram desempenho

superior ao do Brasil (3,6%), com destaque para Rio Grande do Norte (8,8%) e Paraíba (8,4%). Com desempenho negativo (-0,1%), o Ceará teve o pior resultado.

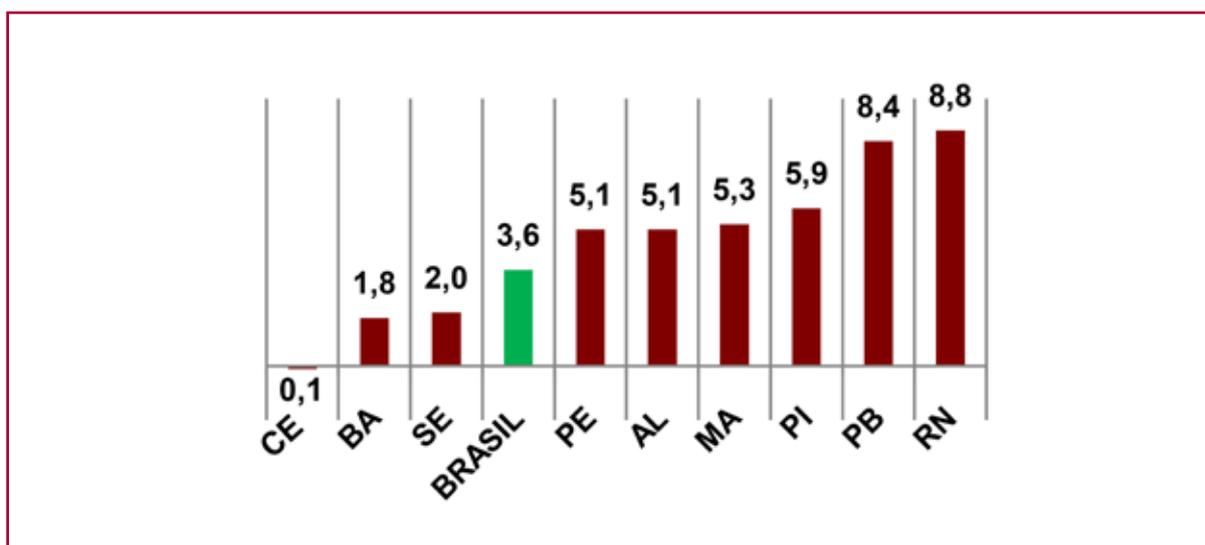


Gráfico 1 – Brasil e Estados do Nordeste: Crescimento Percentual do Volume do Comércio Varejista Ampliado em 2013

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014a.

Nota: base no ano: igual período do ano anterior = 100.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio, mensurado pela Confederação Nacional da Indústria, apresentou, em 2013, queda de 8,0% no Brasil e de 6,2% no Nordeste (CNC, 2014a). Para o Índice de Intenção de Compra das Famílias, calculado pela CNC, houve queda de 6,1% no Brasil e de 0,4% no Nordeste (CNC, 2014b).

Esses indicadores que sinalizam o ânimo de empresários e consumidores em relação ao desempenho do comércio justificam, em boa parte, a projeção da LCA (2014b) de um modesto crescimento de 3,9% do comércio varejista restrito para 2014.

3.4.2 Serviços

O setor de serviços no Brasil fechou o ano com crescimento de 8,5%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE (2014b).

A Tabela 2 mostra o desempenho do setor de serviços por grupos de atividades do último trimestre de 2013 em relação aos mesmos meses do ano anterior, bem como o crescimento anual.

O grupo de transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio foi o destaque do ano, com crescimento anual de 10,8% e, em dezembro, de 11,5% em relação em 2012. Nesse grupo, o transporte aquaviário sobressaiu com aumento de 18,0%, a maior de todas as atividades.

Tabela 2 – Brasil: Taxa de Variação da Receita Nominal do Setor de Serviços por Grupos de Atividades em 2013

GRUPOS DE ATIVIDADES	DESEMPENHO (%)			
	JUL	AGO	SET	NO ANO
Brasil	8,8	8,8	8,4	8,5
1. Serviços prestados às famílias	12,6	10,1	9,5	10,2
1.1 Serviços de alojamento e alimentação	11,5	9,8	10,3	10,6
1.2 Outros serviços prestados às famílias	19,6	12,3	4,3	7,2
2. Serviços de informação e comunicação	7,9	7,0	7,0	6,9
2.1 Serviços TIC	7,6	5,6	5,9	7,0
2.2 Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	9,7	15,1	13,9	6,4
3. Serviços profissionais, administrativos e complementares	7,3	9,4	6,7	8,1
3.1 Serviços técnico-profissionais	3,6	4,2	0,4	4,6
3.2 Serviços administrativos e complementares	8,8	11,6	9,6	9,5
4. Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio	9,9	10,2	11,5	10,8
4.1 Transporte terrestre	8,7	8,1	8,3	10,7
4.2 Transporte aquaviário	27,1	14,9	17,3	18,0
4.3 Transporte aéreo	21,2	11,7	11,2	16,8
4.4 Armazenagem, serviços auxiliares dos transportes	6,4	13,1	16,5	8,0
5. Outros serviços	9,7	9,1	6,7	5,9

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014b.

Em segundo lugar, veio o grupo de serviços prestados às famílias, com aumento de anual de 10,2% e, em dezembro, 9,5% em relação a 2012. Esse bom desempenho é reflexo, em boa parte, do crescimento médio real de 4,9% da massa de salários da população ocupada.

A atividade serviços técnico-profissionais apresentou a menor taxa de crescimento em 2013, de 4,6%, com aumento de apenas 0,4% em dezembro em relação a 2012.

No Gráfico 2, o crescimento acumulado da receita nominal dos serviços por estado

mostra desempenho disperso entre os estados nordestinos. Quatro estados obtiveram desempenho acima do Brasil, com destaque para o Ceará (13,0%) e Paraíba (11,1%); Ser-

gipe (3,0%) e Piauí (3,4%) tiveram o menor desempenho.

A LCA (2014b) projeta um crescimento de 2,1% para o setor de serviços em 2014.

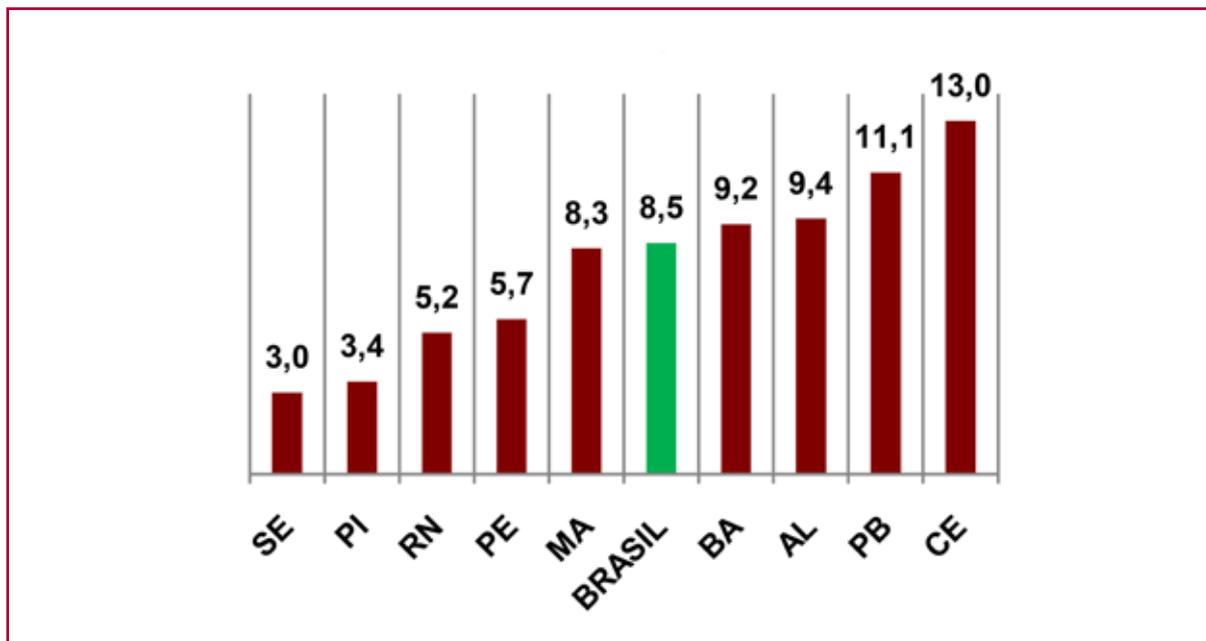


Gráfico 2 – Brasil e Estados do Nordeste: Variação Percentual Acumulada da Receita Nominal do Setor em 2013

Fonte: Elaboração do autor, a partir do IBGE, 2014b.

Nota: base no ano: igual período do ano anterior = 100.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. CNC. **Índice de confiança do empresário do comércio.** Janeiro 2014a.

_____. **Intenção de consumo das famílias.** Janeiro 2014b.

IBGE. **Pesquisa mensal de comércio:** dezembro 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 18 março 2014a.

_____. **Pesquisa mensal de serviços:** dezembro 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 18 mar. 2014b.

LCA SETORIAL. **Sinopse setorial:** indústria de bens de consumo, comércio e serviços. Fevereiro de 2014a.

_____. **Relatório trimestral de consumo e varejo.** Fevereiro de 2014b.

3.5 Turismo

As atividades turísticas contribuíram para impulsionar o progresso socioeconômico através de receitas, a criação de empregos, fortalecimento de empresas e o desenvolvimento de infraestruturas. Durante as últimas seis décadas, o turismo experimentou contínua expansão e diversificação de destinos tornando-se um dos setores de mais rápido crescimento no mundo.

Nesse período, além das tradicionais atrações na Europa e América do Norte, novos destinos surgiram nas demais economias, principalmente nos países em desenvolvimento. Apesar das oscilações periódicas, os desembarques de turistas internacionais no mundo tem mostrado crescimento ininterrupto - de 25 milhões em 1950, para 278 milhões em 1980, 528 milhões em 1995 e 1.035 milhão em 2012 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO OMT, 2014).

Contudo, os fluxos de viajantes são voláteis e acompanham o desempenho da economia global. O turismo é uma atividade de demanda, associado ao consumo, sendo influenciado pelo nível de renda dos consumidores.

Nesse sentido, os anos de 2008 e 2009 foram marcados por retração na economia mundial em função da recessão nos Estados Unidos com o conseqüente recuo da movimentação turística em diferentes países. A partir de 2010 verificou-se uma tendência de recuperação, embora as nações do sul da Europa tenham sofrido com problemas econômicos.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo - OMT, os fluxos de turistas internacionais cresceram 4,1% em 2012, superando pela primeira vez a casa de um bilhão de viajantes. A tendência de expansão continuou em

2013, apesar das instabilidades econômicas, pois o turismo internacional cresceu 5,0%, atingindo 1.087 milhão de viajantes (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2014).

Em anos recentes, os principais mercados de destino do turismo internacional têm sido França, Estados Unidos, China, Espanha e Itália. O Brasil ocupa a 45ª posição em número de chegadas. A China, por sua vez, tornou-se desde 2012 o maior emissor, com gastos de US\$ 128,6 bilhões em 2013, seguido de Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido e Rússia. O Brasil, com US\$ 25,3 bilhões de despesas em 2013, ocupou o 10º lugar. Em consequência, crescem de importância as estratégias específicas destinadas para atrair turistas de países em desenvolvimento.

Em relação ao turismo receptivo no Brasil, a movimentação operacional da rede Infraero nos aeroportos totalizou 197,6 milhões de passageiros em 2013, dos quais 177,8 milhões provenientes de voos domésticos e 19,8 milhões de voos internacionais. Referidos dados representam uma proxy da movimentação turística no País (EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA, 2014).

Os aeroportos do Nordeste movimentaram 33,0 milhões de passageiros, dos quais 32,2 milhões de origem nacional e 800 mil estrangeiros. O Nordeste, portanto, tem se configurado como a segunda Região em termos de movimentação turística, detendo 16,7% da movimentação de passageiros do Brasil em 2013, conforme o Gráfico 1. Os aeroportos de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal, nessa ordem, registram os maiores movimentos na Região (EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA, 2014).

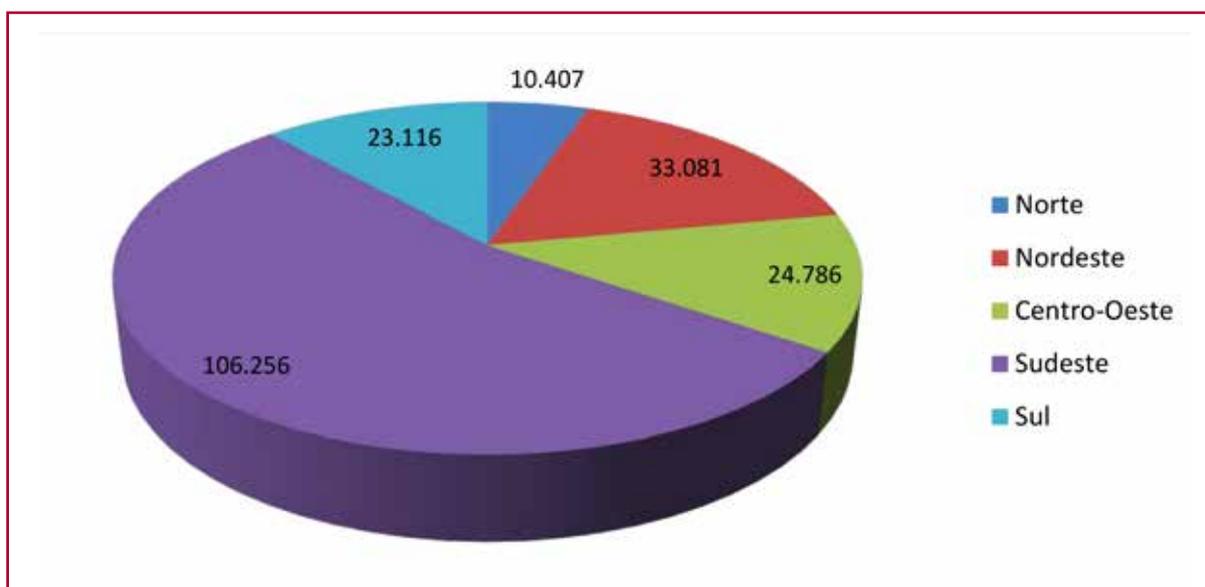


Gráfico 1 – Movimento de Passageiros da Rede Infraero em 2013 – Mil Passageiros

Fonte: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA, 2014.

Notas: O Movimento de passageiros corresponde ao total de embarques e desembarques, computadas as conexões, em um determinado aeroporto. Adicionou-se ao movimento de passageiros da rede Infraero os dados dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, cujas gestões foram transferidas à iniciativa privada em 2013.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (2014), os gastos efetuados por turistas estrangeiros em visita ao Brasil, medidos pela receita da conta viagens do balanço de pagamentos, totalizaram US\$ 6,7 bilhões em 2013, acréscimo de 55,4% em comparação com 2006. As despesas de turistas brasileiros no exterior ascenderam 339,7% desde 2006, refletindo a expansão do poder aquisitivo e expansão da classe média brasileira, conforme especificado no Gráfico 2.

As expectativas são favoráveis à expansão do setor turístico no Brasil em 2014. Contribuem para essas perspectivas o incremento da classe média, o aumento da massa salarial, facilidades de acesso a crédito para consumo, inclusive aquisição de pacotes turísticos e viagens, o aumento das infraestruturas de transporte, hospedagem e equipamentos de lazer em conjunto com a realização da Copa do Mundo.

Registre-se que o turismo interno é preponderante no Brasil. Por sua vez, considerando a conjuntura econômica favorável, a demanda de brasileiros por viagens internacionais tem sido ascendente desde 2006.

Nesse sentido e conforme Brasil (2014a), aproximadamente 3,7 milhões de viajantes nacionais e estrangeiros estarão em trânsito pelo Brasil durante o período do mencionado megaevento, dos quais 1,1 milhão nas sedes do Nordeste, ou seja, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador. Os turistas devem deixar na economia do Brasil um total de R\$ 6,7 bilhões ao longo dos jogos.

As projeções realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (2012) indicam que a movimentação em 2014 deve superar a 200 milhões de passageiros superando, portanto o recorde de 2012, ocasião em que 193 milhões de viajantes circularam pelos aeroportos do Brasil.

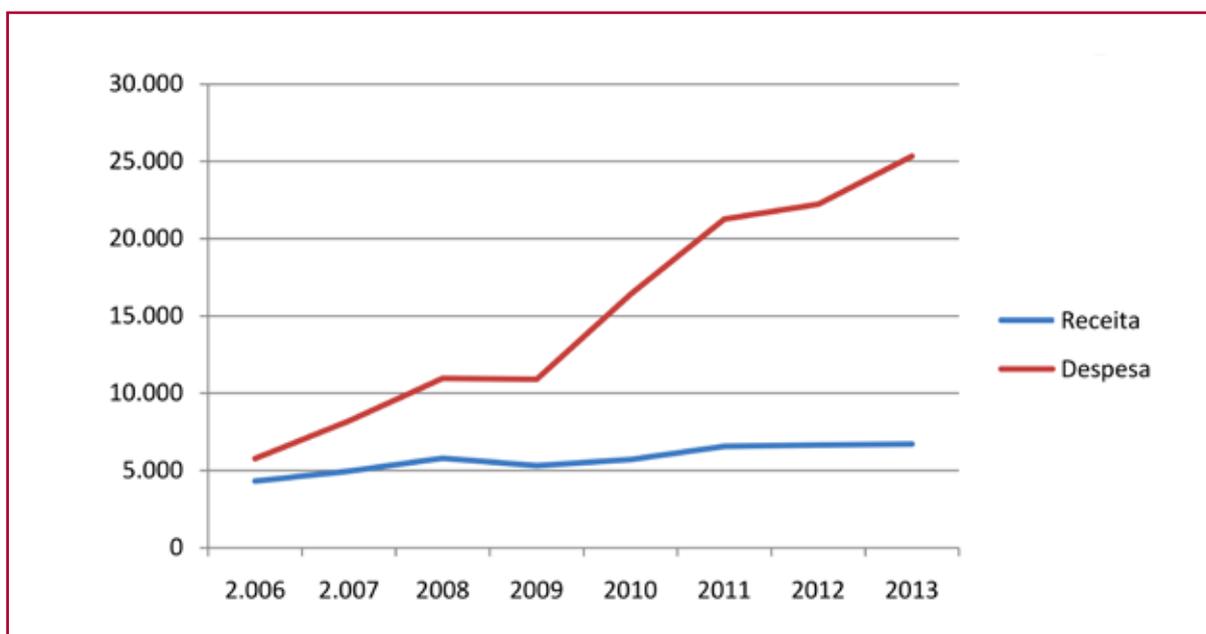


Gráfico 2 – Receita e Despesa Cambial Turística

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014.

A título de comparação e de acordo com estudo de Brasil (2014b), a movimentação de turistas alcançou 273 mil pessoas, gerando impactos de R\$ 991,6 milhões somente na

Copa das Confederações em 2013. Especificamente no Nordeste, foram 134 mil turistas que geraram R\$ 117,2 milhões nas três cidades sedes do Nordeste, ou seja, Fortaleza, Recife e Salvador.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Balanço de pagamentos. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2014.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Brasil sustentável: impactos socioeconômicos da copa do mundo 2014. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA. Movimento operacional da rede INFRAERO. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Copa: MTur regionaliza gastos de turistas por cidade-sede.

Disponível em: <<http://www.mtur.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2014a.

_____. Ministério do Turismo; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Copa das confederações da FIFA Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.mtur.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2014b.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Barômetro do turismo mundial. Disponível em: <<http://www.unwto.org/pub>>. Acesso em: 10 maio 2014.

4. MERCADO DE TRABALHO

A redução no ritmo de crescimento da taxa de ocupação combinada com a estabilidade da taxa de desocupação e dos rendimentos reais recebidos pelo trabalhador delineou para o mercado de trabalho brasileiro uma trajetória de desaceleração. Movimento que também é percebido no mercado de trabalho formal, onde a criação de novos postos de trabalho em 2013 foi menor do que o número de empregos gerados em 2012. No âmbito regional, Recife e Salvador registraram aumento na taxa de desocupação na comparação com dezembro de 2012, mas tiveram comportamentos distintos no rendimento com crescimento em Recife e queda em Salvador. Em relação ao emprego formal, o Nordeste recuperou uma parte dos postos de trabalho perdidos em 2012, registrando crescimento de 12,3% em relação ao observado no acumulado de janeiro a dezembro de 2012.

De acordo com as informações disponibilizadas pela pesquisa mensal do emprego (PME)¹, delineou-se para o mercado de trabalho brasileiro ao longo de 2013, um cenário de desaceleração da taxa de ocupação com estabilidade da taxa de desocupação.

A taxa de desocupação estimada em dezembro de 2013 em 4,3% declinou 0,3 p.p em relação a novembro. Na comparação com a taxa estimada para dezembro de 2012 (4,6%), também não houve alteração significativa (Gráfico 1). A relativa estabilidade da taxa de desocupação estimada para o agregado das regiões no decorrer de 2013 é atribuída ao baixo crescimento da população economicamente ativa, que na comparação com dezembro de 2012 declinou 0,74%.

A diminuição no ritmo de entrada dos jovens no mercado de trabalho é apontada como a principal razão para a redução da população economicamente ativa, que desde

2008 tem reduzido a parcela de jovens entre 18 e 24 anos. Dentre as explicações para a redução na oferta de mão de obra nessa parcela da população, está, de um lado, a preferência pela dedicação exclusiva à educação de uma parte desses jovens e, de outro, o aumento da ociosidade de outro grupo, que ficou conhecido como “nem-nem” por nem estudar e nem trabalhar.

A análise mensal das regiões metropolitanas do Nordeste, investigadas pela PME, também mostra queda na comparação com novembro (Gráfico 1). A comparação com dezembro de 2012, no entanto, evidencia comportamento distinto daquele encontrado para o agregado das seis regiões metropolitanas. Dentre as regiões metropolitanas investigadas, Salvador registrou o maior crescimento na comparação com 2012 (de 5,7 para 7,7%). Em Recife, a taxa de desocupação estimada em 5,9% cresceu 0,3 p.p em relação a dezembro/12.

1 A PME investiga o mercado de trabalho das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.



Gráfico 1 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana

Fonte: IBGE, 2014.

Na Região Metropolitana de Recife, a população economicamente ativa não recuou, mas o crescimento foi pouco expressivo (0,9%). Salvador, por sua vez, teve incremento significativo na população economicamente ativa (4,8%), o que pode ser um dos possíveis fatores que ajudam a explicar o fato da Região Metropolitana de Salvador ter registrado, dentre as regiões metropolitanas investigadas pela PME, o maior crescimento da taxa de desocupação entre dezembro/12 e dezembro/13.

Em relação à população ocupada, a variação para o agregado das seis regiões na comparação anual com dezembro de 2012 (0,5%) foi menor do que o observado para a população economicamente ativa, o que ajudou a manter estável a taxa de desocupação. O recuo na ocupação, em dezembro, ocorreu predominantemente no setor informal da economia, uma vez que a população ocupada com carteira cresceu 2,6% na comparação interanual.

Recife e Salvador, por outro lado, registraram crescimento na população ocupada de 0,6 e 2,5%, respectivamente, na comparação interanual. Em Recife, o crescimento na população ocupada reflete o aumento no setor formal, uma vez que os empregados com carteira aumentaram 6,5%, enquanto os sem carteira diminuíram 16,9%. Por outro lado, a população ocupada em Salvador reduziu sua participação no segmento formal (0,2%) e aumentou no segmento informal (9,4%).

A análise do mercado de trabalho formal contemplada pelos dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostra cenário diferente do retratado pela PME para o emprego formal. No acumulado do ano, foram criados 730.687 novos postos de trabalho; no entanto, esse número foi 18,8 % menor do que o acumulado de janeiro a dezembro de 2012, quando foram criados 868.241 novos empregos.

A análise regional mostra que apenas as regiões Sul (16,9%) e Nordeste (12,3%) tiveram resultados positivos na comparação com o acumulado de janeiro a dezembro de 2012. O bom desempenho do mercado de trabalho do Nordeste se deveu, ao menos em parte, à recuperação de postos de trabalho perdidos no acumulado janeiro a dezembro

de 2012, dos quais se destacaram as perdas da indústria de transformação (-12.702) e da agropecuária (-6.863). Apesar de modesta, a recuperação do emprego da indústria de transformação contribuiu para o bom desempenho do emprego formal no Nordeste no acumulado de janeiro a dezembro de 2013, no entanto, a agropecuária continuou a registrar perdas consecutivas (Tabela 1).

Tabela 1 – Saldo Acumulado de Empregos Formais, por setores. Brasil, Regiões e Estados do Nordeste – Janeiro a Dezembro de 2013

	Extrativa mineral	Ind. de transformação	S.I.U.P	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Total	Varição (%), 2013/12
Brasil	1.725	83.568	5.398	35.071	208.025	408.949	17.254	-29.303	730.687	-15,84
Norte	-55	7.554	-442	6.631	3.696	1.520	446	-2.252	17.098	-11,46
Nordeste	748	1.875	3.066	4.228	28.589	67.227	1.718	-4.064	103.387	12,27
Maranhão	71	-627	402	-3.498	392	4.769	214	-2.304	-581	-0,68
Piauí	26	482	-323	670	1.726	4.227	-5	-310	6.493	55,33
Ceará	321	5.515	514	5.289	11.130	20.927	995	1.124	45.815	52,07
Rio Gde do Norte	84	-541	91	-1.141	3.064	4.512	13	541	6.623	-11,88
Paraíba	32	369	-42	-260	2.389	5.056	-18	848	8.374	-37,66
Pernambuco	114	3.511	1.115	-2.086	-1.136	7.717	-70	-1.103	8.062	-71,00
Alagoas	32	-9.276	333	-1.807	2.590	2.747	-110	-116	-5.607	-10,73
Sergipe	-26	1.113	155	-263	1.175	9.019	63	-633	10.603	61,07
Bahia	94	1.329	821	7.324	7.259	8.253	636	-2.111	23.605	153,54
Sudeste	384	22.901	1.889	8.693	98.683	198.300	10.966	-25.394	316.422	-33,43
Sul	744	44.826	94	9.751	62.447	104.263	3.515	3.094	228.734	16,94
Centro-Oeste	-96	6.412	791	5.768	14.610	37.639	609	-687	65.046	-24,32

Fonte: BRASIL, 2014a.

Nota: (*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Se as estatísticas delinearão um cenário de desaceleração da taxa de ocupação com estabilidade da taxa de desemprego ao longo de 2013, os dados referentes aos rendimentos ajudam a corroborar essa situação.

Os rendimentos reais habitualmente recebidos pelo trabalhador permaneceram sem

alterações importantes. Na comparação interanual entre dezembro/13 e dezembro/12, os rendimentos cresceram (3,2%) para o agregado das regiões metropolitanas. No âmbito regional, observou-se crescimento dos rendimentos na Região Metropolitana de Recife (1,7%) e queda em Salvador (10,5%).

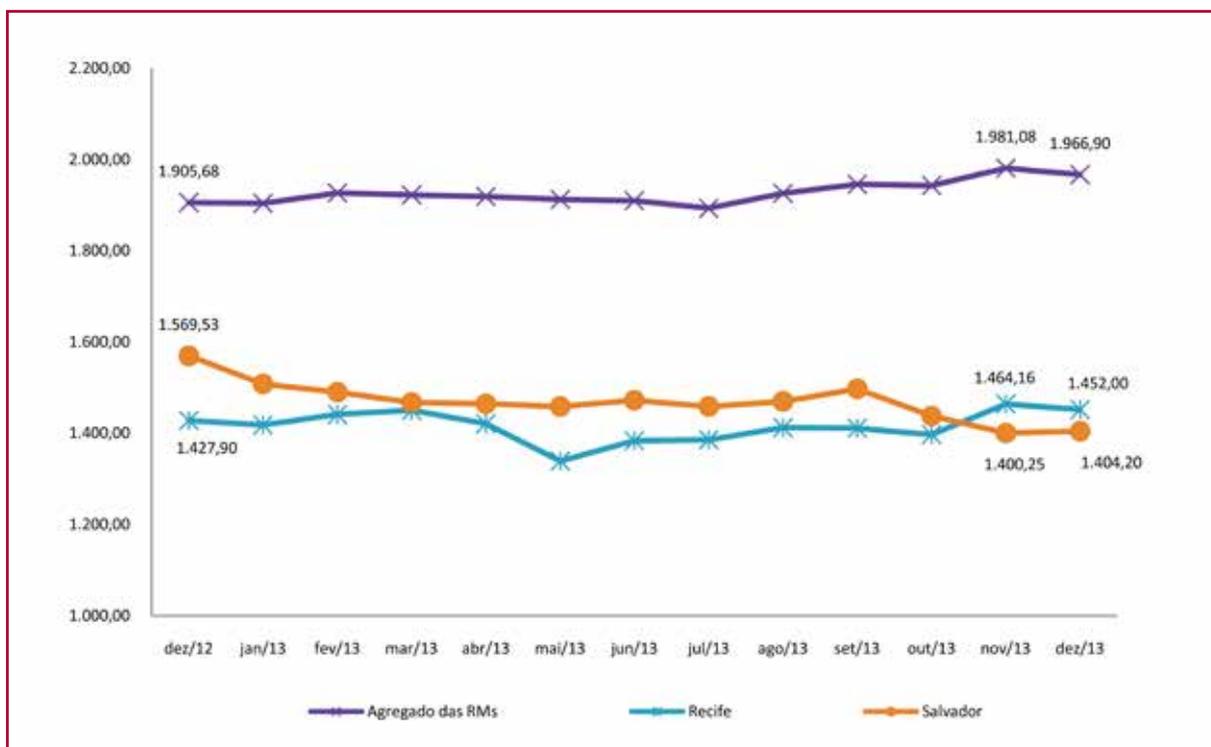


Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$) – Setembro de 2012 a Setembro de 2013
 Fonte: IBGE, 2014.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **CAGED estatístico Id**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_estatistico_id/caged_estatistico_basico_tabela.php>. Acesso em: 05 mar. 2014a.

_____. **Informações das declarações fora do prazo**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_acerto/caged_acerto_basico_tabela.php>. Acesso em: 5 mar. 2014b.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**. Rio de Janeiro, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

5 SETOR EXTERNO

As exportações brasileiras apresentaram ritmo de crescimento acelerado desde 2003, tendo essa tendência sido interrompida somente nos anos de 2009, 2012 e 2013. Nesse último ano, as exportações totalizaram US\$ 242,2 bilhões e as importações US\$ 239,6 bilhões. Assim, a balança comercial apresentou superávit de US\$ 2,5 bilhões, resultado 86,8% inferior ao apresentado em 2012, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Houve queda de 0,2% nas exportações e aumento de 7,4% nas importações. Os resultados apresentados foram devidos, em parte, ao desaquecimento da economia mundial, à queda dos preços de importantes commodities para a pauta de exportação brasileira e do aumento do déficit da conta petróleo (GODINHO, 2014).

O déficit da conta Petróleo e derivados passou de US\$ 5,4 bilhões em 2012 para US\$ 20,3 bilhões em 2013. A redução das vendas externas de óleos brutos e derivados foi motivada pelas paradas programadas para manutenção das plataformas de extração de petróleo que reduziram a produção interna e provocaram o incremento das importações do produto. Além disso, a contabilização, em 2013, da importação de US\$ 4,6 bilhões em petróleo e derivados efetivada em 2012 agravou ainda mais o quadro deficitário.

A desagregação das exportações brasileiras por fator agregado mostra que, em 2013, as vendas dos produtos básicos representaram 46,7% da pauta, seguida dos manufaturados (38,7%) e semimanufaturados (12,6%). Comparativamente a 2012, apenas os produtos manufaturados registraram crescimento nas vendas externas (3,2%). O produto minério de ferro e seus concentrados liderou as exportações (13,1%) seguido da soja (12,1%). A China absorveu 19,0% das exportações brasileiras em 2013, incremento de 11,6% relativamente a 2012. Por outro lado, os Estados Unidos com participação de 10,2%, recuou em 7,7% suas compras.

Já as importações brasileiras, segundo categoria de uso, mostra que o País concentrou 39,9% das suas compras em Bens Intermediários e 18,9% em Combustíveis e Lubrificantes. A categoria Bens de Consumo Duráveis foi a única que apresentou decréscimo (-5,4%).

As exportações nordestinas vinham crescendo desde o ano de 2000 (com exceção de 2009 ano da crise econômica internacional que reduziu a demanda mundial) e atingiram valor recorde em 2011 (US\$ 18,8 bilhões). Desde então, as vendas externas vêm diminuindo, atingindo US\$ 17,3 bilhões em 2013, queda de 8,0% relativamente a 2012.

Por outro lado, as importações nordestinas têm apresentando, com algumas oscilações, expansão desde 2000. Em 2013, as compras externas alcançaram valor de US\$ 27,8 bilhões, incremento de 6,8% comparativamente a 2012.

Consequentemente, ao contrário do País, a balança comercial nordestina encerrou o ano de 2013 com déficit de US\$ 10,5 bilhões.

As exportações nordestinas estão fortemente concentradas nos estados da Bahia

(58,4%), Maranhão (13,6%) Pernambuco (11,5%) e Ceará (8,2%). Vale ressaltar que, com exceção de Pernambuco (50,9%) e do Ceará (12,1%) que apresentaram elevação

dos valores exportados, os demais estados da Região registraram queda do valor total exportado, sendo as maiores registradas em Sergipe (-43,3%), Piauí (-28,3%) e Alagoas (-26,8%).

Tabela 1 – Nordeste – Balança Comercial (US\$ em milhões) – FOB

UF	Jan-dez 2013			Jan-dez 2012		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Alagoas	742,3	495,8	246,4	1.014,4	433,9	580,6
Bahia	10.091,7	8.891,2	1.200,5	11.267,8	7.761,3	3.506,5
Ceará	1.420,5	3.301,7	-1.881,3	1.267,0	2.863,7	-1.596,7
Maranhão	2.341,9	6.832,9	-4.491,0	3.024,7	7.060,4	-4.035,7
Paraíba	188,0	655,9	-467,9	243,4	619,6	-376,2
Pernambuco	1.991,5	6.824,3	-4.832,7	1.320,0	6.592,3	-5.272,4
Piauí	161,8	196,7	-34,9	225,7	170,6	55,1
R G do Norte	247,9	266,0	-18,1	261,2	222,3	38,9
Sergipe	84,6	290,4	-205,9	149,1	275,1	-126,0
NORDESTE	17.270,2	27.755,0	-10.484,8	18.773,2	25.999,2	-7.225,9

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

A análise por fator agregado revela que as exportações de produtos industrializados participaram com 78,0% da pauta de exportações

nordestinas em 2013. Os produtos básicos que contribuíram com 20,6%, apresentaram significativa queda de 29,9% do valor exportado.

Tabela 2 – Nordeste – Exportação por Fator Agregado – 2013/2012 – (US\$ em milhões) – FOB

Exportação por fator agregado	2013		2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	3.558	20,6	5.078	27,0	-29,9
Industrializados	13.462	78,0	13.360	71,2	0,8
Semimanufaturados	4.767	27,6	4.924	26,2	-3,2
Manufaturados	8.695	50,3	8.436	44,9	3,1
Op. especiais	250	1,4	335	1,8	-25,5
TOTAL	17.270	100,0	18.773	100,0	-8,0

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

A queda do valor exportado dos produtos Algodão, simplesmente debulhado (- US\$ 404,0 milhões), "fuel-oil" (- US\$ 366,1 milhões), Outros açucars de cana (- US\$ 239,2 milhões) e soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (- US\$ 229,6 milhões) concorreram para o desempenho negativo das exportações nordestinas em 2013. Apesar desse desempenho, "fuel-oil" (9,6%) e soja, mesmo

triturada, exceto para sementeira (9,5%) foram os dois principais produtos exportados.

Vale ressaltar também a participação do produto Plataformas de perfuração/exploração, flutuante (8,9%) na pauta de exportação da Região. Foram vendidas duas plataformas que resultaram no valor US\$ 1,5 bilhão. Uma produzida na Bahia pelo Consórcio Rio Para-

guaçu e a outra em Pernambuco produzida no Estaleiro Atlântico Sul. No total do País, foram sete plataformas para extração de petróleo exportadas no valor de US\$ 7,7 bilhões que contribuíram para melhorar o resultado da balança comercial.

Entretanto, foi apenas contábil a venda externa das plataformas, pois fisicamente continuam no País. A operação, realizada no amparo Repetro, regime aduaneiro especial de exportação, permite que subsidiárias da Petrobrás e de outras petroleiras no exterior realizem a compra e posterior aluguel a empresas petrolíferas no País.

Quanto aos países de destino das exportações nordestinas, China (13,1%), Estados Unidos (11,6%), Argentina (10,6%), Holanda (10,2%) e Panamá (6,8%) foram responsáveis por 52,2% do total exportado. Vale registrar que enquanto as exportações para a China e Argentina cresceram 9,5% e 36,5%, respectivamente, no período 2013/2012, os Estados Unidos e a Holanda reduziram suas compras em 18,5% e 13,5%, respectivamente.

Do lado das importações nordestinas, o crescimento registrado foi devido, principalmente, ao acréscimo nas aquisições de bens de capital e bens intermediários.

Tabela 3 – Nordeste – Importação por Categoria de uso – 2013/2012 – (US\$ em milhões) - FOB

Importação por categoria de uso	2013		2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	4.619	16,6	3.971	15,3	16,3
Bens intermediários	9.650	34,8	8.650	33,3	11,6
Bens de consumo	2.606	9,4	2.632	10,1	-1,0
Bens de consumo duráveis	1.480	5,3	1.543	5,9	-4,1
Bens de consumo não duráveis	1.126	4,1	1.089	4,2	3,4
Combustíveis e lubrificantes	10.880	39,2	10.754	41,4	1,2
TOTAL	27.755	100,0	26.007	100,0	6,7

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

Os produtos óleo diesel (16,6%), sendo seguido por outras gasolinas, exceto aviação (7,0%), naftas para petroquímica (5,6%); sulfetos de minérios de cobre (3,8%) outros trigos e misturas de trigo com centeio (3,6%) e automóveis (3,3%) respondem por quase 40% das compras externas da Região..

Os Estados Unidos (22,9%) representam a principal origem das compras externas do Nordeste, vindo em seguida a China (10,5%), Argentina (8,5%), Índia (4,9%) e Chile (4,5%). As compras estadunidenses cresceram 35,8% em 2013 relativamente a 2012, sendo óleo diesel o principal produto importado (31,5%).

Alagoas

O estado de Alagoas exportou US\$ 742,3 milhões em 2013, valor 26,8% inferior ao realizado em mesmo período de 2012. A pauta exportadora de Alagoas está muito concentrada em produtos derivados da cana-de-açúcar que respondem 95,3% das vendas externas do Estado.

Copertrading Comércio Exportação e Importação, Usina Caeté S.A., Usina Coruripe Açúcar e Álcool e Central Açucareira Santo Antônio foram as principais usinas exportadoras do Estado. A Rússia, país de destino de 33,8% das vendas externas, apresentou incremento de 32,7% relativamente a 2012.

Tabela 4 – Alagoas – Principais capítulos/produtos exportados – jan/dez – 2013/2012 – US\$ 1.000 – FOB

Capítulo/produto	Jan - dez/2013		Jan - dez/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Açúcares e produtos de confeitaria	707.387	95,3	927.699	91,5	-23,7
Outros açúcares de cana	664.756	89,6	820.317	80,9	-19,0
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose, etc.	42.631	5,7	84.153	8,3	-49,3
Demais Capítulos	34.883	4,7	86.722	8,5	-59,8
Total geral	742.270	100,0	1.014.421	100,0	-26,8

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

As importações alagoanas registraram acréscimo de 14,3% no valor, alcançando US\$ 495,8 milhões em 2013. Desta maneira, Alagoas apresentou saldo da balança comercial de US\$ 246,4 milhões.

Bahia

As vendas externas baianas somaram, em 2013, US\$ 10.091,7 milhões, registrando redução de 10,4% relativamente aos valores do obtidos em 2012. A redução de 30,4% do valor exportado do principal produto da pauta "fuel-oil" (- US\$ 613,8 milhões) devido a uma produção interna menor causada por paradas programadas para manutenção de plataformas e o aumento do consumo doméstico concorreram para esse resultado.

Pastas de madeiras e outras matérias fibrosas celulósicas e etc. foi o principal capítulo exportado pelo Estado. Ressalte-se que a Bahia é o segundo maior produtor brasileiro de madeira em toras para a produção de papel e celulose, com produção de 14.691.841 metros cúbicos, São Paulo lidera o ranking com 19.167.439 metros cúbicos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 2013).

Vale destacar, entretanto, que os produtos catodos de cobre refinado (placas de cobre refinado) e automóveis com motor a explosão apresentaram, em 2013, as maiores contribuições em termos de valor exportado, US\$ 503,5 milhões e US\$ 317,6 milhões, respectivamente, relativamente a 2012.

Quanto aos países de destino das exportações baianas, China (18,3%), Holanda (14,2%), Argentina (13,5%), Estados Unidos (10,8%) e Antilhas Holandesas foram responsáveis por 64,3% do total exportado. Entretanto, os Estados Unidos (-20,8%) e Antilhas Holandesas (-37,6%) reduziram significativamente suas compras enquanto China (+21,2%), Holanda (+15,0%), Argentina (+30,6%) registraram incremento, na comparação de 2013 sobre 2012.

As importações da Bahia (US\$ 8.891,2 milhões) cresceram 14,6% em 2013 em relação a 2012. Segundo a categoria de uso, as importações foram distribuídas em bens de capital (20,4%), bens intermediários (42,7% onde insumos industriais absorveram 35,5% do total), bens de consumo (15,1%) e combustíveis e lubrificantes (21,8%)

Tabela 5 – Bahia – Principais Capítulos/Produtos Exportados – jan/dez – 2013/2012 – US\$ 1.000 – FOB

Capítulo/produto	Jan - dez/2013		Jan - dez/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Pastas de madeira ou outras materias	1.581.151	15,7	1.592.945	14,1	-0,7
Pasta quim.madeira de n/conif.	1.226.527	12,2	1.219.392	10,8	0,6
Pasta química de madeira, p/ dissolução	354.623	3,5	373.552	3,3	-5,1
Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc.	1.515.787	15,0	2.134.776	18,9	-29,0
"Fuel-oil"	1.402.620	13,9	2.016.389	17,9	-30,4
Demais produtos	113.168	1,1	118.388	1,1	-4,4
Produtos químicos orgânicos	1.115.370	11,1	1.275.206	11,3	-12,5
Propeno (propileno) não saturado	247.772	2,5	202.297	1,8	22,5
Outros éteres acíclicos e seus derivados	149.417	1,5	151.461	1,3	-1,3
Benzeno	140.660	1,4	148.711	1,3	-5,4
Demais produtos	577.523	5,7	772.738	6,9	-25,3
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	847.496	8,4	940.884	8,4	-9,9
Soja, mesmo triturada, exc. p semeadura	844.609	8,4	938.454	8,3	-10,0
Demais produtos	2.886	0,0	2.430	0,0	18,8
Cobre e suas obras	843.366	8,4	475.539	4,2	77,3
Catodos de cobre refinado/seus elementos	631.387	6,3	127.890	1,1	393,7
Demais produtos	211.979	2,1	347.650	3,1	-39,0
Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc.	734.239	7,3	426.071	3,8	72,3
Automóveis c/motor explosão	693.649	6,9	376.042	3,3	84,5
Demais produtos	40.590	0,4	50.029	0,4	-18,9
Embarcações e estruturas flutuantes	380.462	3,8	381.773	3,4	-0,3
Plataformas de perfuração/exploração, etc.	380.462	3,8	381.773	3,4	-0,3
Demais Capítulos	3.073.789	30,5	4.040.575	35,9	-23,9
Total geral	10.091.660	100,0	11.267.769	100,0	-10,4

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

Ceará

O estado do Ceará apresentou déficit da balança comercial de US\$ 1.881,3 milhões em 2013, resultado de US\$ 1.420,5 milhões exportados (aumento de 12,1% frente a 2012) e de US\$ 3.301,7 milhões importados (incremento de 15,3%).

O capítulo calçados e suas partes foi o que gerou maior montante de divisas para o Estado: US\$ 325,2 milhões, embora tenha registrado queda de 4,0% em 2013 no confronto com 2012. Segundo a Abicalçados (EXPORTAÇÃO DE CALÇADOS..., 2013), o fraco desempenho das exportações brasileiras do setor foi motivado pela "deterioração da competitividade do calçado brasileiro, problemas lo-

gísticos e queda no consumo dos principais mercados para o produto nacional".

A exportação do produto fuel oil do capítulo combustíveis, óleos e ceras minerais, principal responsável pelo bom desempenho das vendas externas cearenses, foi resultado das operações de transbordo da Petrobras no Porto do Pecém (IPECE, 2014). Os países de destino do produto foram as Antilhas Holandesas, Cingapura e Holanda.

O capítulo Frutas, cascas de cítricos e de melões registrou queda de 11,7% em 2013 comparativamente a 2012, devido, principalmente, à redução de 15,3% na quantidade exportada do produto castanha de caju.

Tabela 6 – Ceará – Principais Capítulos/Produtos Exportados – jan/dez – 2013/2012 – US\$ 1.000 – FOB

Capítulo/produto	Jan - dez/2013		Jan - dez/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Calçados, polainas, etc. e suas partes	325.169	22,9	338.649	26,7	-4,0
Outs.calç.cobr.tornoz.part.sup.borr., plást.	115.520	8,1	130.133	10,3	-11,2
Calçados de borracha/plast.c/parte etc.	97.627	6,9	89.078	7,0	9,6
Demais produtos	112.021	7,9	119.439	9,4	-6,2
Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc.	247.688	17,4	18.760	1,5	1220,3
“Fuel-oil”	239.146	16,8	-	-	-
Óleos lubrificantes sem aditivos	8.542	0,6	18.760	1,5	-54,5
Frutas, cascas de cítricos e de melões	226.842	16,0	256.966	20,3	-11,7
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	109.802	7,7	148.575	11,7	-26,1
Melões frescos	88.714	6,2	78.589	6,2	12,9
Demais produtos	28.326	2,0	29.802	2,4	-5,0
Peles (exceto peleteria), e couros	194.112	13,7	205.932	16,3	-5,7
Couros/peles, bovinos, preparas.divid.c/a flor	106.931	7,5	102.524	8,1	4,3
Demais produtos	87.181	6,1	103.409	8,2	-15,7
Demais Capítulos	426.653	30,0	446.660	35,3	-4,5
Total	1.420.464	100,0	1.266.967	100,0	12,1

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

Por outro lado, as importações concentraram-se em Insumos industriais (41,0%), Combustíveis e lubrificantes (21,6%) e Bens de capital (16,5%). China (26,6%), Estados Unidos (12,7%) e Trinidad e Tobago (10,2%) foram os principais países de origem das compras externas cearenses.

Maranhão

Em 2013, o Maranhão exportou US\$ 2.341,9 milhões, valor 22,6% inferior ao registrado em 2012 enquanto as importações alcançaram a cifra de US\$ 6.832,6 milhões com ligeiro decréscimo de 3,2% no período analisado. Por conseguinte, a balança comercial do Estado registrou déficit de US\$ 4.491,0 milhões (segundo maior da Região).

O capítulo produtos químicos inorgânicos, onde se destaca o produto alumina calcinada, registrou incremento da receita de 12,9% e de 15,6% na quantidade exportada, no período em análise. O produto é obtido a

partir da purificação da bauxita e utilizado na fabricação de vidros, fibras de vidros, revestimentos cerâmicos, refratários, isoladores elétricos, entre outros materiais.

Segundo maior estado nordestino exportador de soja (depois da Bahia), com participação de 43,0% das vendas externas do produto na Região, o Estado do Maranhão exportou 2.862,7 mil toneladas em 2013, gerando US\$ 819,2 milhões de divisas.

A brusca redução das vendas do produto minérios de ferro foi ocasionada pela paralisação da Usina de Pelotização em São Luís devido à retração da demanda por pelotas no mercado internacional. A participação no total exportado pelo Estado passou de 17,5% em 2012 para apenas 0,3% em 2013.

Vale ressaltar que os dois principais parceiros do Maranhão, Estados Unidos (19,6%) e China (11,9%) registraram decréscimo de 1,4% e 29,1%, respectivamente, nas suas compras externas.

Tabela 7 – Maranhão – Principais Capítulos/Produtos Exportados – jan/dez – 2013/2012 – US\$ 1.000 – FOB

Capítulo/produto	Jan - dez/2013		Jan - dez/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Produtos químicos inorgânicos	819.154	35,0	725.650	24,0	12,9
Alumina calcinada	819.154	35,0	725.650	24,0	12,9
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	705.092	30,1	784.349	25,9	-10,1
Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	705.082	30,1	784.349	25,9	-10,1
Outras sementes, frutos e esporos, para sementeira	10	0,0	-	-	-
Ferro fundido, ferro e aço	480.244	20,5	498.285	16,5	-3,6
Ferro fundido bruto não ligado	480.244	20,5	498.285	16,5	-3,6
Minérios, escórias e cinzas	6.913	0,3	530.564	17,5	-98,7
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	6.913	0,3	530.564	17,5	-98,7
Demais Capítulos	330.513	14,1	485.839	16,1	-66,8
TOTAL	2.341.917	100,0	3.024.688	100,0	-22,6

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

As importações maranhenses, segundo a categoria de uso dos produtos, concentraram-se em combustíveis e lubrificantes (77,2%), porém apresentaram queda de 8,2% na comparação de 2013 com 2012. Cumpre ressaltar, entretanto, a importação da categoria bens de capital que somou US\$ 718,2 milhões em 2013, incremento de 45,8% frente a 2012.

Paraíba

Em 2013, as exportações do estado da Paraíba (US\$ 188,0 milhões) decresceram 22,8% enquanto as importações (US\$ 655,9 milhões) evoluíram 5,9%, relativamente ao ano anterior. O déficit da balança comercial atingiu, portanto, a cifra de US\$ 467,9 milhões.

O baixo desempenho das vendas externas foi decorrente da queda da quantidade exportada dos capítulos calçados e açúcar e bebidas que representam, conjuntamente, 73,4% da pauta de exportação do estado.

Segundo maior exportador de calçados do Nordeste e quarto do Brasil, as exportações paraibanas ao exterior de calçados que respondem por metade da pauta exportadora do Estado geraram US\$ 105,0 milhões de receita em 2013. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), foram embarcados 28 milhões de pares no Estado (contra 29 milhões em 2012), principalmente, pela empresa Alpargatas S.A.. Austrália (18,4%), França (11,6%), Angola (11,3%), Filipinas (7,9%) e a Argentina (6,8%) foram os principais países de destino do produto paraibano.

Tabela 8 – Paraíba – Principais Capítulos/Produtos Exportados – jan/dez – 2013/2012 – US\$ 1.000 – FOB

Capítulo/produto	Jan - dez/2013		Jan - dez/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Calçados, polainas, etc. e suas partes	105.053	55,9	110.690	45,5	-5,1
Calçados de borracha/plástico, etc.	97.268	51,7	100.835	41,4	-3,5
Demais produtos	7.785	4,1	9.855	4,0	-21,0
Açúcares e produtos de confeitaria	21.560	11,5	65.845	27,1	-67,3
Outros açúcares de cana	11.991	6,4	33.136	13,6	-63,8
Outros açúcares de cana, beterraba, etc.	9.569	5,1	30.622	12,6	-68,8
Açúcar de cana, em bruto	-	-	2.087	0,9	-100,0
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	11.299	6,0	27.161	11,2	-58,4
Outros álcool etílico não desnaturado	10.960	5,8	23.849	9,8	-54,0
Demais produtos	338	0,2	3.312	1,4	-89,8
Demais Capítulos	50.054	26,6	39.673	16,3	26,2
Total	187.966	100,0	243.369	100,0	-22,8

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

As importações paraibanas segundo as categorias de uso estão concentradas em Bens Intermediários (62,1%) com destaque para os insumos industriais (39,7%) e Alimentos e bebidas destinados à indústria (22,4%) e em Bens de Consumo (25,8%).

Pernambuco

As vendas externas do estado de Pernambuco alcançaram US\$ 1.991,5 milhões em 2013, incremento de 50,9% em relação ao mesmo período de 2012. Esse bom desempenho decorreu da exportação "contábil" no valor de US\$ 1.154,9 milhões (58,0% do total exportado), conforme comentando anteriormente, da plataforma de perfuração e exploração de petróleo P62, em dezembro. A plataforma P62, segundo a Petrobrás (2013), tem capacidade diária para produzir 180 mil barris de petróleo e seis milhões de metros cúbicos de gás. Apesar desse resultado, a balança comercial pernambucana continua deficitária em US\$ 4.832,7 milhões.

O capítulo açúcares e produtos de confeitaria e frutas, cascas de cítricos e de melões registraram queda de receita de 31,6% e 5,6%, respectivamente, devido a redução de 22,5% e 6,3% da quantidade exportada, no período em análise. Enquanto o setor sucroalcooleiro foi atingido pela seca e do fruticultura está redirecionando parte da produção para o mercado interno devido a problemas de logísticas para exportar bem como ao aumento da concorrência externa.

Além do Panamá, onde foi registrada a compra e posterior aluguel da plataforma de petróleo a uma empresa petrolífera nacional, os principais países de destinos das vendas pernambucanas foram Argentina (6,9%), Estados Unidos (4,6%) e Holanda (3,3%). Vale observar que enquanto a Argentina aumentou em 41,9% suas compras, os Estados Unidos e Holanda as reduziram em 31,2% e 86,2%, respectivamente.

Tabela 9 – Pernambuco – Principais Capítulos/Produtos Exportados – jan/dez – 2013/2012 – US\$ 1.000 – FOB

Capítulo/produto	Jan - dez/2013		Jan - dez/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Embarcações e estruturas flutuantes	1.154.914	58,0	404.888	30,7	185,2
Plataformas de perfuração/exploração, flutuantes, etc.	1.154.914	58,0	404.888	30,7	185,2
Açúcares e produtos de confeitaria	232.978	11,7	340.739	25,8	-31,6
Outros açúcares de cana	122.232	6,1	181.385	13,7	-32,6
Outros açúcares de cana, beterraba, etc.	104.627	5,3	124.776	9,5	-16,1
Demais produtos	6.119	0,3	34.578	2,6	-82,3
Frutas, cascas de cítricos e de melões	122.046	6,1	129.333	9,8	-5,6
Uvas frescas	73.018	3,7	82.883	6,3	-11,9
Mangas frescas ou secas	41.037	2,1	41.395	3,1	-0,9
Demais produtos	7.991	0,4	5.055	0,4	58,1
Plásticos e suas obras	102.973	5,2	92.249	7,0	11,6
Tereftalato de polietileno em forma primária	50.972	2,6	44.517	3,4	14,5
Outras chapas, etc.de outras plásticos, estratificadas	27.014	1,4	27.456	2,1	-1,6
Demais produtos	24.986	1,3	20.275	1,5	23,2
Demais Produtos	378.619	19,0	352.767	26,7	7,3
Total	1.991.531	100,0	1.319.976	100,0	50,9

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

As importações pernambucanas somaram US\$ 6.824,3 milhões, em 2013, 3,5% superiores às registradas no ano de 2012. Segundo as categorias de uso, as compras externas pernambucanas estão distribuídas, principalmente em combustíveis e lubrificantes (43,3%) e em bens intermediários (32,1%) com destaque para os insumos industriais (25,6%). Estados Unidos (31,9%), China (9,5%) e Argentina (7,9%) foram os principais países de origem das importações pernambucanas.

Piauí

As exportações piauienses somaram US\$ 161,8 milhões, em 2013, registrando decréscimo de 28,3% relativamente a 2012. O principal produto exportado, soja, mesmo triturada, exceto para semeadura respondeu por 55,1% das vendas externas do Estado, porém apresentou declínio de 38,8% no volume de vendas e de 34,4% na quantidade exportada do grão. A seca que assolou todo o Estado provocou a queda da produção da soja.

A China (28,7%), Espanha (11,6%), Tailândia (9,2%), Estados Unidos (9,2%) e Japão (8,0%) destacaram-se como os principais países de destino das exportações do Estado.

Tabela 10 – PiauÍ – Principais Capítulos/Produtos Exportados – jan/dez – 2013/2012 – US\$ 1.000 – FOB

Capítulo/produto	Jan - dez/2013		Jan - dez/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc.	89.199	55,1	145.706	64,5	-38,8
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	89.199	55,1	145.706	64,5	-38,8
Gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais	44.397	27,4	47.001	20,8	-5,5
Ceras vegetais	44.397	27,4	47.001	20,8	-5,5
Demais Produtos	28.252	17,5	33.022	14,6	-14,4
Total	161.848	100,0	225.729	100,0	-28,3

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

As importações piauienses no valor de US\$ 196,7 milhões e crescimento de 15,3% no período em análise concorreram para o déficit de US\$ 34,9 milhões da balança comercial do Estado. Composta, principalmente de insumos industriais (73,4), os principais itens da pauta de importação foram barras de ferro ou aço, outros fio-máquinas de outras ligas de aços, laminado de ferro/aço e fios de cobre refinado. China (33,9%), Estados Unidos (8,9%), Rússia (8,5%) e Reino Unido (8,3%) se constituíram na origem da maior parte das importações do PiauÍ.

Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte registrou déficit em sua balança comercial da ordem de US\$ 18,1 milhões, resultado de US\$ 247,9 milhões de exportações e US\$ 266,0 de importações realizadas em 2013. Nesse período, enquanto as exportações potiguares caíram 5,1%, as importações expandiram-se em 19,6%, relativamente ao ano anterior.

O capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 115,2 milhões) que responde por quase metade do total exportado do Estado registrou queda de 8,9% das receitas. Entretanto, o principal item do capítulo, melões frescos, incrementou suas vendas em 7,7% em 2013 frente a 2012, tendo como destino a Holanda, Espanha e Reino Unido, dentre outros.

Principal polo de produção de melão, o estado do Rio Grande do Norte foi responsável por 26,8% do volume de frutas exportadas pelo Brasil e por 22,4% da receita obtida (EXPORTAÇÕES DE FRUTAS..., 2013).

Vale destacar o crescimento apresentado pelas exportações de sal marinho (206,9%). O Estado é responsável por 95% da extração de sal do País. A ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca Luiz Fausto de Medeiros (chamado de Porto Ilha) possibilitou o aumento da capacidade de exportação do produto sendo a Nigéria, Camarões e Canadá os principais países de destino.

Tabela 11 – Rio Grande do Norte – Principais Capítulos/Produtos Exportados – jan/dez – 2013/2012 – US\$ 1.000 – FOB

Capítulo/produto	Jan - dez/2013		Jan - dez/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Frutas, cascas de cítricos e de melões	115.192.047	46,5	126.437.574	48,4	-8,9
Melões frescos	58.230.174	23,5	54.056.370	20,7	7,7
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	23.820.414	9,6	36.660.025	14,0	-35,0
Bananas frescas ou secas, exceto bananas da terra	10.863.099	4,4	13.510.049	5,2	-19,6
Demais produtos	22.278.360	9,0	22.211.130	8,5	0,3
Açúcares e produtos de confeitaria	23.865.857	9,6	28.317.917	10,8	-15,7
Bombons, caramelos, confeitos e etc	16.776.021	6,8	14.721.935	5,6	14,0
Demais produtos	7.089.836	2,9	13.595.982	5,2	-47,9
Peixes e crustáceos, moluscos, etc.	17.526.268	7,1	19.499.623	7,5	-10,1
Outras lagostas, congeladas, exceto as inteiras	5.651.576	2,3	4.205.125	1,6	34,4
Outros camarões inteiros, congelados	2.258.314	0,9	-	-	-
Demais produtos	9.616.378	3,9	15.294.498	5,9	-37,1
Sal, enxofre, terras, pedras e etc.	13.969.764	5,6	8.840.755	3,4	58,0
Granito cortado em blocos ou placas	6.578.628	2,7	5.806.260	2,2	13,3
Sal marinho, a granel, sem agregados	6.255.388	2,5	2.038.252	0,8	206,9
Demais produtos	1.135.748	0,5	996.243	0,4	14,0
Demais Capítulos	77.368.439	31,2	78.127.946	29,9	-1,0
Total	247.922.375	100,0	261.223.815	100,0	-5,1

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Étene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

As importações potigüares, segundo as categorias de uso, estão concentradas em bens intermediários (56,4%) com destaque para os insumos industriais (36,4%) e alimentos e bebidas destinados à indústria (18,8%) e em bens de capital (38,0).

A M. Dias Branco S.A. (18,8%) é a maior empresa importadora do Estado seguida da Siemens Ltda. (8,6%) e da Gamesa Eólica Brasil Ltda. (7,1%).

Sergipe

As vendas externas sergipanas somaram US\$ 84,6 milhões durante o ano de 2013, 43,3% menor que no ano anterior. Neste mesmo período, as importações foram de US\$ 290,4 milhões, 5,6% superior às de 2012. Desta maneira, o déficit do saldo da balança comercial atingiu US\$ 205,9 milhões.

Os três principais capítulos exportados registraram queda nas vendas internacionais: preparações de produtos hortícolas, frutas etc. (-52,5%), calçados polainas e suas partes (-8,5%) e açúcares e produtos de confeitaria (-27,1%). Sucos de laranja, congelados, não fermentados, principal item da pauta exportadora do Estado, registrou declínio de 47,7% na quantidade exportado. A Holanda foi o principal destino das vendas externas de suco de laranja.

Tabela 12 – Sergipe – Principais Capítulos/Produtos Exportados – jan/dez – 2013/2012 – US\$ 1.000 – FOB

Capítulo/produto	Jan - dez/2013		Jan - dez/2012		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Preparações de produtos hortícolas, frutas, etc.	45.144	53,4	95.092	63,8	-52,5
Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	38.866	46,0	82.925	55,6	-53,1
Demais produtos	6.278	7,4	12.168	8,2	-48,4
Calçados, polainas, etc. e suas partes	18.813	22,2	20.567	13,8	-8,5
Outs.calç.cobr.tornoz.part.sup.borr., plást.	9.594	11,3	14.698	9,9	-34,7
Outs.calçads.sol.ext.borr./plást.couro/nat.	5.060	6,0	3.184	2,1	58,9
Demais produtos	4.159	4,9	2.685	1,8	54,9
Açúcares e produtos de confeitaria	10.881	12,9	14.924	10,0	-27,1
Outros açúcares de cana, beterraba, etc.	6.003	7,1	7.858	5,3	-23,6
Outros açúcares de cana	4.874	5,8	7.048	4,7	-30,8
Demais produtos	3	0,0	17	0,0	-80,7
Demais Capítulos	9.735	11,5	18.490	12,4	-47,4
Total	84.573	100,0	149.073	100,00	-43,3

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

As importações sergipanas foram originárias, preponderantemente, dos Estados Unidos (24,9%), China (8,9%), Uruguai (8,0%), Rússia (6,8%) e Canadá (6,5%). Os principais

produtos importados foram outros trigos e misturas de trigo c/centeio (17,4%), coque de petróleo não calcinado (9,0%) e diidrogeno-ortofosfato de amônio (8,3%).

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. Comércio Exterior de Calçados. 2013. Disponível em:

<<http://www.abicalcados.com.br/site/inteligencia.php?cat=1>>. Acesso em: 21 fev 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS (Abrap). Informativo Número 375 – de 11 a 17 de dezembro – Ano VIII – 2013. Disponível em <http://www.abraflor.org.br/informativo/abraf375.html>. Acesso em 30/01/2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Balança comercial por**

unidade da federação. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>. Acesso em: 30 jan. 2014a.

_____. **Aliceweb**. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2014b.

EXPORTAÇÕES de frutas crescem 6,2% em 2013. 21/01/2014. **Canal do Produtor**. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/exportacoes-de-frutas-crescem-62-em-2013-0>>. Acesso em: 03 fev 2013.

EXPORTAÇÃO de calçados Ceará sobe em volume, mas cai em faturamento. **Abicalçados**, 17 fev. 2014. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/site/noticias_detalhes.php?id=245>. Acesso em: 21 fev. 2013.

GODINHO, Daniel. A ficção e a realidade da nossa balança comercial. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/3413096/ficcao-e-realidade-da-nossa-balanca-comercial>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. IPECE. Desempenho do Comércio Exterior Cearense em 2013. **Informe 73**, 17 fev. 2014. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/lpece_Informe_73_17_fevereiro_2014.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2014.

PETROBRAS concluídas obras da P-62. 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2013/12/17/concluidas-obras-da-p-62/>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

6 FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 Arrecadação de ICMS

A arrecadação do ICMS cresceu em 2013, com relação a 2012, 11,3% e 4,7% em termos reais¹, duas vezes o crescimento do PIB brasileiro². A Região Nordeste superou todas as outras, com um crescimento de 13,3% e 6,6% descontando a inflação, ver Tabela 1.

Todos os estados nordestinos tiveram crescimento real, mas com uma dispersão um pouco elevada. Enquanto Sergipe teve um crescimento real de apenas 1,8%, Paraíba e Bahia evoluíram em ritmo diferenciado, 9,8% e 9,7%, respectivamente, ver Tabela 2.

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS – janeiro – dezembro (R\$ milhões)

Regiões/Brasil	2012	2013	Var. %	Var. Real % ¹
Norte	19.638	21.757	10,8	4,3
Nordeste	50.640	57.355	13,3	6,6
Sudeste	178.171	197.807	11,0	4,5
Sul	51.957	58.058	11,7	5,2
Centro-Oeste	29.777	32.654	9,7	3,3
Brasil	330.183	367.632	11,3	4,8

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

Nota: 1. Índice de inflação, IPCA médio de 2012 e 2013.

Tabela 2 – Arrecadação de ICMS – Nordeste – janeiro – dezembro (R\$ milhões)

Estados/Região	2012	Part. %	2013	Part. %	Var. %	Var. Real % ¹
Alagoas	2.454	0,7	2.731	0,7	11,3	4,8
Bahia	14.443	4,4	16.832	4,6	16,5	9,7
Ceará	7.646	2,3	8.705	2,4	13,8	7,2
Maranhão	3.859	1,2	4.390	1,2	13,8	7,1
Paraíba	3.249	1,0	3.787	1,0	16,6	9,8
Pernambuco	10.602	3,2	11.712	3,2	10,5	4,0
Piauí	2.395	0,7	2.677	0,7	11,7	5,2
Rio Grande do Norte	3.691	1,1	4.033	1,1	9,3	2,9
Sergipe	2.301	0,7	2.487	0,7	8,1	1,8
Nordeste	50.640	15,3	57.355	15,6	13,3	6,6
Brasil	330.183	100,0	367.632	100,0	11,3	4,8

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

Nota: 1. Índice de inflação, IPCA médio de 2012 e 2013.

1 O índice utilizado foi o IPCA médio de 2012 e 2013, ver Tabelas 1 e 2.

2 Para os estados do Acre, Rondônia, Amapá, Roraima, Sergipe, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, o ICMS foi estimado para alguns meses, em 2012 e 2013.

Os estados que superaram o crescimento médio da Região foram: Paraíba, Bahia, Ceará e Maranhão. Em maior ou menor escala, as explicações dos crescimentos estaduais se encontram em três setores: Secundário, terciário e petróleo, combustíveis e lubrificantes. Na Região, estes três setores representam 87,3% do total arrecadado. O estado do

Rio Grande do Norte apresenta-se um pouco diferente dos outros, pois o setor petróleo, combustíveis e lubrificantes tem pouca importância, representa apenas 2,7% da arrecadação do Estado. Em contrapartida, o setor primário responde por 20,7% da arrecadação. A Tabela 3 apresenta as variações nestes principais setores.

Tabela 3 – Variações % por Estados/Setores – 2013/2012

Estados/Setores	Secundário	Terciário	Petróleo	Participação ¹
Bahia	22,9	22,6	24,2	87,30
Ceará	18,4	16,3	22,8	88,10
Maranhão	19,8	11,0	19,1	86,90
Paraíba	8,0	18,2	33,1	90,50
Sergipe	18,7	-0,2	18,0	85,50
Rio Grande do Norte	3,2	14,7	36,6	72,50
Pernambuco	6,6	10,4	21,6	91,70

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014a.

Nota: 1. Participação dos três setores na arrecadação total do Estado.

Os efeitos da redução da tarifa de energia elétrica fizeram com que o ICMS de energia elétrica em 2013 caísse em todos os estados nordestinos, a exceção de Alagoas. O ICMS da energia elétrica representa 7,8% do total

arrecadado e caiu 8,6%, comparado com a arrecadação de 2012. Alguns estados sofreram mais na perda. Enquanto o Rio Grande do Norte teve queda de 18,6%, o estado de Alagoas conseguiu superar a arrecadação do ano anterior, com um aumento de apenas 0,5%.

6.2 Fundos Constitucionais

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool – CIDE-Combustíveis, de competência exclusiva da União, tem 29% de sua arrecadação transferida para Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios. Deste montante, 75% são destinados aos Estados e Distrito Federal e 25% para os Municípios. O critério de repartição entre os Estados e DF é o seguinte:

(a) 40% proporcionalmente à extensão da malha viária federal e estadual pavimentada existente em cada UF; (b) 30% proporcionalmente ao consumo de combustíveis de cada UF; (c) 10% distribuídos em parcelas iguais entre as UFs. Já o critério de repartição entre os Municípios deveria ser estabelecido em lei federal de acordo com determinação do art. 159 da Constituição Federal; enquanto essa lei não é editada, vale o definido pela Lei 10.336/01: (a) 50% segundo rateio do (Fun-

do de Participação dos Municípios – FPM); (b) 50% proporcionalmente à população. Em consequência, dentro de um mesmo período de doze meses abrangido por uma decisão normativa do Tribunal de Contas da União (TCU), a soma dos percentuais individuais de repartição dos Estados e DF é 100%, ocorrendo o mesmo para os Municípios.

Em junho de 2012, com base no Decreto 7.764, de 22/06/12, as autoridades fiscais tomaram a decisão de zerar as alíquotas referentes à CIDE-Combustíveis. A medida teve como objetivo evitar que o reajuste dos preços dos combustíveis para a Petrobrás fosse repassado para o consumidor final. No entan-

to, se por um lado a medida evita o aumento de preços, por outro, mais uma vez, Estados e Municípios perderam recursos imprescindíveis para o investimento de infraestrutura de transporte e retirou do Ministério dos Transportes uma das principais fontes de financiamento de suas ações orçamentárias. A consequência, em 2013, para os cofres dos Estados do Nordeste se encontra na Tabela 1. A perda de arrecadação dos Estados e Municípios foi de R\$ 1,1 bilhão em 2013, comparado com a arrecadação de 2012, e a conta está subestimada, dado o aumento no número de carros no ano. A Região Nordeste perdeu R\$ 266 milhões, 94,8%.

Tabela 4 – CIDE¹ – Nordeste (R\$ milhões)

Estados/Regiões	2012	2013	Varição (R\$)
Alagoas	15,6	0,80	(14,8)
Bahia	72,0	3,75	(68,2)
Ceará	39,6	2,09	(37,5)
Maranhão	34,0	1,76	(32,3)
Paraíba	20,3	1,11	(19,2)
Pernambuco	39,3	2,07	(37,2)
Piauí	25,3	1,35	(23,9)
Rio Grande do Norte	21,3	1,09	(20,2)
Sergipe	13,5	0,69	(12,8)
Nordeste	281,0	14,71	(266,3)
Brasil	1.117,9	57,32	(1.060,6)

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014b.

Nota: 1. CIDE: contribuição de intervenção do domínio econômico-combustíveis. 2. O valor total da arrecadação em 2011 foi de R\$ 2.109,7 milhões.

A Tabela 5 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se um crescimento de 7,5%, no período analisado, janeiro a dezembro de 2013, com relação ao mesmo período de 2012. Em termos reais, ocorreu um aumento de 1,3%³, desempenho

muito abaixo do crescimento observado no ICMS Nordeste no mesmo período (13,3% e 6,6% de variação real). Cabe observar que o FPE caiu em 2012, 2,2% em termos reais, vindo de um crescimento de 15,5% em 2011.

3 O índice de inflação utilizado, IPCA, valores médios de 2012 e 2013, no período janeiro a dezembro.

Tabela 5 – Fundo de Participação dos Estados – FPE (R\$ milhões)

Estados/Região	2012	2013	Participação
Alagoas	2.062	2.218	4,2
Bahia	4.657	5.009	9,4
Ceará	3.636	3.911	7,3
Maranhão	3.578	3.848	7,2
Paraíba	2.374	2.553	4,8
Pernambuco	3.420	3.678	6,9
Piauí	2.142	2.303	4,3
Rio Grande do Norte	2.071	2.227	4,2
Sergipe	2.060	2.215	4,2
Nordeste	25.999	27.961	52,5
Brasil	49.564	53.304	100,0

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014b.

Nota: Já deduzidos valores do FUNDEF/FUNDEB.

As transferências do FPM para o Brasil tiveram crescimento exatamente igual ao FPE, 7,5%. Para a Região Nordeste, o crescimento foi menor no período analisado, 6,6%, conforme indicado na Tabela 6. Essa diferença

se deve ao crescimento dos estados do Ceará e Pernambuco. Enquanto estes estados cresceram 2,3% e 5,6%, respectivamente, o crescimento médio dos outros estados foi de 7,5%⁴, semelhante ao do FPE.

Tabela 6 – Fundo de Participação dos Municípios – FPM (R\$ milhões)

Estados/Região	2012	2013	Participação	Var. - %	Var. Real - %
Alagoas	1.303	1.400	2,4	7,4	1,2
Bahia	4.979	5.372	9,1	7,9	1,6
Ceará	2.856	2.921	5,0	2,3	(3,7)
Maranhão	2.277	2.447	4,2	7,4	1,2
Paraíba	1.769	1.901	3,2	7,5	1,2
Pernambuco	2.746	2.899	4,9	5,6	(0,6)
Piauí	1.451	1.559	2,6	7,4	1,2
Rio Grande do Norte	1.379	1.482	2,5	7,5	1,2
Sergipe	817	877	1,5	7,4	1,2
Nordeste	19.576	20.858	35,4	6,6	0,3
Brasil	54.747	58.878	100,0	7,5	1,3

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014b.

Nota: Já deduzidos valores do FUNDEF/FUNDEB.

A composição do FPM é que 10,0% vão para as capitais, 3,6% para os municípios da reserva (aqueles com população acima de 156.216 habitantes) e 86,4% para os outros

(interior). A explicação para a queda do crescimento no FPM, vem das reduções nos coeficientes de participação dos estados do Ceará e Pernambuco. Analisando-se as decisões

³ O índice de inflação utilizado: IPCA, valores médios de 2012 e 2013, no período janeiro a setembro.

⁴ À exceção do estado da Bahia, que cresceu 7,9%, os outros estados cresceram entre 7,4% e 7,5%.

normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), que define os coeficientes de distribuição do FPM para 2012 e 2013, observa-se que, para esses estados, houve queda nos coeficientes para as capitais e municípios com população acima de 156.216 habitantes (municípios da reserva), enquanto para os outros estados os coeficientes cresceram 0,72%. No Ceará, por exemplo, Fortaleza perdeu 2,1 pontos percentuais no coeficiente de distri-

buição em 2013 e os municípios da reserva perderam 1,16%⁵. A queda em Pernambuco foi um pouco menor. Como o cálculo do FPM é feito com base nas informações da população do município e renda per capita do Estado prestadas ao TCU pelo IBGE, observa-se que o aumento na renda per capita dos dois estados foi o fator redutor do FPM para suas capitais em 2013⁶; isto fica bem claro com os dados da Tabela 7.

Tabela 7 – Fundo de Participação dos Municípios – Capitais – FPMc (R\$ milhões)

Estados/Região	2012	2013	Participação	Var. - %	Var. Real - %
Alagoas	288	308	5,2	7,1	0,9
Bahia	414	443	7,5	7,1	0,9
Ceará	575	493	8,4	(14,3)	(19,3)
Maranhão	288	308	5,2	7,1	0,9
Paraíba	230	246	4,2	7,1	0,9
Pernambuco	322	310	5,3	(3,6)	(9,2)
Piauí	288	308	5,2	7,1	0,9
Rio Grande do Norte	184	197	3,3	7,1	0,9
Sergipe	166	177	3,0	7,1	0,9
Nordeste	2.753	2.792	47,4	1,4	(4,5)
Brasil	5.475	5.888	100,0	7,5	1,3

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014b.

Nota: Já deduzidos valores do FUNDEF/FUNDEB.

Para 2014, olhando as decisões normativas do TCU, que determinam os coeficientes de distribuição, observa-se que os coeficientes das capitais mudam na terceira casa decimal, não devendo ter mudanças significativas em função destes indicadores. Nos municípios da Reserva, o município de Alagoinhas, na Bahia, foi substituído por Barreiras. No

Maranhão, os municípios São José de Ribamar e Timon deixaram de fazer parte dos municípios da Reserva em 2014. Os coeficientes para todos os outros municípios do interior são os mesmos de 2013. Com isso, quedas no FPM em 2014 só advirão dos resultados do IR e IPI. A Tabela 7 apresenta o FPM das capitais dos estados nordestinos.

5 Municípios da reserva no Ceará: Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral; em Pernambuco: Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Petrolina.

6 Como o fator é calculado usando-se o inverso da renda per capita, ou seja, quanto maior a renda menor a distribuição do FPM por esse indicador, e como o outro indicador, a população cresceu muito pouco, os dois estados passaram a ter fatores menores em 2013. Pelas informações do IBGE, entre 2009 e 2010, a renda per capita dos estados do Ceará e Pernambuco cresceu 19,9% e 21,6%, respectivamente.

6.3 Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias da União para os entes federados, no ano de 2013, foram de R\$ 11,6 bilhões, conforme mostra a Tabela 8. Os estados nordestinos captaram 39,2% dessas transferências, R\$ 4,6 bilhões. As transferências para a Região caíram em 1,0%, comparando com as transferências de 2012. Em termos reais, a queda foi de 6,7%⁷. Vale ressaltar que outras regiões apresentaram quedas reais relevantes, com destaque para a Região Norte, com redução de 21,5% em termos reais. A única região que não teve perda real de valor das transferências, de 2012 para 2013, foi o Sudeste, com um crescimento real de 1,7%.

Detalhando a variação para o Nordeste, observa-se que as transferências para os Municípios são substancialmente maiores que as transferências para os Estados. Em 2012 e 2013, as transferências para os Municípios representaram 68,3% e 73,8% do total das transferências para o Nordeste, respectivamente. Elas cresceram 7,0% no período, enquanto que as transferências para os Estados caíram 18,1%. Pelo lado dos Municípios, os crescimentos relevantes são nos estados de Pernambuco, Maranhão e Piauí, com aumentos de 10,8%, 10,6% e 9,2%, respectivamente. Vale observar o pequeno crescimento das transferências para os municípios do Rio Grande do Norte, 0,5%, acompanhado dos municípios da Paraíba, 2,1% e Alagoas, 3,4%. As razões para isso estão nas transferências dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que detêm os principais programas.

No caso das transferências para os estados da Região, a queda de 18,1% no período analisado, é devido a reduções relevantes em quase todos os estados, à exceção de Pernambuco e Ceará, com aumentos de 27,6% e 23,6%, respectivamente. Cabe salientar as quedas nas transferências para os estados da Bahia, Piauí e Maranhão, 44,4%, 34,6% e 23,4%, respectivamente.

Os principais programas utilizados nas transferências voluntárias para o Nordeste em 2013, estão nos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Eles realizaram 88,1% do total das transferências, conforme os dados apresentados na Tabela 9. O terceiro ministério em volume de transferências para os estados do Nordeste é o Ministério da Integração Nacional, que detém 4,9% das transferências. Vale observar que os restos a pagar de anos anteriores e pagos em 2013, representam 30,7% do total das transferências voluntárias do ano.

Os principais programas utilizados pelos ministérios para efetivar as transferências voluntárias são: Educação básica, 64,4% das transferências; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 16,1%; Bolsa Família, 3,8%; Gestão de riscos e resposta a desastres, 3,0%; Desenvolvimento produtivo, 3,0%; Educação profissional e tecnológica, 2,3%; Segurança pública com cidadania, 2,0% e Promoção dos direitos de crianças e adolescentes, 1,7%, que representam 96,3% das transferências voluntárias em 2013.

⁷ O Índice utilizado é o IPCA, da mesma forma que foi trabalhado para o ICMS e Fundos Constitucionais.

Tabela 8 – Fluxos de Transferências Voluntárias dos Principais Ministérios – janeiro a setembro de 2013 (R\$ milhões)

Região/Estados	Educação		DSCF ¹		Outros Ministérios		Total das Transferências		Restos a Pagar ¹
	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	
Nordeste	2.923	100,0	1.092	100,0	545	100,0	4.560	100,0	1.400
Alagoas	156	5,3	90	8,2	42	7,7	288	6,3	103
Bahia	738	25,2	244	22,3	43	7,9	1.025	22,5	269
Ceará	503	17,2	153	14,0	62	11,4	718	15,7	206
Maranhão	366	12,5	143	13,1	87	16,0	596	13,1	140
Paraíba	239	8,2	88	8,1	98	18,0	425	9,3	143
Pernambuco	433	14,8	175	16,0	88	16,1	696	15,3	278
Piauí	215	7,4	82	7,5	34	6,2	331	7,3	104
Rio Grande do Norte	174	6,0	76	7,0	42	7,7	292	6,4	103
Sergipe	99	3,4	41	3,8	49	9,0	189	4,1	53

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene da Conjuntura Econômica, a partir de BRASIL, 2014b.

Nota: 1. Restos a pagar não processados, de anos anteriores, pagos em 2013, relativos a transferências voluntárias aos municípios e estados.

Os principais programas utilizados nas transferências voluntárias para o Nordeste, período janeiro a setembro de 2013, estão nos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Eles realizaram 93,2% do total das transferências, conforme os dados apresentados na Tabela 8. O terceiro ministério em volume de transferências para os estados do Nordeste é o Ministério da Integração Nacional, que detém 5,25 das transferências.

Os principais programas utilizados pelos ministérios para efetivar as transferências voluntárias são: Educação Básica, 71,5% das transferências; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 13,2%; Bolsa Família, 3,8%; Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, 3,0%; Educação Profissional e Tecnológica, 2,3% e Desenvolvimento Produtivo, que representam 96,0% das transferências voluntárias até o terceiro trimestre de 2013. Cabe ainda observar que os restos a pagar não processados e pagos em 2013 foram da ordem de R\$ 3,2 bilhões, 40,0% do total das transferências de 2013.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Confaz. Boletim do ICMS. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: mar. 2014a.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Aná-

lise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Boletim do FPE e FPM e Transferências Voluntárias. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso em: mar. 2014b.

7 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional¹ alcançou, no final de dezembro de 2013, o estoque total das operações de crédito, no montante de R\$ 2.715,1 bilhões, representando um crescimento de 14,6%, frente a igual período do ano anterior, segundo informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2014a).

A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada pelo comportamento das opera-

ções financiadas com recursos direcionados. Nessa perspectiva, até dezembro de 2013, observou-se um crescimento de 24,5% para a referida variável, comparado ao mesmo período de 2012, quase o triplo da expansão exibida pelas operações financiadas com recursos livres (7,8%). Vale ressaltar a trajetória ascendente da relação Crédito/PIB, que em dezembro último alcançou 56,5%, ante 53,9% registrado no final de 2012.

Tabela 1 – Brasil: Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos e Controle de Capital – dezembro de 2012 e 2013 (R\$ milhões correntes)

Discriminação	Dezembro		Variação Nominal	Participação Dez/13, %	Crédito/PIB (*), em %	
	2012	2013			dez/12	dez/13
1. Destinação por Tomador	2.368.338	2.715.151	14,6	100,0	53,9	56,5
1.1. Pessoas Físicas	1.075.771	1.251.081	16,3	46,1	24,5	26,0
1.2. Pessoas Jurídicas	1.292.567	1.464.070	13,3	53,9	29,4	30,5
2. Fontes dos Recursos	2.368.338	2.715.151	14,6	100,0	53,9	56,5
2.1. Livres	1.399.132	1.508.309	7,8	55,6	31,9	31,4
2.2. Direcionados	969.206	1.206.842	24,5	44,4	22,1	25,1
3. Controle de Capital	2.368.338	2.715.151	14,6	100,0	53,9	56,5
3.1. Inst. Fin. Públicas	1.134.341	1.390.653	22,6	51,2	25,8	28,9
3.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	846.884	902.693	6,6	33,2	19,3	18,8
3.3. Inst. Fin. Estrangeiras	387.113	421.805	9,0	15,5	8,8	8,8

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014b.

Notas: (1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

O crescimento moderado do crédito concedido no Sistema Financeiro Nacional foi resultado, em grande medida, do aumento das incertezas macroeconômicas, tanto no âmbito interno, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do arrefecimento do consumo e da elevação da taxa básica de juros, quanto no âmbito externo, como o aumento da volatilidade dos mercados financeiros internacionais. Vale ressaltar também que se observa uma redução do ritmo do crédito nos recursos livres.

A desaceleração na taxa de crescimento das operações de crédito vem sendo observada desde o primeiro semestre de 2011, apresentando uma tendência mais sustentável de expansão da carteira no longo prazo. Neste contexto, os bancos públicos ganha-

ram participação no crédito total, que no ano de 2013 superou a marca de 50% de participação de mercado, entretanto, nos últimos meses de 2013, observou-se uma mudança nessa tendência.

O crédito direcionado, que sustentou boa parte do crescimento do crédito em 2013, deverá perder ímpeto, tendo em vista que Governo tem acenado com a redução dos aportes do Tesouro Nacional no BNDES, bem como orientado os bancos públicos para que reduzam o ritmo de expansão do crédito. Vislumbra-se que o ímpeto dos bancos públicos será moderado, em razão do impacto fiscal da expansão do crédito, enquanto que os bancos privados buscarão retomar parte do mercado de crédito no segmento das empresas.

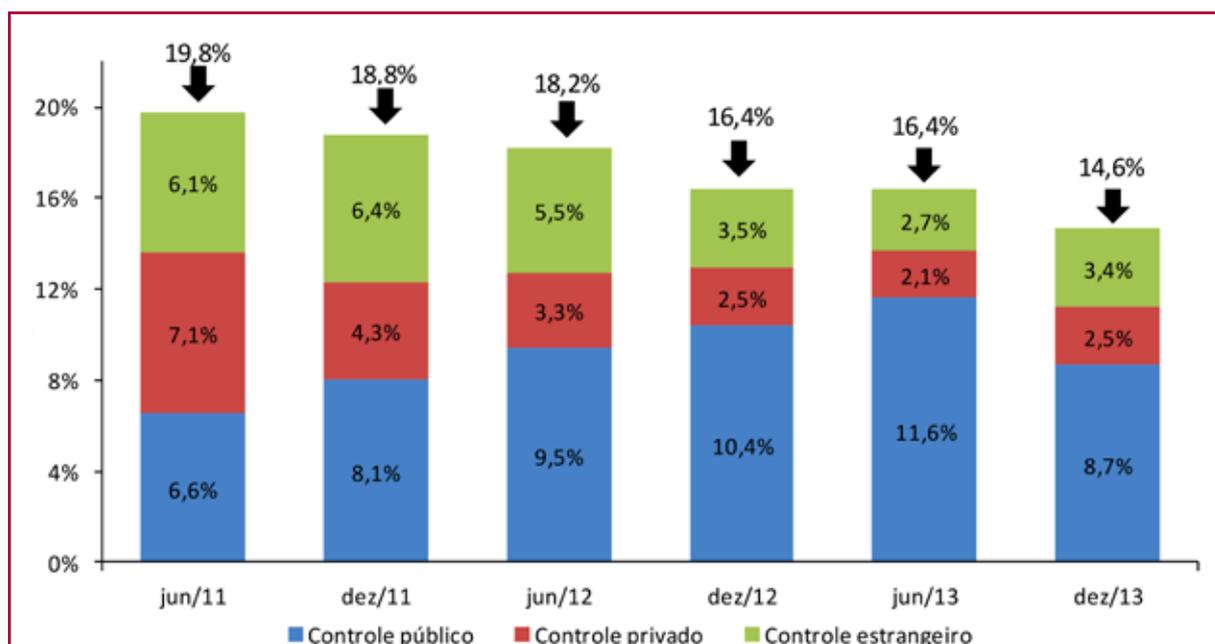


Gráfico 1 – Contribuição ao Crescimento do Saldo de Crédito do Sistema Financeiro Nacional por Controle de Capital – Junho/2011 a Dezembro/2013 (Mês/mesmo mês do ano anterior)

Fonte: BANCO CENTRAL BRASIL, 2014a.

No que tange às condições de concessão de crédito, percebe-se uma melhora no período analisado, muito embora a taxa de juros para pessoa física (25,6%) e pessoa jurídica (15,1%) registrada em dezembro, tenha demonstrado elevação nos últimos meses. O prazo utilizado na concessão de crédito registrou uma melhora, pois houve um alongamento nos prazos de concessão, de 87,5 meses no final de 2012, para 101,6 meses em dezembro último. A taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito) reduziu de 3,7%, em dezembro de 2012, para 3,0%, em dezembro de 2013, resultado devido à queda na taxa de inadimplência das famílias, de 5,5% para 4,4%, bem como das empresas, de 2,2% para 1,8%. A taxa de spread (diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos) apresentou leve redução de 11,5% para 11,1% no período considerado.

O Relatório de Estabilidade Financeira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014d) aponta para uma continuidade no movimento de migração para modalidades de menor risco e prazos mais longos, tanto na carteira Pessoa Física, quanto na Pessoa Jurídica, o que contribuiu para reduzir o comprometimento de renda das famílias e das empresas. Ainda segundo o relatório, a capacidade de solvência do sistema bancário brasileiro permanece em patamar satisfatório, mesmo diante dos efeitos adversos e da volatilidade nos mercados financeiros internacionais. As análises de cenários e de sensibilidade desenvolvidas pelo Bacen demonstram que o sistema bancário brasileiro apresenta boa capacidade de suportar os efeitos de choques adversos, decorrentes de um possível cenário de deterioração da condição macroeconômica do País.

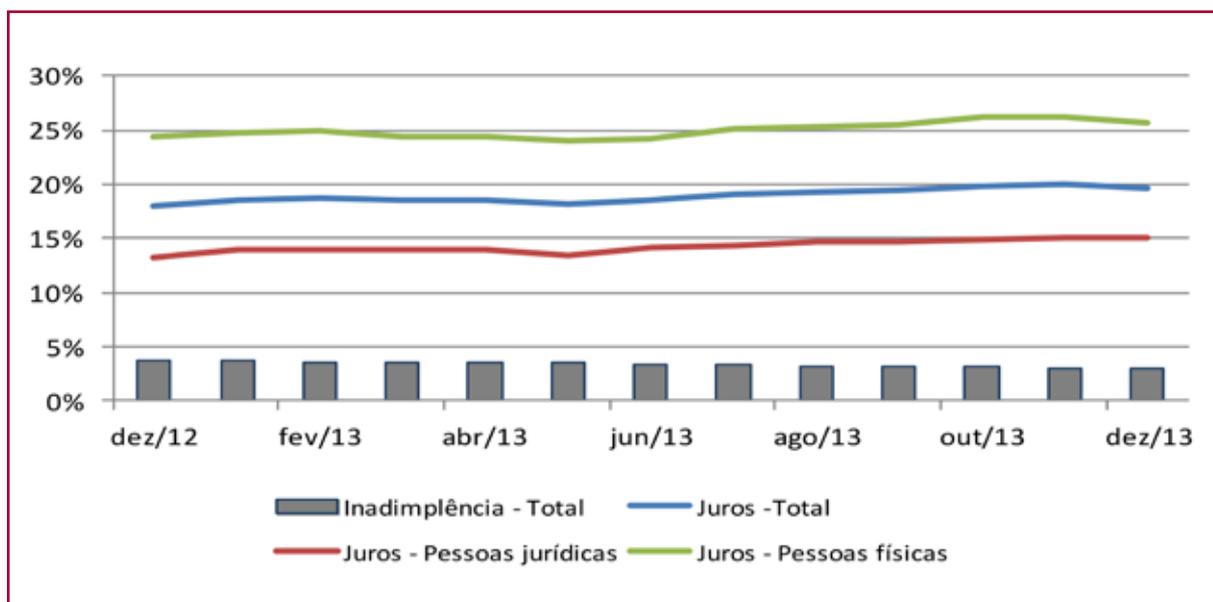


Gráfico 2 – Taxas de Juros Total, Pessoas Físicas e Jurídicas / Taxa de Inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito)

Fonte: BANCO DO BRASIL CENTRAL, 2014a.

7.2 Saldo das Operações de Crédito e Depósitos do Sistema Financeiro Nordestino

Segundo informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2014b), no final de dezembro de 2013, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordeste-

no atingiu R\$ 353,3 bilhões², apontando um crescimento da ordem de 17,6%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, acima da média nacional (14,6%)

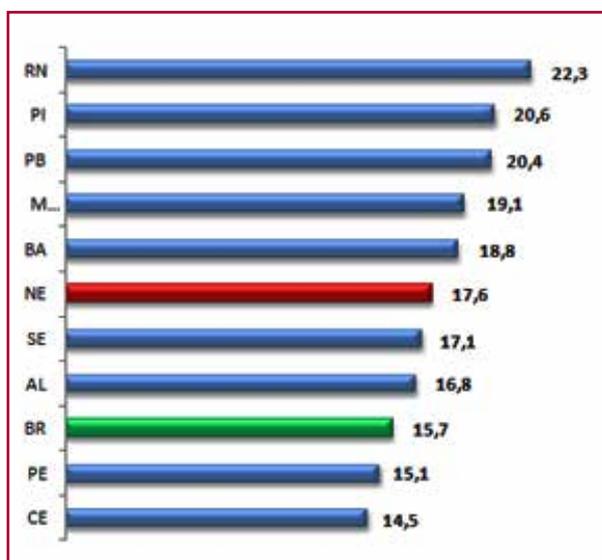


Gráfico 3A – Variação Percentual do Saldo das Operações de Crédito no Brasil e nos Estados do Nordeste (dez. 2012/dez. 2013)

Fonte: Elaboração: Equipe BNB/Etene, com base no BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014c.

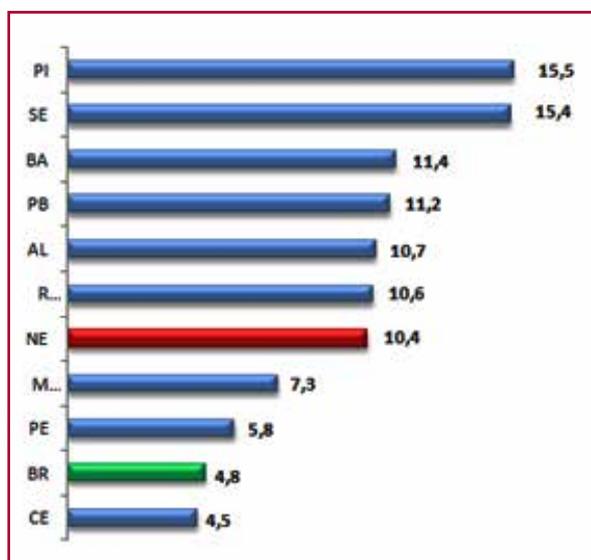


Gráfico 3B – Variação Percentual do Saldo dos Depósitos Bancários no Brasil e nos Estados do Nordeste (dez. 2012/dez. 2013)

Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014e.

Entre os estados nordestinos, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu no Rio Grande do Norte (22,3%), acompanhado pelo Piauí (20,6%) e pela Paraíba (20,4%). A menor expansão foi registrada no Ceará (14,5%). Em termos de

participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o mesmo peso que os referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste (64,4%).

2 O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Este valor representa aproximadamente 94,0% de todas as operações.

No Nordeste, o incremento das operações de crédito realizadas com as pessoas físicas (18,6%) foi superior ao aumento exibido pelas empresas (16,5%), diferença que vem sendo reduzida nos últimos meses, uma vez que, até meados de 2012, o crescimento da primeira chegava a quase o dobro da segunda.

Em termos de participação, no final de dezembro de 2013, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava um pouco mais da metade (52,2%) do total, cabendo a parcela restante (47,8%) às empresas, estrutura um pouco diferente da observada para a média brasileira, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (53,5%), comparativamente às famílias (46,5%).

A expansão do crédito no Nordeste foi acompanhada por uma leve melhora na sua qualidade, tendo em vista que a taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total do

crédito), caiu de 4,3%, em dezembro de 2012, para 3,7%, em dezembro último. Essa redução foi influenciada pela queda no índice de inadimplência das operações de crédito das pessoas físicas (de 6,2%, para 5,3%), uma vez que a taxa para as empresas apresentou pequena variação (de 2,4% para 2,1%).

O saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino atingiu R\$ 185,9 bilhões, em dezembro de 2013, apontando um crescimento de 10,4%, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, sendo em nível acima da expansão verificada a nível nacional (4,8%), consoante informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2014d). A elevação no saldo dos depósitos bancários da Região deveu-se quase que exclusivamente ao aumento ocorrido nos bancos públicos (11,3%), haja vista que os depósitos bancários captados pelos bancos privados apresentaram leve crescimento (1,3%) no período considerado.

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras: Saldo das Operações de Crédito¹ – Posições em final de Dezembro de 2012 e 2013. Saldos dos Depósitos do Sistema Financeiro² – Posições em final de novembro de 2012 e 2013

Estados/ Regiões	Saldo Oper. R\$ milhões		Varia. Nomi. (b) / (a) em %	Partic. % dez/13	Saldo Depósitos. R\$ milhões		Varia. Nomi. (d) / (c) em %	Partic. % nov/13
	Dezembro	Dezembro			Novembro	Novembro		
	2012 (a)	2013 (b)			2012 (c)	2013 (d)		
Maranhão	26.235	31.247	19,1	8,8	10.129	10.867	7,3	5,8
Piauí	12.192	14.702	20,6	4,2	6.123	7.074	15,5	3,8
Ceará	43.841	50.190	14,5	14,2	36.530	38.166	4,5	20,5
R.G. Norte	20.290	24.820	22,3	7,0	8.706	9.631	10,6	5,2
Paraíba	17.596	21.190	20,4	6,0	9.820	10.923	11,2	5,9
Pernambuco	66.489	76.517	15,1	21,7	37.336	39.489	5,8	21,2
Alagoas	15.134	17.674	16,8	5,0	6.981	7.727	10,7	4,2
Sergipe	13.342	15.624	17,1	4,4	7.823	9.027	15,4	4,9
Bahia	85.337	101.422	18,8	28,7	44.597	49.692	11,4	26,7
NORDESTE	300.456	353.386	17,6	13,5	168.382	185.941	10,4	5,6
NORTE	90.004	103.737	15,3	4,0	39.859	45.115	13,2	1,4
CENTRO- OESTE	212.608	261.289	22,9	10,0	343.485	372.933	8,6	11,3
SUDESTE	1.254.446	1.420.787	13,3	54,2	2.348.391	2.421.369	3,1	73,5
SUL	416.599	483.418	16,0	18,4	242.805	269.074	10,8	8,2
TOTAL REGIÕES	2.274.113	2.622.617	15,7	100,0	3.142.923	3.294.434	4,8	100,0

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014a, 2014e.

Notas: (1) Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. (2) Saldo dos depósitos bancários extraídos do Sisbacen, referente a novembro de 2012 e 2013.

7.3 BNB: Taxas de Juros, Saldo dos Depósitos e Operações de Crédito

O Banco do Nordeste do Brasil S/A, principal órgão de fomento sediado na Região Nordeste, tem também se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros compatíveis com as praticadas no Sistema Financeiro Nacional.

Esse desempenho foi constatado na pesquisa realizada pelo Banco Central (2014f), cobrindo o período de 24 de dezembro a 31 de dezembro último, para acompanhar a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito, junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operaram no mercado de crédito nacional.

3 Na citada posição, o saldo das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino representava 52,5% do total do Sistema Financeiro Regional. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES/FINAME e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito da Região e que, por definição, não estão agrupadas no Sistema Bancário Nordestino, mas figuram no Sistema Financeiro Regional.

Tabela 3 – Taxas Efetivas de Juros das Operações de Crédito: Posição relativa do Banco do Nordeste do Brasil em relação ao mercado brasileiro de crédito. Período da pesquisa do BACEN: 24/12 a 31/12/2013

Modalidade da Operação	Posição do BNB	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Nº Bancos Pesquisados
		BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado	
Pessoa Física						
Desconto de cheques	1º	1,95	3,54	1,95	6,86	8
Cheque especial	9º	3,94	5,04	1,93	10,44	30
Crédito pessoal não consignado	10º	2,69	7,03	1,96	22,01	64
Crédito pessoal consignado INSS	15º	2,04	2,01	1,08	2,26	37
Crédito pessoal consignado privado	22º	2,27	2,48	1,00	6,59	53
Pessoa Jurídica						
Cheque especial	1º	2,85	5,26	2,85	10,49	19
Conta garantida	1º	1,32	2,86	1,32	6,03	36
Capital de giro prazo até 365 dias	7º	1,49	2,11	1,07	5,33	47
Capital de giro prazo superior 365 dias	13º	1,51	1,91	0,36	3,69	43
Desconto de cheque	13º	2,23	2,58	1,35	5,03	28
Desconto de duplicatas	16º	1,98	2,38	0,81	4,54	40

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013f.

Notas: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas/mês resultam da capitalização das taxas efetivas/dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

No grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em primeiro lugar por praticar a mais baixa taxa de juros no País, nas operações de desconto de cheques. Foi também o nono colocado nos encargos financeiros cobrados nas operações de cheque especial e décimo em crédito pessoal não consignado. Nas operações com as empresas, as taxas de juros cobradas pelo BNB nas operações de cheque especial e conta garantia foram as mais baixas entre os bancos pesquisados no País. Nas operações de capital de giro com prazos até 365 dias, a taxa de juros cobrada pelo BNB foi a sétima mais baixa do mercado de crédito nacional. Vale ressaltar que nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, onde o BNB não ocupa as primeiras posições, as suas taxas

de juros praticadas nas operações de crédito comercial foram inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro.

No final de dezembro de 2013, o volume de depósitos captados pelo BNB atingiu R\$ 10,8 bilhões, correspondendo a um crescimento de 11,0% comparativamente à mesma posição do ano anterior. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósito a prazo (63,3%), vindo em seguida o depósito de poupança (15,5%) e o depósito interfinanceiro (9,9%), para citar os mais relevantes. Entre os estados, as maiores elevações na captação de depósitos do Banco do Nordeste, no período de doze meses, terminado em dezembro de 2013, ocorreram na Paraíba (26,0%), Sergipe (25,5%) e Maranhão (19,8%).

Em outra perspectiva, o saldo das operações de crédito com recursos próprios do BNB, em dezembro de 2013, alcançou R\$ 11,6 bilhões, registrando-se leve decréscimo (-2,8%), quando comparado ao mesmo mês do ano anterior. Essa redução na margem foi provocada pelas diminuições ocorridas nas operações de crédito em Pernambuco (-18,8%), Ceará (-5,6%) e Bahia (-2,1%), as três maiores economias da Região, enquanto que os outros estados apresentaram resultados positivos.

O estoque das operações realizadas com recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), operacionalizado pelo BNB, alcançou o montante de R\$ 39,8 bilhões, em dezembro de 2013, correspondendo a um crescimento no saldo de 11,8% sobre igual posição do ano passado.

Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao saldo das operações de crédito do Banco do

Nordeste, chegou-se ao montante de R\$ 51,5 bilhões, no acumulado do ano (posição: dezembro/2013), de maneira que o FNE participa com 77,3% do saldo total, representando a principal fonte de recurso, de médio e longo prazo para financiar o desenvolvimento do Nordeste.

Até dezembro de 2013, foram contratadas 557,1 mil operações com recursos do FNE, injetando na economia R\$ 12,7 bilhões, ocorrendo um crescimento de 9,2% no número e de 6,3% nos valores contratados, na comparação com igual período do ano passado. No total contratado com recursos do FNE, a maior parcela foi para a agropecuária (42,6%), vindo em seguida a indústria (23,6%), os serviços (17,7%), o comércio (15,3%) e a infraestrutura (0,9%). Por porte do tomador, a fatia maior foi destinada aos miniprodutores, micro e pequenos empresários (51,4%), sendo na sequência as grandes empresas (37,7%) e as médias empresas (10,9%).

Tabela 4 – BNB: Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do FNE, do Crediamigo e do PRONAF acumulado no período Janeiro-Dezembro de 2013 (%)

Estados	FNE		CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ³	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	30,0	11,9	30,3	12,5	34,4	11,3
Piauí	15,4	9,8	27,0	11,2	19,8	11,4
Ceará	7,1	14,2	33,6	31,8	6,67	16,1
R. G. do Norte	25,6	6,7	42,4	6,3	29,1	7,0
Paraíba	21,7	6,4	31,5	8,2	31,8	7,5
Pernambuco	-35,8	15,3	40,0	7,2	4,9	14,2
Alagoas	25,1	5,4	30,3	5,4	31,0	5,8
Sergipe	19,6	4,8	30,5	4,6	21,2	4,8
Bahia	24,2	25,5	30,8	12,8	21,7	21,9

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2014a, 2014b.

Notas: (1) Variação nominal do valor das contratações no período de jan/dez-13, em relação a jan/dez-12. (2) Participação dos estados no período de jan/dez-13.

No rol dos programas geridos pelo BNB, cabe destacar o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que em 2013, contratou 3.413,4 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 5.760,0 milhões, apresentando elevação de 33,3% nos valores contratados, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. O referido Programa caracteriza-se por atender a uma clientela predominantemente feminina (65,0%), possuir um baixo valor médio por

contratação (R\$ 1.687,47) e exibir um reduzido índice de inadimplência (0,85%), bem abaixo da média nordestina para operações de crédito com pessoa física (5,27%). Vale também sublinhar os resultados apresentados pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que através do BNB contratou no período analisado, 517 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2.420,4 milhões, ocorrendo uma ampliação de 10,7% no número e de 19,1% nos valores contratados.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 17 mar. 2014a.

_____. **Economia e finanças:** indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 17 mar. 2014b.

_____. **Nota para a Imprensa 27.02.2014:** política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 17 mar. 2014c.

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira**, Brasília. v. 12, n. 2, set./2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2013_09/refP.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014d.

_____. SISBACEN. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 01 abril 2014e.

_____. **Sistema financeiro nacional:** informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/Historico.aspx>>. Acesso em: 21 mar. 2014f.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações da área de controle financeiro**. Fortaleza, 2014a.

_____. **Informações gerenciais do Programa CrediAmigo:** caderno mensal de dezembro de 2013. Fortaleza, 2014b.

_____. **BNB Conjuntura Mensal**, Fortaleza, v. 6, n. 1, jan. 2014c.



Cliente Consulta www.bnb.gov.br
Capitais e Regiões Metropolitanas 4020.0004
Demais Localidades 0800 033 0004